



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, SOCIEDADE E COOPERAÇÃO  
INTERNACIONAL

CECÍLIA KATARINA GOMES ARAÚJO

**Racismo ambiental e participação social:** a atuação da sociedade civil no  
combate às desigualdades socioambientais em Santa Luzia/DF

Brasília  
2024

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, SOCIEDADE E COOPERAÇÃO  
INTERNACIONAL

**Racismo ambiental e participação social:** a atuação da sociedade civil no  
combate às desigualdades socioambientais em Santa Luzia/DF

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de mestra.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Macedo Bessa

Brasília  
2024

*“Ser antirracista é uma postura incômoda. É estar sempre atento às nossas próprias atitudes e disposto a enxergar privilégios”.*

*(Djamila Ribeiro)*

## RESUMO

A pesquisa trata do racismo ambiental pela perspectiva de acesso ao saneamento básico, principalmente acesso à água potável, tendo como objeto empírico as desigualdades socioambientais em Santa Luzia/DF, localizada na Região Administrativa SCIA/Estrutural. O objetivo do trabalho é analisar de que maneira a sociedade civil de Santa Luzia/DF tem se organizado para reivindicar o fornecimento de água potável e como esses atores sociais reconhecem a face racial das desigualdades na prestação de serviços de saneamento básico. A definição de racismo ambiental apresentada neste trabalho dialoga com autores do movimento decolonial, e a base teórica, por sua vez, está na teoria Ator-Rede que enxerga as redes intersetoriais como estratégias que articulam diferentes setores e atores para desenvolver ações que enfatizem a complexidade das questões sociais no desenvolvimento das políticas públicas. A partir da análise de dados sobre os serviços de saneamento básico somada à pesquisa de campo em Santa Luzia/DF e à realização de entrevistas com quinze lideranças comunitárias locais, observamos que os moradores desta região não têm acesso a este direito garantido pela constituição. Se tomarmos essas desigualdades no acesso ao saneamento básico em termos de cor/raça e renda, perceberemos que a exposição de minorias étnico-raciais a formas precarizadas de acesso à água e de destinação do esgoto e do lixo confronta a ideia de que todas as pessoas estão sujeitas, igualmente, a complicações ambientais sem distinção de origem, credo, cor ou classe, embora a própria população, representada por seus líderes comunitários, não enxergue a face racial na distribuição desigual de serviços e recursos públicos em Santa Luzia/DF.

**Palavras-chave:** Racismo Ambiental; Saneamento Básico; Direito Humano à Água; Santa Luzia/DF; Atuação da Sociedade Civil.



## ABSTRACT

The research deals with environmental racism from the perspective of access to basic sanitation, especially access to drinking water, with the empirical object being socio-environmental inequalities in Santa Luzia/DF, located in the SCIA/Estrutural Administrative Region. The aim of the paper is to analyze how civil society in Santa Luzia/DF has organized itself to demand the provision of drinking water and how these social actors recognize the racial face of inequalities in the provision of basic sanitation services. The definition of environmental racism presented in this work dialogues with authors from the decolonial movement, and the theoretical basis, in turn, lies in the Actor-Network theory, which sees intersectoral networks as strategies that articulate different sectors and actors to develop actions that emphasize the complexity of social issues in the development of public policies. Based on the analysis of data on basic sanitation services, together with field research in Santa Luzia/DF and interviews with fifteen local community leaders, we observed that the residents of this region do not have access to this right guaranteed by the constitution. If we take these inequalities in access to basic sanitation in terms of color/race and income, we realize that the exposure of ethnic-racial minorities to precarious forms of access to water and the disposal of sewage and garbage confronts the idea that all people are equally subject to environmental complications without distinction of origin, creed, color or class, although the population itself, represented by its community leaders, does not see the racial face in the unequal distribution of public services and resources in Santa Luzia/DF.

**Keywords:** Environmental Racism; Basic Sanitation; Human Right to Water; Santa Luzia/DF; Civil Society Action.

## LISTA DE GRÁFICOS

Porcentagem da população sem acesso à água e à coleta de esgoto no Distrito Federal em 2022.....	78
Raça e sexo declarados pelos participantes entrevistados.....	86
Idade dos participantes entrevistados.....	87
Nível de escolaridade dos participantes entrevistados.....	88
Nível de escolaridade dos participantes entrevistados por gênero.....	89
Quantidade de filhos por participantes entrevistados.....	90
Estado civil dos participantes entrevistados.....	91
Estado civil dos participantes entrevistados por gênero.....	92
Renda familiar dos participantes entrevistados.....	93
Renda familiar dos participantes entrevistados por gênero.....	94
Percentual de membros associados por gênero.....	95

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1:</b> Rendimento domiciliar x População negra no DF (2021).....	57
<b>Mapa 2:</b> Localização de Santa Luzia/DF na Região Administrativa SCIA-Estrutural (RA XXV).....	59

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - População negra por Região Administrativa do DF (2021) Valores em porcentagem (%).....	56
<b>Figura 2</b> - Ranking do IVS-DF, 2018 e 2021.....	61
<b>Figura 3</b> - Dimensão Infraestrutura e Ambiência Urbana por RA, 2018 e 2021.....	62
<b>Figura 4</b> - Distribuição dos domicílios ocupados segundo a regularização do lote, Chácara Santa Luzia, 2021.....	65
<b>Figura 5</b> - Divisão Santa Luzia/DF e Parque Nacional de Brasília.....	66
<b>Figura 6</b> - Abastecimento de água no domicílio, Chácara Santa Luzia, 2021.....	67
<b>Figura 7</b> - Reportagem sobre a escassez de água em Santa Luzia/DF.....	68
<b>Figura 8</b> - Esgotamento sanitário do domicílio, Chácara Santa Luzia, 2021.....	69
<b>Figura 9</b> - Esgoto a céu aberto nas ruas de Santa Luzia/DF.....	70
<b>Figura 10</b> - Infraestrutura urbana na rua de acesso dos domicílios, Chácara Santa Luzia, 2021.....	71
<b>Figura 11</b> - Recolhimento do lixo no domicílio, Chácara Santa Luzia, 2021.....	72
<b>Figura 12</b> - Despejo de lixo em vias públicas de Santa Luzia/DF.....	72
<b>Figura 13</b> - Destinação inadequada de resíduos em Santa Luzia/DF.....	73
<b>Figura 14</b> - Problemas nas cercanias do domicílio, Chácara Santa Luzia, 2021.....	74
<b>Figura 15</b> - Abastecimento de água no domicílio, Lago Sul, 2021.....	75
<b>Figura 16</b> - Esgotamento sanitário do domicílio, Lago Sul, 2021.....	76
<b>Figura 17</b> - Infraestrutura urbana na rua de acesso dos domicílios, Lago Sul, 2021.....	76
<b>Figura 18</b> - Recolhimento do lixo no domicílio, Lago Sul, 2021.....	77
<b>Figura 19</b> - Abastecimento do chafariz pelo caminhão-pipa.....	83
<b>Figura 20</b> - Reservatório Projeto Vida e Água para ARIS.....	83
<b>Figura 21</b> - Doações de cestas básicas e cobertores.....	101
<b>Figura 22</b> - Mapa das Periferias/Ministério das Cidades.....	112
<b>Figura 23</b> - Oficina de mapeamento popular.....	113
<b>Figura 24</b> - A matéria: desperdício caminha com a falta de acesso.....	115
<b>Figura 25</b> - O tambor.....	119
<b>Figura 26</b> - A espera do caminhão-pipa.....	124
<b>Figura 27</b> - A espera do caminhão-pipa .....	124
<b>Figura 28</b> - O abastecimento.....	125
<b>Figura 29</b> - Reservatório do Projeto Vida e Água para ARIS.....	128



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Categorização da sociedade civil.....	52
<b>Quadro 2:</b> Perfil das lideranças comunitárias em Santa Luzia/DF.....	85
<b>Quadro 3:</b> Visão geral de acesso à água em Santa Luzia/DF.....	116

## **LISTA SIGLAS E ABREVIações**

BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento

CAESB - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal

DF - Distrito Federal

DHAES - Direito Humano à Água e ao Esgotamento Sanitário

EUA - Estados Unidos das Américas

GDF - Governo do Distrito Federal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONU - Organização das Nações Unidas

PDAD - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PIVE - Projeto Integrado Vila Estrutural

PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

RA - Região Administrativa

RBJA - Rede Brasileira de Justiça Ambiental

TAR - Teoria do Ator-Rede

TNMS - Teoria dos Novos Movimentos Sociais

TMR - Teoria da Mobilização de Recursos

TPP - Teoria do Processo Político

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
Procedimentos metodológicos.....	18
<b>CAPÍTULO 1 - A POPULAÇÃO NEGRA E A DISTRIBUIÇÃO RACIALMENTE DESIGUAL DOS DANOS AMBIENTAIS.....</b>	<b>20</b>
1.1. A fantasmagórica superioridade racial.....	20
1.2 Racismo Ambiental.....	28
1.2.1 Racismo ambiental no contexto brasileiro.....	30
1.3 Movimentos por Justiça Ambiental.....	37
1.4 Participação social: de movimentos sociais a associações comunitárias.....	45
<b>CAPÍTULO 2 - REALIDADE SOCIOESPACIAL DA COMUNIDADE SANTA LUZIA/DF.....</b>	<b>54</b>
<b>CAPÍTULO 3 - ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL POR JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL E ACESSO À ÁGUA POTÁVEL EM SANTA LUZIA/DF.....</b>	<b>80</b>
3.1 O perfil de líderes comunitários, associações, coletivos e projetos sociais locais em Santa Luzia/DF.....	82
3.2 A organização da sociedade civil e os canais de acesso ao poder público para o enfrentamento das desigualdades socioambientais em Santa Luzia/DF..	96
3.3 Atuação das lideranças comunitárias e sua percepção sobre a dimensão racial na privação de água potável em Santa Luzia/DF.....	114
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>137</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>143</b>
<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA ÀS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS DE SANTA LUZIA/DF.....</b>	<b>156</b>
<b>APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>160</b>



## INTRODUÇÃO

Diferentemente da visão simplista que afirma ser igualitária a distribuição dos riscos ambientais a todos os sujeitos, surgem nos anos 1980, nos Estados Unidos, estudos e interpretações de movimentos sociais que lutam por justiça ambiental e que apontam ser desigual essa distribuição especialmente para as populações vulnerabilizadas, em destaque, as comunidades negras.

As situações geradas por essas desigualdades socioespaciais manifestam uma segregação racial não declarada, e tem sido identificada na literatura como “racismo ambiental”, e são endereçadas, em quase sua totalidade, a grupos racialmente discriminados e a populações pobres e marginalizadas. Os indivíduos mais ricos tendem a escapar dos riscos ambientais residindo em áreas mais protegidas, cujo solo tem maior valor, restando às pessoas de menor renda, as áreas de maior risco e menos atendidas por infraestrutura.

As populações pobres e pertencentes a minorias étnico-raciais vêm sendo repetidamente direcionadas a espaços cujas condições de saneamento são precárias devido a políticas ambientais discriminatórias. Essas pessoas residem em áreas críticas onde serviços e infraestruturas são inadequados, ou seja, realidade desigual cujo caráter racista prejudica as condições ambientais de moradia, trabalho ou lazer de pessoas, grupos ou comunidades.

A discrepância socioespacial e racial na oferta de políticas públicas de saneamento demonstra o elo entre precarização do serviço prestado e as populações vulnerabilizadas não atendidas. A exposição de minorias étnico-raciais a formas precarizadas de acesso à água e de destinação do esgoto e do lixo confronta a ideia de que todas as pessoas estão sujeitas, igualmente, a complicações ambientais sem distinção de origem, credo, cor ou classe.

São nas áreas de maior privação socioeconômica e/ou habitadas por grupos sociais e étnicos sem acesso às esferas decisórias do Estado e do mercado que se concentra a falta de investimento em infraestrutura de saneamento, o que contribui para a existência de desigualdades sociais e, deste modo, para o racismo ambiental: piores problemas ambientais nas comunidades negras (Bullard, 2004; Acselrad, 2004).

No contexto brasileiro, a relação entre desigualdades socioespaciais e raciais envolvendo questões ambientais precisa ser analisada como resultado do desenvolvimento e da manutenção de hierarquias de tipo colonial. As diferenças socioeconômicas prejudicam em maior grau a população negra que vem sendo criminalizada desde o período da escravidão e sofre com restrições e exclusões em uma sociedade racista que viola direitos desse povo e o associa à pobreza e à miséria a fim de perpetuar a opressão e os interesses das classes ricas.

O Distrito Federal (DF) é hoje um dos maiores aglomerados urbanos do Brasil com maior desigualdade socioespacial. Se tomamos estas desigualdades com um recorte em relação à cor/raça, o abismo sociorracial se apresenta mais intenso: as áreas centrais (Plano Piloto) com rendimento mais alto concentram população não negra, enquanto nas regiões administrativas de renda mais baixa, mais de 70% da população se autodeclara negra. Segundo dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN (2022), a população negra do Distrito Federal ultrapassa 57% do total de moradores com mais forte concentração em regiões administrativas como SCIA/Estrutural (75,4%) - incluindo Santa Luzia/DF (74%) -, São Sebastião (74%), Fercal (73%), Paranoá (71%) e Sol Nascente/Pôr do Sol (68%), notadamente locais reconhecidos por baixos rendimentos e precárias condições de moradia. Por outro lado, as menores proporções são encontradas nas Regiões Administrativas de maior poder aquisitivo: Lago Sul (33%), Park Way (34%), Sudoeste /Octogonal (36%), Plano Piloto (37%) e Lago Norte (39%).

Nestas Regiões Administrativas que concentram elevados índices de população negra, há assentamentos urbanos precários que não são atendidos pelos serviços de saneamento básico. Dentre estes assentamentos se destaca a comunidade de Santa Luzia/DF - uma ocupação inserida na Região Administrativa SCIA/Estrutural, que foi sendo habitada progressivamente por moradores da Cidade Estrutural que não conseguiam arcar com os custos de aluguel, bem como de trabalhadores do antigo lixão - que foi se estabelecendo a partir da autoconstrução de habitações e ausência de infraestrutura básica. A localização de Santa Luzia/DF é considerada complexa e frágil do ponto de vista ambiental, dada sua proximidade com a Unidade de Conservação do Parque Nacional de Brasília. Por estar situada em área considerada irregular, possui altos níveis de privação, tanto de serviços como de bens materiais. Sua população vive em meio a esgoto a céu aberto, ruas sem asfalto, sem acesso a saneamento, à luz elétrica fornecida por rede geral e à

água encanada ou própria para consumo. O processo de ocupação da área deu-se de forma autônoma, em que os moradores fazem a gestão do território sem a presença do Estado, tentando implantar melhorias por conta própria, inclusive a manutenção desses serviços.

O fato de Santa Luzia/DF estar em um território irregular passível de remoção vira justificativa para que direitos básicos aos moradores da região não sejam exercidos, por exemplo, a Neoenergia, empresa responsável pela distribuição de energia elétrica no DF, e a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB não disponibilizam redes de infraestrutura para fornecimento de luz, água potável e esgoto.

Conforme Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao ano de 2022, o Distrito Federal está entre as unidades da Federação com melhor índice de domicílios urbanos ligados à rede de esgoto e com rede geral de água como principal forma de abastecimento, além de disponibilidade diária de água. Os estados com as maiores proporções de domicílios urbanos conectados à rede coletora de esgoto: São Paulo (96,4%), Distrito Federal (94,1%), Minas Gerais (92,3%) e Rio de Janeiro (90,6%), todos com cobertura acima dos 90%. Esses índices são muito superiores ao percentual médio brasileiro de domicílios urbanos ligados à rede geral coletora de esgoto em 2022, que foi de 78%.

Já em relação ao abastecimento de água, o Distrito Federal lidera as unidades da federação com os maiores percentuais de domicílios que possuem a rede geral como principal forma de abastecimento e com disponibilidade diária de água em 2022: Distrito Federal (97,7%), Santa Catarina (97,4%) e Roraima (97,2%).

Na contramão do alto índice do DF, está Santa Luzia/DF com apenas 7,6% dos domicílios sendo atendidos por esgotamento sanitário e 13,3% recebendo abastecimento de água da rede geral fornecida pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB), de acordo com a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2021.

Buscando soluções para suas demandas básicas, a população, para ter minimamente acesso à água, criou ligações clandestinas que por consequência ocasionam inúmeros vazamentos pelas ruas, deixando-as um completo lamaceiro. Outra opção para o abastecimento de água é a perfuração de poços, porém, o lixão, que faz fronteira com o lugar, contribui substancialmente para o acúmulo de substâncias poluidoras no subterrâneo, fazendo com que a água retirada dos poços

seja imprópria para o consumo. O mesmo acontece com a energia elétrica, a distribuição é irregular e causa diversos transtornos, inclusive incêndios, visto que grande parte das residências ainda utiliza madeira nas construções.

Em visita realizada ao local, diversos problemas foram notados durante caminhada pela comunidade e confirmados em conversas com os moradores: a falta de acesso à água potável que deveria ser fornecida pela rede geral de abastecimento é minimizada por ligações ilegais que transportam água desde a Estrutural até Santa Luzia/DF gerando perdas pelo trajeto. Este fornecimento clandestino é feito parcialmente, pois, de acordo com os moradores, não são todos os locais que têm este tipo de ligação de água, e os que têm, possuem acesso à água apenas no período da madrugada, o que torna a quantidade insuficiente. Lembrando que esta água é utilizada apenas para limpeza da casa e louças, lavagem de roupas e às vezes para higiene pessoal, dependendo da cor e da porcentagem de gordura presente. Outra alternativa são os poços artesianos, porém, também são impróprios para consumo, com o agravante de não ser acessível a todos devido ao elevado custo financeiro para criá-los. Aqueles que não contam com encanação, nem poço, precisam comprar ou recorrer ao chafariz abastecido diariamente pelo caminhão-pipa da CAESB se quiserem água para beber. Diversas mangueiras foram conectadas a este reservatório a fim de levar água diretamente às casas mais próximas e para abastecer caixas d'água, entretanto, vazamentos estão por todo percurso ocasionando poças d'água - problema que agrava e aumenta os casos de dengue na região - que se misturam ao esgoto a céu aberto nas ruas sem asfalto. Os moradores que residem mais distante, precisam levar baldes e galões até o chafariz, mas raramente o reservatório está cheio, em virtude de a demanda ser maior que a capacidade de 15 mil litros de armazenamento. O jeito é esperar embaixo de sol e chuva o caminhão-pipa fazer um novo reabastecimento.

Com uma carência de água tratada e potável - além da falta de saneamento básico como um todo - em Santa Luzia/DF, cabe investigar como a população se organiza para cobrar políticas públicas e ter acesso à água, bem primordial à vida - declarada em 2010 pela Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>1</sup> como direito

---

<sup>1</sup> Conforme dados divulgados no Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2024 - realizado pela UNESCO - no ano de 2022, 2,2 bilhões de pessoas (26% da população global) não tinham acesso a água potável administrada de forma segura.

humano essencial. Qual e como tem sido a participação e a atuação das lideranças comunitárias e das organizações de moradores de Santa Luzia/DF como forma de empoderamento e transformação na luta por direitos básicos? Quais os canais de comunicação com o poder público para o enfrentamento das desigualdades socioambientais?

Deste modo, o objetivo geral da pesquisa é analisar de que maneira a sociedade civil de Santa Luzia/DF tem se organizado para reivindicar o fornecimento de água potável e como estes atores sociais reconhecem a face racial das desigualdades na prestação de serviços de saneamento básico. Para alcançarmos o objetivo geral da pesquisa, definimos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar o perfil de líderes comunitários, associações, coletivos e projetos sociais locais em Santa Luzia/DF;
- Analisar a atuação desses atores sociais por justiça socioambiental, especialmente o acesso à água potável em Santa Luzia/DF;
- Verificar a percepção das lideranças comunitárias sobre a relação entre privação de água potável e racismo ambiental.

Como referencial teórico apoiamo-nos na Teoria Ator Rede (TAR)<sup>2</sup> de Bruno Latour, tendo em vista a sua capacidade de lidar com a complexidade das interações sociais e materiais. Esta teoria oferece uma maneira de mapear e entender as redes de relações que formam o tecido da realidade social, o que permite uma compreensão mais abrangente das redes sociais e da influência dos elementos materiais considerada tão importante quanto a dos elementos humanos por esta teoria.

A TAR tem uma visão mais abrangente do social: Latour caracteriza o "social" como um processo contínuo de reassociação e reagregação entre elementos diversos, tanto humanos quanto não humanos (tecnologias, objetos etc.). Ele argumenta que qualquer esforço para explicar as associações levando em conta apenas as interações entre pessoas interromperia o fluxo dessa própria associação e limitaria nossa compreensão da complexidade envolvida nessas interações (Nascimento; Malvezzi, 2020).

---

<sup>2</sup> Ao longo do terceiro capítulo, a Teoria Ator Rede será melhor detalhada.

O cientista social não deve restringir os atores ao papel de informantes, como tem sido feito por muito tempo, mas sim devolver a eles a capacidade de elaborar suas próprias teorias sobre a constituição do mundo social, pois estes são reflexivos e monitoram as suas ações. Nesse sentido, os sociólogos devem perseguir os próprios atores em seu entrelaçamento com as coisas, pois estas também agem (Milanês, 2021).

### **Procedimentos metodológicos**

Buscando uma análise mais detalhada de como a população residente em Santa Luzia/DF, localizada na Região Administrativa SCIA/Estrutural – RA XXV, vive sem sistema público de saneamento básico, principalmente de água, a maneira como se organiza e quais ações desenvolve para minimizar os problemas e as dificuldades geradas pela falta desse direito essencial, a pesquisa foi orientada pelo método estudo de caso descritivo realizado com moradores da localidade que exercem papel de liderança na comunidade, sendo integrantes de associações, projetos, movimentos sociais ou não.

Para a coleta de dados, foi escolhida a técnica qualitativa de entrevista semiestruturada<sup>3</sup> composta de perguntas pré-determinadas e abertas para que os participantes pudessem respondê-las de uma maneira mais desprendida a fim de transmitir o que pensa o grupo dentro das mesmas condições históricas, socioeconômicas e culturais que o interlocutor (Minayo, 2015, p. 63). Entende-se por entrevista semiestruturada a técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados por meio de interação entre estes e o pesquisador que busca apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam (Severino, 2016, p. 133).

No total, dezenove líderes comunitários foram convidados a participar da pesquisa, entretanto, somente quinze aceitaram o convite. A seleção desses participantes foi feita por meio de amostragem não probabilística bola de neve mediante contato com cinco pessoas (sementes) - através das redes sociais, whatsapp e instagram - que residem e atuam como liderança em Santa Luzia/DF e outras que conhecem moradores da região com este mesmo perfil. Estas cinco sementes deram início ao processo da bola de neve, indicando outras pessoas que

---

<sup>3</sup> O roteiro da entrevista está disponível no apêndice A.

são consideradas transmissores e representantes dos interesses de toda a comunidade frente ao Estado, ao mercado, à mídia, entre outros.

A amostragem não probabilística bola de neve (snowball) se faz pertinente quando não é possível a probabilidade de seleção de cada participante, sendo utilizada em pesquisas com populações consideradas escondidas, difíceis de se encontrar ou grupos específicos de interesse. Em virtude de o público alvo desta dissertação não ser todo e qualquer morador de Santa Luzia/DF, mas sim aqueles considerados líderes comunitários, a amostragem bola de neve se mostrou a mais compatível, pois, esta informação não se encontra em documentos, literatura, artigos, portais de buscas de maneira satisfatória, ela está disseminada dentro da própria comunidade, onde a população conhece as lideranças locais e conseqüentemente pode indicá-las.

A execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador. Eventualmente o quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja, não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise (Vinuto, 2014, p. 203).

Apesar de não ser uma técnica probabilística, a amostragem bola de neve baseia-se em indicações feitas por pessoas que já se conhecem e possuem confiança entre si em redes sociais reais, o que eleva as chances de participação daqueles que são indicados, contribuindo assim para a diversidade interna da população, possibilitando que diferentes subgrupos sejam incluídos no estudo.

Considerando que em um estudo de caso, a profundidade da análise é muitas vezes mais importante do que a generalização, a amostragem bola de neve pode proporcionar dados ricos e detalhados sobre as experiências e percepções dos participantes, contribuindo para uma análise aprofundada. Para Yin (2005, p. 54), um grande erro que se comete ao realizar estudos de caso é conceber a generalização estatística como método de generalizar os resultados do estudo. Isso

ocorre porque os casos que você utiliza não são “unidades de amostragem” e não devem ser escolhidos por essa razão.

O trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro apresenta 1º as principais questões conceituais sobre racismo ambiental relacionando-as às injustiças socioambientais e às desigualdades espaciais e de acesso ao saneamento básico; 2º aborda e percorre os principais conceitos de movimentos sociais até chegar ao que se entende por associativismo local, demonstrando a relevância das associações e lideranças comunitárias; O segundo capítulo levanta o perfil do espaço urbano de Santa Luzia/DF e os dados oficiais sobre saneamento básico, analisando-os sob a ótica decolonial; No terceiro e último, o foco está nos atores sociais e na maneira como eles se organizam para combater as injustiças espaciais e socioambientais em Santa Luzia/DF, além de identificar a percepção desses atores sobre a relação entre privação de água potável e racismo ambiental.

## **CAPÍTULO 1 - A POPULAÇÃO NEGRA E A DISTRIBUIÇÃO RACIALMENTE DESIGUAL DOS DANOS AMBIENTAIS**

### **1.1. A fantasmagórica superioridade racial**

Para compreendermos o racismo ambiental, um dos objetivos deste trabalho, é essencial analisarmos, primeiramente, os conceitos de raça e racismo. Utilizaremos, portanto, considerações decoloniais encontradas nos escritos de Achille Mbembe, Abdias do Nascimento, Cida Bento, Frantz Fanon, Silvio Luiz de Almeida, Robert D. Bullard, Kabengele Munanga, Lélia Gonzalez, entre outros, partindo da premissa que é preciso estudar, pesquisar, ler o que foi produzido sobre o tema por pessoas negras.

Quando pensamos em raça, automaticamente fazemos a associação desta palavra a traços fenotípicos. Entretanto, não nos questionamos de que forma e em que momento as características de cor da pele, textura dos cabelos, fisionomia foram aprisionadas, literalmente e deliberadamente, em determinadas categorias hierarquizadas. Além de aprendermos como se deu este processo, é imprescindível questionarmos o sistema que estrutura a sociedade, gerado a partir desta hierarquização e mantido sob privilégios de uns em detrimento de outros.



Ao longo do tempo, várias explicações e critérios foram utilizados para a classificação da humanidade. De acordo com Munanga (2004), o conceito de raça, dentre outros, já serviu para distinguir pessoas de mesma descendência, ancestral em comum, cujas características físicas eram iguais; legitimar relações de dominação entre nobreza e plebe, ou seja, distribuição vertical entre as classes sociais. Entretanto, foi a partir do século XVIII, que a cor da pele passou a ser considerada como critério de classificação em três raças: negra, branca e amarela.

Os indivíduos de raça 'branca' foram decretados coletivamente superiores aos de raça 'negra' e 'amarela' em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo etc., que, segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos etc., e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra, mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação (Munanga, 2004, p.5).

No século seguinte, a forma do nariz e a dos lábios, bem como outras características morfológicas, foram adicionadas à cor da pele como critérios na divisão racial. Todavia, progressos na área da ciência biológica constataram que "raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito, aliás, cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem" (Munanga, 2004, p.5).

Se raça inexistente biológica e cientificamente, por que este conceito continua a legitimar uma inferioridade, considerada como natural, entre os indivíduos? Mbembe (2022) destaca que, por muito tempo, a raça foi usada para nomear as humanidades não europeias. Para o autor, enquanto o Ocidente buscava universalizar o homem branco em um ser civilizado a ser admirado, produzia-se o sujeito racial, através de um processo de transformação das pessoas de origem africana em "negros", com intuito de lhes apagar o ser, a vida, o trabalho e a linguagem.

Fundam-se na ideia segundo a qual existiriam dois tipos de sociedades humanas - as sociedades primitivas, regidas pela "mentalidade selvagem", e as sociedades civilizadas, governadas pela razão e dotadas, entre outras coisas, do poder conferido pela escrita [...] A raça branca seria a única a possuir a vontade e capacidade de construir um percurso histórico. A raça negra, especificamente, não teria nem vida, nem energias próprias (Mbembe, 2022, p.85).

Consoante Fanon (2008), o projeto colonialista europeu, de base escravista, categorizou os indivíduos, a partir de raça, entre a zona do ser e a zona do não ser. Na zona do ser está o sujeito branco enaltecido pela humanidade, equilíbrio e serenidade. Na zona oposta, a do não ser, está o sujeito negro, historicamente escravizado e animalizado.

A zona habitada pelos colonizados está à margem da habitada pelos colonos, ou seja, o mundo colonizado é dividido em dois:

A cidade do colono é uma cidade sólida, toda de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada, onde os caixotes do lixo regurgitam de sobras desconhecidas, jamais vistas, nem mesmo sondadas. Os pés do colono nunca estão à mostra, salvo talvez no mar, mas nunca ninguém está bastante próximo deles. Pés protegidos por calçados fortes, enquanto que as ruas de sua cidade são limpas, lisas, sem buracos, sem seixos. A cidade do colono é uma cidade saciada, indolente, cujo ventre está permanentemente repleto de boas coisas. A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiros. [...] A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a médina<sup>4</sup>, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade: acocorada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. É uma cidade de negros, uma cidade de árabes (Fanon, 1968, p. 29).

O eurocentrismo construiu a ideia de um protagonismo europeu, considerado o centro mundial de capitalismo e colonizador do resto do mundo, devido a sua racionalidade, modernidade e nível mais avançado. Desta idealização, surgiu o princípio da colonialidade/modernidade baseado na fissura entre populações civilizadas e primitivas, modernas e tradicionais, racionais e irracionais, superiores e inferiores.

De acordo com alguns autores (Grosfoguel, 2010; Quijano, 2005, 2010), esta forma de classificação da população mundial surge do que se entende por “colonialidade”, seja do poder, do saber ou do ser.

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal (Quijano, 2010, p. 84).

---

<sup>4</sup> Cidade árabe ao lado da qual se erguem edificações para europeus.

Para Grosfoguel (2010), a colonialidade pode ser entendida como situações coloniais que perduram até os dias atuais como opressão e exploração econômica, política, cultural ou sexual de grupos étnicos/racializados subordinados por outros considerados dominantes, com ou sem a existência de administrações coloniais.

Destarte, podemos compreender a colonialidade “como a ideia de que a raça e o racismo se constituem como princípios organizadores da acumulação de capital em escala mundial e das relações de poder” (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016, p.17).

O capitalismo, durante sua fase de desenvolvimento, enxergava nas colônias uma fonte de matérias-primas que, manufaturadas, podiam espalhar-se no mercado europeu (Fanon, 1968, p. 49). Para tal, o capitalismo europeu serviu-se da escravidão nas colônias com o objetivo de acumular capital que, por sua vez, alimentou a Revolução Industrial daquele continente.

A colonização moderna foi marcada pela subordinação econômica e política de regiões de outros continentes à Europa Ocidental. O colonialismo — como ficou conhecido o processo de dominação de parte do mundo pelas nações europeias — estimulou a acumulação de capital e acelerou o desenvolvimento do modo de produção capitalista em um grupo de países europeus (Blulm, Porfírio e Silva, 2021, p. 33).

É sabido que a acumulação de capital contou com a exploração de recursos e o uso de mão de obra escravizada nas colônias europeias. No contexto brasileiro, a população era estruturada entre escravizados e senhores. Havia uma hierarquia em que os senhores - pessoas de classe alta ou média-alta, incluindo grandes proprietários de terra, comerciantes, fazendeiros, e membros da elite urbana - possuíam os escravizados como propriedade privada e utilizam essa mão de obra forçada principalmente nas plantações e nas casas, como servos domésticos.

Na primeira metade do século XIX, grande parte da renda da classe média brasileira advinha da mão-de-obra dos escravizados conhecidos como negros de ganho: escravizados que vendiam seus serviços nas ruas e praças para garantir o sustento das famílias as quais pertenciam (Theodoro, 2008, p. 18).

Uma nova classe social (sic), composta de pessoas que compravam escravos para o fim especial de instruí-los nalguma arte ou ofício, vendendo-os em seguida por preço elevado, ou alugando seus talentos e trabalho [...] O senhor tomava o cuidado de exigir do seu negro de ganho

uma renda diária de acordo com suas forças. (Gorender, 2016, p. 499 e 503).

Esses senhores geraram riquezas e acumularam capital através da exploração do trabalho escravo durante 388 anos de escravidão no país até o Brasil abolir a escravatura pressionado por colonizadores europeus, em especial os ingleses. A abolição ocorreu não por mera bondade e peso na consciência, mas especialmente por razões econômicas.

Mesmo com a libertação dos escravizados, a população negra não teve acesso a empregos dignos. Estes postos de trabalho foram destinados a imigrantes europeus e asiáticos que vieram ao Brasil incentivados por políticas de imigração.

Não houve a valorização dos antigos escravos ou mesmo dos livres e libertos com alguma qualificação. O nascimento do mercado de trabalho ou, dito de outra forma, a ascensão do trabalho livre como base da economia foi acompanhada pela entrada crescente de uma população trabalhadora no setor de subsistência e em atividades mal remuneradas (Theodoro, 2008, p. 24 e 25).

Após a abolição, o governo brasileiro não criou políticas de integração social e econômica para os libertos e muitos ex-escravizados seguiram trabalhando em condições precárias, sem acesso a direitos fundamentais, como educação e saúde, e sem a possibilidade de competir de maneira igualitária no mercado de trabalho. A estrutura social que perpetuava a desigualdade entre senhores e escravizados persistiu, ainda que de forma transformada, mas profundamente enraizada na sociedade brasileira.

Embora essa hierarquia de senhores e escravizados tenha sido oficialmente abolida, as consequências dessa relação de exploração e opressão se perpetuam através de sistemas de desigualdade social e racismo estrutural afetando as comunidades negras no Brasil que ainda enfrentam os impactos históricos dessa exclusão socioeconômica até o presente momento.

Não podemos negar que injustiças e estratificação sociais são heranças deixada pelo período de escravidão, entretanto, a manutenção das desigualdades estão emaranhadas nas instituições, leis, práticas e normas sociais que normalizam os negros terem menos acesso a empregos de qualidade, à educação superior, à saúde, a cargos de poder, e muitos outros que são oferecidos à população branca

como algo básico, demonstrando que a discriminação racial não é apenas um comportamento individual, mas sim estrutural.

Um ponto central da análise consiste em desenfaturar o legado do escravismo como explicação das relações raciais contemporâneas e, ao invés disso, acentuar o racismo e a discriminação depois da abolição como as principais causas da subordinação social dos não-brancos e seu recrutamento a posições inferiores. Dessa forma, a raça, como atributo socialmente elaborado, é analisada como um critério eficaz dentre os mecanismos que regulam o preenchimento de posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social (Hasenbalg, 2005, p. 20).

Na visão de Quijano (2005, p.118), a raça é o critério com maior peso utilizado na “distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial.”

A partir desta distribuição, surge o racismo como sistema multidimensional de classificação social:

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem (Almeida, 2019).

Apesar de diferenças biológicas entre seres humanos já terem sido negadas como forma de classificação em grupos raciais, as relações sociais continuam utilizando a raça como um balizador de comportamentos, tratamentos e relações, ou seja, ainda que a igualdade biológica seja reconhecida, ela não necessariamente reflete no reconhecimento de igualdade social (Santos, R. 2012).

Carolina Maria de Jesus (2022, p. 64) questionava esta hierarquia onde o branco está no topo: “branco é que diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? [...] A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também. A natureza não seleciona ninguém”.

O racismo não pode ser resumido a atos pontuais de preconceito, intencionais ou não, mas sim um processo social que gera abusos e exploração àqueles que fazem parte de grupos categorizados racialmente. As práticas racistas são reproduzidas porque contam com apoio do poder estatal, tendo em vista que Estado e Capitalismo enxergam as minorias como excedentes que devem ser controlados ou eliminados.

Com efeito, que é o racismo? É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser urna maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; urna maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. [...] Essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer censuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder [...] A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização<sup>5</sup>. Quando você tem uma sociedade de normalização, quando você tem um poder que é, ao menos em toda a sua superfície e em primeira instância, em primeira linha, um biopoder, pois bem, o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo (Foucault, 1976, p. 305 - 306).

Mediante o exposto, convém destacar o conceito de biopoder desenvolvido por Michel Foucault (1976; 1977-1978; 1978-1979) que em resumo é a forma de poder que se propõe a regular e controlar a vida das populações e a administrar as condições de existência e saúde. O biopoder não substitui o poder disciplinar, mas o integra em um sistema mais amplo dividido em duas maneiras fundamentais: a primeira é a disciplina dos corpos por meio de técnicas e práticas que buscam maximizar a utilidade e docilidade do corpo individual. A segunda maneira é a regulação das populações através de práticas como políticas de saúde, saneamento, educação, controle de natalidade e outros. Ao regular práticas como saúde e higiene, o biopoder reforça hierarquias sociais e desigualdades estruturais ao categorizar quem não se adequa às normas impostas como anormal ou desviante. Estas pessoas são frequentemente marginalizadas ou excluídas.

Se o poder de normalização quer exercer o velho direito soberano de matar, ele tem de passar pelo racismo. E se, inversamente, um poder de soberania, ou seja, um poder que tem direito de vida e de morte, quer funcionar com os instrumentos, com os mecanismos, com a tecnologia da normalização, ele também tem de passar pelo racismo. E claro, por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc” (Foucault, 1976, p. 306).

O biopoder pode refletir e reforçar desigualdades sociais. Políticas de saúde e saneamento, a título de exemplo, em sua maioria, favorecem certos grupos em detrimento de outros, perpetuando desigualdades existentes. Este privilégio voltado

---

<sup>5</sup> Refere-se a uma forma de organização social na qual o poder se exerce através de mecanismos que buscam regular e controlar a vida das pessoas, moldando seus comportamentos de acordo com normas preestabelecidas.

a poucos tem como alicerce o modo como a sociedade está estruturada em que desvantagens são atribuídas a alguns e vantagens a outros de acordo com o grupo racial ao qual o indivíduo pertença.

Ao dispensar às populações negra e indígena condições sanitárias deficitárias, oposto ao que é ofertado à população branca, a máquina pública está elegendo quem poderá morrer de doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado.

Consoante Victor de Jesus (2020), o número de pessoas negras internadas por doenças de saneamento no Brasil, entre janeiro de 2008 a outubro de 2016, foi de quase 2 milhões, baseando-se somente em dados oficiais sem considerar as subnotificações.

Além de favorecer a proliferação de doenças e o aumento da mortalidade, a falta de saneamento básico têm impacto negativo na valorização imobiliária dessas áreas sem infraestrutura. Os imóveis sofrem uma significativa queda em seu preço de mercado, uma vez que o interesse de investidores e moradores é menor nestes locais.

De acordo com o IBGE (2022, p. 07), o preço do imóvel “não é determinado apenas pelas características físicas do próprio imóvel, mas também pela localização e inserção na infraestrutura urbana, menores índices de acesso aos serviços de saneamento indicam menores valores desses imóveis”.

Essa segregação, prejudicial a grupos étnicos minoritários, opera com consentimento estatal: quando não há uma atuação governamental, e essa omissão permite agir livremente a desigualdade de forças econômicas no mercado, aos ricos são disponibilizados os solos de maior valor, e aos pobres restam os de menor (Acselrad, Mello e Bezerra, 2009, p.79). Seguindo a mesma lógica dos autores, Barros (2019) afirma que os interesses empresariais influenciam a gestão pública ao permitir que cidades sejam transformadas em produtos de mercado e que desconsiderem o bem estar social, a qualidade de vida, a história, a cultura e a geografia desses espaços.

É nas áreas de maior privação socioeconômica e/ou habitadas por grupos sociais e étnicos sem acesso às esferas decisórias do Estado e do mercado que se concentram a falta de investimento em infraestrutura de saneamento, a ausência de políticas de controle dos depósitos de lixo tóxico, a moradia de risco, a desertificação, entre outros fatores, concorrendo para más condições ambientais de vida e trabalho (Acselrad, Mello e Bezerra. 2009, p. 08-09).

Nota-se que a carência de cidadania recai sobre grupos historicamente marginalizados. E é de encontro à desigualdade espacial urbana que a sociedade civil afro-norte-americana se direciona, na segunda metade do século XX, ao lutar por justiça social e reivindicar direitos civis no âmbito nacional.

## 1.2 Racismo Ambiental

Nos anos 1980, surge nos Estados Unidos da América (EUA) a expressão “racismo ambiental”, a partir de protestos encabeçados por negros estadunidenses que demandavam ambientes ecologicamente equilibrados. As pautas do Movimento por Justiça Ambiental articulavam reivindicações de caráter social, territorial, ambiental, e de direitos civis.

O evento-chave criador do movimento por justiça ambiental aconteceu no Condado de Warren, Carolina do Norte, local designado a um aterro para queima de solo contaminado com BPC (Bifenil policlorado). A escolha do Condado gerou diversos protestos e prisões, fatos que ganharam visibilidade nos noticiários e impulsionaram a realização de um estudo do *U.S. General Accounting Office, Siting of Hazardous Waste Landfills and Their Correlation with Racial and Economic Status of Surrounding Communities*<sup>6</sup> (Bullard, 2000).

O conceito de racismo ambiental surgiu através de debates sobre justiça ambiental e foi empregado pela primeira vez por Benjamim Chavis<sup>7</sup>, químico e reverendo estadunidense, considerado liderança do movimento negro, que atribui ao racismo ambiental a discriminação racial nas políticas ambientais e na escolha deliberada de comunidades negras para depositar rejeitos tóxicos e instalar indústrias poluidoras, conforme sua publicação *Toxic Waste and Race in the United States of America*:

Racismo ambiental é discriminação racial na tomada de decisões. É discriminação racial na efetivação das normas. É discriminação racial na alocação deliberada de lixo tóxico e indústrias poluentes em comunidades vulnerabilizadas. É discriminação racial no consentimento público de fatores de risco à saúde e vida humana em comunidades de cor. E, é discriminação

---

<sup>6</sup> Esse estudo revelou que três em cada quatro aterros comerciais de resíduos perigosos localizados na região sul (que compreende oito estados) estão instalados em comunidades predominantemente afro-americanas, embora estes representem apenas 20% da população regional.

<sup>7</sup> À época foi diretor executivo da United Church of Christ (UCC) - agência de promoção de direitos ligada à igreja protestante - e o criador da expressão racismo ambiental.



racial na histórica exclusão de pessoas de cor<sup>8</sup> dos principais grupos ambientalistas, direção de agências ambientais, comissões e órgãos reguladores (Souza *apud* Chavis Jr., 2015, p. 30).

As decisões ambientais geralmente são tomadas por acordos feitos nas camadas superiores da sociedade em que tomadores de decisão e instituições detêm o poder e beneficiam empresas e as classes mais altas em detrimento de populações carentes, em sua grande maioria negra. Portanto, aos mais pobres e aos grupos racializados desprovidos de poder é distribuída a maior parcela dos riscos ambientais socialmente induzidos.

O racismo ambiental está atrelado ao racismo institucional, na medida em que a ausência de políticas públicas contribui para que no meio ambiente vigorem determinantes da desigualdade social e racial, resultando em iniquidades raciais, exploração política e enfrentamento dos piores problemas ambientais pelas comunidades negras (Bullard, 2004; Acselrad, 2004).

Portanto, não manifesta-se somente em atos individuais isolados, mas também está presente em aparatos institucionais controlados por grupos localizados no topo da hierarquia e que se utilizam de privilégios para se manter em sua posição, ainda que possa gerar, mesmo sem intenção, resultados raciais injustos.

É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros. Mas é como se assim fosse: as formas de exclusão e de manutenção de privilégios nos mais diferentes tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas. Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele (Bento, 2022, p.05).

O racismo ambiental, nas palavras de Bullard (2005), é qualquer política, prática ou diretiva que afete ou prejudique, seja intencionalmente ou não, as condições ambientais de moradia, trabalho ou lazer de indivíduos, grupos ou comunidades com base na cor ou raça, podendo ser reforçadas por instituições governamentais, jurídicas, econômicas, políticas e militares.

Almeida (2019) argumenta que não é sensato justificarmos os distintos graus de exposição a males ambientais por diferentes populações como algo natural ou como uma herança imutável de processos históricos, mas como o resultado de

---

<sup>8</sup> “Pessoas de cor” refere-se a indivíduos que não são brancos e não possuem descendência europeia.

processos políticos e sociais desenvolvidos em escala global, a exemplo, os projetos colonial e imperialista, que resultaram em divisões sociais, reproduzidas nas relações estabelecidas em menor escala, mantidas por instituições legais que definem aqueles que não são brancos, e, por consequência, não terão acesso a materiais e a avanços ligados à branquitude.

Sabemos que os EUA e o Brasil construíram suas histórias a partir do colonialismo escravista e que as duas sociedades desenvolveram-se sobre a hierarquização racial, e até os dias atuais lidam com o racismo de maneiras diferentes, embora ele seja o mesmo em qualquer lugar.

Apesar das singularidades no processo colonial escravista em países das Américas, as distintas populações negras vivenciam políticas racialistas semelhantes, ou seja, não somente os negros estadunidenses, mas também os brasileiros sofrem o problema do racismo ambiental que inclui, entre outras, dificuldades no acesso a recursos básicos, como água, terra, habitação (Souza, 2015).

Por mais que o racismo ambiental tenha sido percebido inicialmente nos EUA, não tardou para este tipo de desigualdade também ser encontrado em outras nações nas formas de exploração, seja da terra, das pessoas e/ou do ambiente natural, viabilizadas pela estrutura de poder sobre grupos étnicos ou raciais que formam uma minoria política ou numérica (Bullard, 2004).

### **1.2.1 Racismo ambiental no contexto brasileiro**

Não é raro no Brasil ser noticiado o rompimento de barragens de água ou de rejeitos; diversos focos de incêndio, em sua grande maioria oriundos do desmatamento florestal; derramamento de óleo no litoral brasileiro; a contaminação de rios pelo garimpo ilegal; a grilagem de terra de povos tradicionais levando violência, doenças e mortes para essas comunidades. Essas e tantas outras catástrofes geradas pela ação do homem resultam em prejuízos irreparáveis ao meio ambiente e trazem problemas ambientais com impactos desiguais na saúde, na qualidade de vida, nas condições de moradias, na dignidade de minorias étnico-raciais residentes nestes territórios.

Povos e comunidades tradicionais<sup>9</sup> brasileiras são frequentemente atingidas pelo racismo ambiental. Embora a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, instituída pelo Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, tenha por objetivos, dentre outros, a garantia aos povos e comunidades tradicionais de seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica; bem como o acesso às políticas públicas sociais e a participação de representantes dos povos e comunidades tradicionais nas instâncias de controle social; além da implantação de infraestrutura adequada às realidades socioculturais e demandas desses povos e comunidades, são inúmeras as denúncias de crimes e violações de seus territórios e direitos por parte de empreendimentos localizados nesses lugares e de políticas públicas, ou a ausência delas, que não incluem essa população no processo de tomada de decisão, perpetuando ações e medidas discriminatórias.

Precisamos evidenciar a combinação entre raça e classe na origem das diversas desigualdades sofridas por sociedades excluídas dos centros de poder e decisão. A partir do entendimento de que há injustiças direcionadas a minorias étnico-raciais, começa-se a escutar as demandas específicas desses indivíduos e da realidade em que eles vivem. Só então, passaremos a enxergar os invisibilizados e daremos espaço para que eles atuem na criação de políticas públicas eficazes na solução de determinados problemas não compartilhados com os mais abastados e privilegiados.

A Ministra de Igualdade Racial, Anielle Franco, salienta que “colocar nossos povos tradicionais, comunidades quilombolas, povos de terreiro no protagonismo da proteção da Amazônia é dever não só do governo brasileiro, mas do mundo. Só será possível alcançar justiça ambiental com justiça racial” (Brasil, 2023).

Somados aos povos tradicionais, as populações de baixa renda que vivem em favelas e áreas vulneráveis também sofrem os efeitos das injustiças ambientais. Moradoras e moradores de comunidades periféricas, sobrevivem com as piores condições de serviços básicos e de infraestrutura urbana. Por estarem fixadas em

---

<sup>9</sup> Comunidades tradicionais no Brasil: Povos indígenas; Andirobeiras; Apanhadores de Sempre-vivas; Caatingueiros; Catadores de Mangaba; Quilombolas, Extrativistas, Ribeirinhos, Caiçaras, Ciganos, Povos de terreiros, Cipozeiros, Castanheiras; Faxinalenses; Fundo e Fecho de Pasto; Geraizeiros; Ilhéus; Isqueiros; Morroquianos; Pantaneiros; Pescadores Artesanais; Piaçaveiros; Pomeranos; Quebradeiras de Coco Babaçu; Retireiros; Seringueiros; Vazanteiros; e Veredeiros.

locais não seguros para construção de moradias - como encostas de morros ou margens de rios, o que as deixam expostas a deslizamentos de terra, enxurradas e inundações - as famílias residentes nessas localidades são cotidianamente afetadas pelos desastres naturais.

Anualmente nos períodos chuvosos, vemos no país tragédias ambientais resultando em prejuízos econômicos, mortes e perdas materiais em áreas cuja ocupação urbana, por comunidades marginalizadas, foi feita sem planejamento habitacional ou de maneira desordenada. Sem poder financeiro e de escolhas, as pessoas vulnerabilizadas constroem suas vidas em áreas de risco ambiental onde os impactos das mudanças climáticas são mais corriqueiros e severos quando comparados aos locais mais ricos.

“No Brasil, nas cidades e centros urbanos, o racismo ambiental tem um impacto significativo na população que vive em favelas e periferias, onde historicamente tem uma maioria da população negra. A falta de acesso a serviços básicos, como água potável e saneamento, de estrutura urbana e de condições de moradia digna afetam a saúde e a qualidade de vida dos moradores e agrava ainda mais os impactos das mudanças climáticas, ocasionando enchentes e deslizamentos” (Brasil, 2024).

A comprovação de que “os mais ricos tendem a escapar dos riscos ambientais residindo em áreas mais protegidas, cujo solo tem maior valor. [...] empurram-se as populações de menor renda para áreas de maior risco e menos atendidas por infraestrutura” (Acselrad, Mello e Bezerra. 2009, p.78) confronta a ideia de que todas as pessoas estão sujeitas, igualmente, a complicações ambientais sem distinção de origem, credo, cor ou classe.

Para compreendermos o racismo ambiental no Brasil, é necessário mencionar como se deu a libertação dos escravizados. Eles foram retirados da senzala, da casa grande ou dos engenhos onde serviam para o completo abandono. Não existiam políticas de acesso a serviços públicos, tampouco sobre a criação de oportunidades de trabalho e de moradia. Sem qualquer condição de cidadania, o negro seria desterritorializado de todas as formas (Pacheco, 2014).

Depois de sete anos de trabalho, o velho, o doente, o aleijado e o mutilado - aqueles que sobreviveram aos horrores da escravidão e não podiam continuar mantendo satisfatória capacidade produtiva - eram atirados à rua, à própria sorte, qual lixo humano indesejável; estes eram chamados de "africanos livres". Não passava, a liberdade sob tais condições, de pura e simples forma de legalizado assassinio coletivo. As classes dirigentes e autoridades públicas praticavam a libertação dos escravos idosos, dos inválidos e dos enfermos incuráveis, sem lhes conceder qualquer recurso,

apoio, ou meio de subsistência. Em 1888 se repetiria o mesmo ato “liberador” que a História do Brasil registra com o nome de Abolição ou de Lei Áurea, aquilo que não passou de um assassinato em massa ou seja, a multiplicação do crime, em menor escala, dos “africanos livres”. Atirando os africanos e seus descendentes para fora da sociedade, a abolição exonerou de responsabilidades os senhores, o estado, e a Igreja. Tudo cessou, extinguiu-se todo o humanismo, qualquer gesto de solidariedade ou de justiça social: o africano e seus descendentes que sobrevivessem como pudessem (Nascimento, 1978, p. 65).

A abolição da escravidão não veio acompanhada de políticas públicas direcionadas aos novos libertos o que culminou na criação de um grupo social à margem de direitos e serviços garantidos aos brancos. Os negros, deixando de ser interessantes para o mercado foram lançados em locais esquecidos pelas autoridades e de preferência bem distantes, tornando-os assim cada vez mais invisibilizados.

“O itinerário da exclusão socioeconômica da população negra brasileira é determinado pela sua condição étnico/racial associada ao escravizado, sendo um indicativo de estigma social, inferioridade, segregação espacial e vulnerabilidade” (Sousa, 2004, p. 133 e 134), ou seja, o próprio racismo ambiental que também está presente nas cidades, “edificado” em favelas e áreas precárias, carentes de infraestrutura, locais geralmente habitados por pessoas pobres, em sua maioria, de etnia negra (Barros, 2019).

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas, etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos habitacionais, cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos dos dias de hoje. O critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. (Gonzalez, Hasenbalg, 1982, p.15).

Ao longo da história, aos negros cabem os espaços carentes que perpassam desde a senzala, mocambos, quilombos, cortiços, favelas até as periferias. Todos esses ambientes compartilham a ausência de:

Saúde, educação, lazer, transporte, mercado de trabalho, praças, parques, teatros, cinemas e espaços satisfatórios em quantidade e qualidade, elementos primordiais ao desenvolvimento do ambiente construído e ao pleno exercício da sociabilidade daqueles que produzem e vivem no chão das cidades brasileiras. Na história do país, diante do contexto da cidade e do urbano, o percurso da população negra tem sido, gradualmente, em direção às áreas da pobreza (Oliveira, Souza, 2014).

Inicialmente o termo racismo ambiental era empregado para denunciar a exposição desigual de comunidades não brancas e/ou pobres a riscos ambientais, todavia, experiências e progressos de movimentos de justiça ambiental ampliaram o entendimento do conceito na medida em que perceberam o ambiente também como espaços urbanos onde não há oferta de equipamentos e inexistem serviços ambientais (Souza, 2015).

De acordo com a integrante do Movimento das Mulheres Negras da Floresta Dandara, Franci Júnior: “se olharmos como e de que forma foram o processo de povoamento da região Norte, as manobras de ocupação das terras indígenas e dos quilombolas, podemos perceber escurecidamente o racismo ambiental” (Nunomura, 2024).

A partir de dados disponibilizados pelo Censo demográfico 2022, fica comprovada a região brasileira com a maior concentração de pessoas negras: o norte com 76% da população se declarando preta ou parda. Ela também lidera a população indígena do país com um percentual de 4,34%. Segundo o IBGE, em 2022, o rendimento mensal real domiciliar per capita da região norte era de R\$1.096,00, muito abaixo da região sul com o maior rendimento do país: R\$1.927 (Belandi; Gomes, 2024).

Com uma análise interseccional incluindo gênero e raça, o DIEESE (2023), a partir de dados do 2º trimestre de 2023 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua - IBGE - apresenta o rendimento médio nacional de mulheres, negras e não negras, e homens, negros e não negros. Com o menor rendimento médio nacional estão as mulheres negras (R\$1.908); em seguida estão os homens negros (R\$2.390); abaixo apenas dos homens não negros (R\$4.013), estão as mulheres não negras com rendimento médio de (R\$3.096).

Homens e mulheres da região norte possuem rendimento médio inferior à média nacional, sendo os piores rendimentos recebidos pela população negra: mulheres negras (R\$1.862); homens negros (R\$2.163); mulheres não negras (R\$2.730); homens não negros (R\$3.067). O sul, por sua vez, apresenta rendimento médio acima do nacional para as mulheres e homens negros, entretanto, assim como em todas as outras regiões do Brasil, eles continuam a receber os menores rendimentos quando comparados às mulheres e aos homens não negros: mulheres

negras (R\$1.960); homens negros (R\$2.666); mulheres não negras (R\$2.879); homens não negros (R\$3.786).

Analisar as características dos domicílios no norte do país considerando as relações e os cruzamentos de gênero, de raça e de classe, demonstra a presença de racismo ambiental nesta localidade, onde estão os piores indicadores de saneamento básico do país, realidade bem diferente do sul brasileiro com os segundos melhores índices, atrás apenas da região sudeste: no norte apenas 24,41% dos domicílios estão conectados à rede de esgoto contra 63,73% da região sul; quanto ao abastecimento de água, somente 56,45% dos domicílios são abastecidos pela rede geral, bem abaixo do sul com 86,89% de seus domicílios; a coleta de lixo no norte é de 80,48%, também inferior à porcentagem de 95,39% no sul. Não por coincidência, a região sul possui a menor população negra (26,7%) e a maior renda média mensal do Brasil (IBGE, 2024).

Os dados acima comprovam que o princípio de universalização proposto pela legislação federal de saneamento básico, Lei nº 11.445/2007, não está sendo respeitado. O objetivo é a ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico, pois sendo este um direito humano essencial, os serviços públicos de abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas deveriam estar sendo prestados integralmente às populações de todas as regiões do país.

Não negamos que tenha ocorrido aumento no acesso a serviços de saneamento básico, como mostram os dados do último censo, porém, uma parcela da população brasileira ainda é carente de água encanada e esgoto, precisamente: “24%, ou 49 milhões de habitantes, ainda não têm atendimento adequado de esgotamento sanitário e 4,8 milhões não recebem água encanada. Entre os pretos e pardos, que correspondem a 55% da população, o percentual sobe para 68,6%”. Para o especialista do IBGE responsável pelos dados da pesquisa, Bruno Perez, “em todos os 20 municípios brasileiros mais populosos, a população de cor ou raça branca tem mais acesso a abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo do que a população de cor ou raça preta, parda e indígena” (Ferreira, 2024).

Desigualdades econômicas, espaciais, socioambientais são acentuadas para pretos, pardos e indígenas cotidianamente impactados pelas privações de direitos, serviços e equipamentos públicos, infraestrutura, saneamento básico. Esses

indivíduos, em sua maioria, possuem menos recursos financeiros, logo, menos recursos políticos, o que dificulta atuações e pressões mais fortes nas esferas decisórias em sociedades capitalistas, cujos eixos estruturadores são o racismo e o patriarcado, lideradas majoritariamente por homens brancos e ricos.

Buscando enfrentar o racismo ambiental na Amazônia Legal<sup>10</sup>, o Governo Federal criou em 2023 o Comitê de Monitoramento da Amazônia Negra e Enfrentamento ao Racismo Ambiental, uma parceria do Ministério da Igualdade Racial com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. O Comitê irá colaborar com os órgãos de promoção da igualdade racial nos municípios e estados da Amazônia Legal visando a ampliação de políticas de igualdade racial para que elas alcancem o maior número possível de estados e municípios de maneira satisfatória (Brasil, 2023).

Para que esta realidade excludente, marginalizante, desigual em que se encontram milhões de brasileiros seja transformada em igualdade racial e equidade de direitos, precisamos combater o racismo estrutural enraizado em nossa sociedade e ramificado em diversas áreas, inclusive ambiental. É imprescindível questionarmos os privilégios dados a algumas raças e as discriminações dispensadas a outras, e colocarmos os grupos marginalizados como protagonistas de soluções para os problemas que os afetam.

“Nenhuma medida será plenamente eficaz enquanto não pensarmos as soluções colocando no centro as populações mais vulnerabilizadas, em sua maioria as pessoas pobres e negras, tanto nas áreas rurais quanto nos centros urbanos” afirma Anielle Franco, Ministra de Igualdade Racial, em seu pronunciamento sobre a tragédia causada pelas chuvas, em janeiro de 2024, que atingiram a zona norte da região metropolitana do Rio de Janeiro e deixaram 12 pessoas mortas (Brasil, 2024).

Combater o racismo ambiental é dever de todos, e para que isto ocorra, devemos reconhecer o problema, valorizar os saberes e as vivências dos grupos afetados pelas desigualdades geradas por ele, assim como proteger os direitos humanos e ambientais dessas comunidades.

---

<sup>10</sup> A Amazônia Legal toma uma área de aproximadamente 5 milhões de quilômetros quadrados, o que corresponde a 59% do território brasileiro. A região administrativa engloba nove estados e 772 municípios distribuídos da seguinte forma: Acre (22 municípios), Amapá (16), Amazonas (62), Mato Grosso (141), Pará (144), Rondônia (52), Roraima (15), Tocantins (139) e parte do Maranhão (181).



### 1.3 Movimentos por Justiça Ambiental

Sob a bandeira da luta contra o racismo ambiental, comunidades de baixa renda, trabalhadores e grupos de afro-americanos fundaram o movimento pela justiça ambiental, relacionando os problemas ecológicos às desigualdades racial e de gênero, bem como à pobreza (Martinez, 2018).

Visando superar a discriminação ambiental materializada no tratamento desigual a determinados grupos com base na raça, classe, ou outra característica distintiva, os movimentos por equidade social clamavam por justiça ambiental, esta compreendida como:

Tratamento justo e o envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e aplicação de políticas, leis e regulações ambientais. Por tratamento justo entenda-se que nenhum grupo de pessoas, incluindo-se aí grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas resultantes da operação de empreendimentos industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais ou municipais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão destas políticas” (Acselrad, Mello e Bezerra, *et al.*, 2009, p. 16).

O que teve seu início como lutas comunitárias pontuais e regionais nos EUA contra instalações para resíduos tóxicos, transformou-se em um movimento multiétnico e multirregional que abraça diversas questões e enxerga os danos ambientais além do ponto de vista técnico-científico, pois, incluem na problemática as particularidades sociopolíticas da questão.

Constatada a desigualdade distributiva, movimentos sociais passaram a exigir um “meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o “meio ambiente” é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas, sociais, políticas, estéticas e econômicas” (Acselrad, Mello e Bezerra, *et al.*, 2009, p. 16). As ações desses movimentos modificaram a configuração de forças sociais envolvidas nas lutas ambientais e, em circunstâncias específicas, produziram mudanças no aparelho estatal e regulatório responsável pela proteção ambiental (Acselrad, 2010).

Os primeiros movimentos sociais nos Estados Unidos lutavam por direitos civis e tinham como objetivos a justiça social e o fim da institucionalização do racismo. Neste momento inicial, não se pretendia alcançar justiça ambiental, pois,

ela só viria a ser incluída nas pautas de protestos após os casos Love Canal e Warren Country.

O movimento por justiça ambiental surgiu em comunidades negras cuja população estava exposta à contaminação de poluição industrial. Os moradores denunciavam ações desproporcionais causadoras de desigualdades e injustiças ambientais<sup>11</sup>, mais tarde conceituadas como racismo ambiental.

Na visão de Tânia Pacheco (2014, p. 04) o racismo ambiental pode ser compreendido como “injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre grupos étnicos vulnerabilizados e sobre outras comunidades, discriminadas por sua ‘raça’, origem ou cor.” Ele se traduz em injustiças sociais e ambientais endereçadas a etnias vulnerabilizadas e “não se figura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem”.

Este tipo de racismo pode ser gerado por políticas públicas e práticas industriais que privilegiam as empresas ao mesmo tempo que prejudicam populações não brancas. As instituições governamentais como um todo reforçam o racismo ambiental ao interferir na utilização local da terra, na aplicação de normas ambientais e no estabelecimento de instalações industriais sempre favorecendo as camadas mais influentes e poderosas da sociedade (Bullard, 2005).

Nos Estados Unidos, por exemplo, algumas comunidades são rotineiramente intoxicadas enquanto o governo finge ignorar. A legislação ambiental não tem beneficiado de maneira uniforme todos os segmentos da sociedade. As populações não-brancas (afroamericanos, latinos, asiáticos, povos das ilhas do Pacífico e povos indígenas americanos), têm sofrido, de modo desproporcional, danos causados por toxinas industriais em seus locais de trabalho ou nos bairros onde moram. Estes grupos têm de lutar contra a poluição do ar e da água, subprodutos de aterros sanitários municipais incineradores, indústrias poluentes, e tratamento, armazenagem e vazadouro de lixo tóxico (Filgueira *apud* Bullard, 2021, p. 188).

A partir de organizações sociais, igreja por exemplo, vigentes à época e contrárias à discriminação racial e à injustiça social, surgiram os grupos ambientalistas negros estadunidenses. Este tipo de organização civil foi a escolha das comunidades negras devido à inadequada, ou até mesmo inexistente, representação política de seus direitos e interesses nas entidades ambientalistas

---

<sup>11</sup> “O mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis” (Herculano, 2008, p. 2).

tradicionais. Enquanto o movimento tradicional ambiental, criado no final do século XIX, se preocupava com vida selvagem e sua preservação, proteção do solo, do ar e dos recursos hídricos, diminuição da poluição e regulação da atividade industrial, as questões referentes à equidade social e à distribuição dos impactos ambientais continuavam em segundo e terceiro planos (Almeida, 2015).

Com a crescente demanda, vinda de diferentes grupos sociais, por tratamento imparcial, entidades ambientais, posteriormente consideradas ambientalistas modernos, passaram a dialogar com o movimento negro e a inserir em suas pautas manifestações a favor da equidade social como status de direito civil, o que veio a fortalecer o surgimento do movimento por justiça ambiental.

O episódio considerado fundador desse movimento é o protesto de moradores do Condado de Warren contra a instalação de descarte de resíduos de PCB, ocorrido em 1982, e divulgado nacionalmente. Após esta ação, embora ela não tenha tido êxito neste primeiro momento, a luta por justiça ambiental foi difundida pelos EUA, e a relação existente entre as situações de risco ambiental e o critério racial foi denunciada por todo território nacional.

Do caso Warren em diante, nasceram ações articuladas do movimento negro estadunidense por justiça ambiental, as quais podemos destacar: *Love Canal Homeowners Association*, *Clearinghouse for Hazardous Waste (CHHW)*, *Center for Health, Environment and Justice (CHEJ)*, *Citizens Against Nuclear Trash (CANT)*, bem como o estudo *Siting of Hazardous Waste Landfills and Their Correlation with Racial and Economic Status of Surrounding Communities* realizado, em 1983, pela *United States General Accounting Office*. Outra pesquisa relevante, *Toxic Waste and Race in the United States of America*, foi elaborada pela *Commission for Racial Justice*, no ano de 1987. A partir dela verificou-se como fator principal, na escolha de alocação dos ônus ambientais, a “raça” mais do que o índice socioeconômico (Souza, 2015).

Pressionado, o governo dos EUA elaborou novas leis e políticas de proteção ambiental federal, visando inclusive a descontaminação das comunidades afetadas; criou um fundo de indenização e outro de recuperação para as comunidades atingidas; abriu espaço, através da *The Community Right-to-know Act*, à participação democrática e ao direito à informação da população local acerca dos empreendimentos que seriam instalados em suas comunidades (Herculano, 2008).

Após vários episódios de racismo, o crescente número de denúncias acerca da distribuição desproporcional de riscos e impactos ambientais, impulsionou cientistas sociais a estudar a interdependência entre classes sociais, raça e meio ambiente.

Desses estudos, diversos trabalhos foram desenvolvidos, e posteriormente transformados em livros. *Dumping in Dixie: race, class and environmental quality* de Robert Doyle Bullard<sup>12</sup>, um dos mais conhecidos, menciona a transformação das lutas comunitárias, que inicialmente eram locais e direcionadas contra instalações de resíduos tóxicos, para um movimento mais abrangente por justiça ambiental (Bullard, 2013).

Foi constatado que o fator renda não é determinante, mas sim agravante em relação à proteção ambiental desigual a comunidades negras estadunidenses: os riscos ambientais têm maior incidência em comunidades minoritárias.

As pesquisas e estudos deram uma grande contribuição ao movimento, visto que traçaram a relação entre exposições ambientais, raça e pobreza. Conforme Herculano (2001, p. 03 - 04), os esforços acadêmicos trabalhavam em cima de quatro pontos básicos:

- 1 - as comunidades étnicas e pobres são forçadas a suportar uma parte desproporcional do fardo ambiental. Isto era evidenciado com resultados de pesquisas que descobriram que a distribuição espacial dos depósitos de resíduos químicos perigosos, bem como a localização de indústrias muito poluentes, acompanhavam a distribuição territorial das etnias pobres nos Estados Unidos;
- 2 - tal fardo constitui-se em sério risco para a saúde de seus residentes;
- 3 - a solução destas questões reside na busca de justiça ambiental;
- 4- a justiça ambiental é alcançada não apenas reduzindo os níveis de poluição em qualquer lugar, mas construindo direitos de participação e autodeterminação nas comunidades mais ameaçadas pelos desastres ambientais

Tendo ciência que para se alcançar justiça ambiental é necessária uma atuação mais efetiva no combate às injustiças, ativistas de todos os estados americanos marcaram presença na Primeira Cúpula Nacional de Lideranças Ambientais de Povos de Cor, realizada em 1991, na cidade de Washington. Este evento foi organizado pela *Commission for Racial Justice* com o intuito de criar uma agenda nacional que dialogasse com os movimentos por direitos civis juntamente com os movimentos ambientalistas (Acselrad, 2004).

---

<sup>12</sup> Sociólogo considerado o “pai da justiça ambiental” devido a suas pesquisas, atuações em manifestações populares e contribuições acerca da iniquidade racial.

O movimento por justiça ambiental atravessou as fronteiras dos EUA. A Cúpula contou com participantes de outros países para elaboração e adoção em conjunto de 17 princípios de justiça ambiental cujo preâmbulo menciona:

NÓS, O POVO DE COR, reunidos nesta Cúpula Multinacional de Liderança Ambiental de Pessoas de Cor para começar a construção um movimento nacional e internacional de todos os povos de cor para lutar contra a destruição e tomada de nossas terras e comunidades; [...] garantir justiça ambiental; promover alternativas econômicas que contribuam para o desenvolvimento de meios de subsistência ambientalmente seguros; e para assegurar nossa libertação política, econômica e cultural que foi negada por mais de 500 anos de colonização e opressão, resultando no envenenamento de nossas comunidades e terras e no genocídio de nossos povos (Lustosa, 2021, n.p).

A Cúpula buscou difundir direitos civis e ambientais dos povos de cor, ao passo que demonstrou a força do movimento por justiça ambiental, este composto de entidades heterogêneas, dentre elas, de direitos civis, grupos comunitários, organizações de trabalhadores, igrejas e intelectuais, todos trabalhando no enfrentamento ao racismo ambiental (Acselrad, 2004).

De todos os 17 princípios<sup>13</sup>, mencionaremos o 2º - “A Justiça Ambiental exige que as políticas públicas tenham por base o respeito mútuo e a justiça para todos os povos, livre de toda forma de discriminação ou preconceito”; e o 7º - “A Justiça Ambiental exige o direito de participar em grau de igualdade em todos os níveis de tomada de decisão, incluindo avaliação, planejamento, implemento, execução e análise de necessidades”.

Acreditamos que o 2º princípio surge com a finalidade de combater a desigualdade ambiental que se apresenta de duas maneiras: proteção ambiental desigual, a qual diz respeito à implementação de políticas ambientais, ou a falta dela, que geram riscos ambientais de forma desproporcional aos mais pobres e às etnias marginalizadas, geralmente moradores de áreas desvalorizadas. A segunda maneira é o acesso desigual aos recursos ambientais tanto na esfera da produção como na esfera de consumo (Acselrad, Mello e Bezerra, 2009).

O 7º princípio, por sua vez, está relacionado ao crescente entendimento por parte dos atores sociais de que a proteção ambiental não é exclusividade das classes médias urbanas, mas parte integrante das lutas sociais das minorias, em

---

<sup>13</sup> <http://www.justicaambiental.com.br/Historia/PrincipiosJusticaAmbiental>

que estes precisam fazer parte dos processos de decisões, bem como ter suas demandas ouvidas e incluídas nestes processos.

As reivindicações, os protestos e a própria Cúpula Nacional de Lideranças Ambientais de Povos de Cor abriram caminhos para o diálogo entre aqueles que demandam por justiça ambiental e as autoridades competentes. A discussão sobre o tema não só alastrou-se pelo país de origem, como também ganhou espaço nas agendas de movimentos sociais em outras nações.

No Brasil, “uma primeira iniciativa de releitura da experiência norte-americana por entidades brasileiras deu-se pela elaboração de um material de discussão feito e publicado pela ONG Ibase” (Acsegrad, 2010, p. 111). A partir dessa iniciativa, foi organizado o Seminário Internacional Justiça ambiental e Cidadania, realizado em setembro de 2001 na cidade de Niterói, precursor da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), criada no mesmo ano, cuja inspiração foi o movimento negro estadunidense que, nos anos 1980, iniciou denúncias no campo do debate ambiental sobre a concentração de depósitos de lixo tóxico ou de indústrias poluentes nas áreas habitadas pela população negra (rbja.org, 2022).

Esta Rede intitula-se como uma articulação de organizações da sociedade civil, movimentos sociais, movimentos comunitários, militantes e outros que atuam contra o racismo e as injustiças ambientais. Seus objetivos vão desde denúncias até ações de resistência socioambiental: “denunciar a preponderância da destruição do meio ambiente e dos espaços coletivos de vida em locais onde vivem populações negras; indígenas; sem recursos econômicos; fortalecer ações coletivas que possam se contrapor a esse processo” (rbja.org, 2022).

Atuando como fórum de discussões, mobilizações e articulação política, criou-se uma declaração de princípios e práticas associados à justiça ambiental:

- a - asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas;
- b - asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país;
- c - asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito;
- d - favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção

de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso (rbja.org, 2022, p. 02).

Os princípios da RBJA muito se assemelham aos da I Cúpula Nacional de Lideranças Ambientais de Povos de Cor, demonstrando que apesar das particularidades de cada Estado, a problemática envolvendo questões ambientais, raciais e de classe ainda está presente em qualquer sociedade onde impera o racismo e que para combater a distribuição desigual do ônus ambiental e assegurar acesso igualitário aos recursos, a sociedade precisa participar da tomada de decisões e da formulação de políticas públicas.

A RBJA também em sua declaração de princípios e ainda sobre justiça ambiental deixa em evidência a urgência de se trabalhar conjuntamente a questão do ambiente no que tange a preservação, distribuição e justiça. Esta rede entende que a partir da criação do conceito de justiça ambiental fica nítida a necessidade de se aproximar, em uma mesma dinâmica, as lutas populares pelos direitos sociais e humanos e pela qualidade coletiva de vida e a sustentabilidade ambiental.

Consideramos que Justiça Ambiental é um conceito aglutinador e mobilizador, por integrar as dimensões ambiental, social e ética da sustentabilidade e do desenvolvimento, frequentemente dissociados nos discursos e nas práticas. Tal conceito contribui para reverter a fragmentação e o isolamento de vários movimentos sociais frente aos processos de globalização e reestruturação produtiva que provocam perda de soberania, desemprego, precarização do trabalho e fragilização do movimento sindical e social como um todo. Justiça ambiental, mais que uma expressão do campo do direito, assume-se como campo de reflexão, mobilização e bandeira de luta de diversos sujeitos e entidades, como sindicatos, associações de moradoras e moradores, grupos de atingidas e atingidos por diversos riscos (como as barragens e várias substâncias químicas), ambientalistas e cientistas (rbja.org, 2022, p. 04).

No que tange às injustiças ambientais e buscando combater as desigualdades socioambientais que recaem majoritariamente sobre não brancos, negros e índios, ou seja, aqueles constantemente excluídos dos processos decisórios, novas articulações sociais passaram a questionar a ausência, a deslegitimação, a invisibilização e o não reconhecimento desses indivíduos nos espaços de decisão das políticas

Tanto no cenário nacional, quanto na escala local, os negros têm seus direitos violados e são os mais impactados pelas desigualdades e discriminações raciais. Visando combater injustiças e promover igualdade de direitos, o Movimento Negro

Brasileiro tem se organizado e se articulado nacionalmente por meio da Coalizão Negra por Direitos composta por mais de 200 organizações e coletivos de pessoas negras.

A História exige da população negra brasileira e de toda a diáspora africana, ações articuladas para o enfrentamento ao racismo, ao genocídio e às desigualdades, injustiças e violências derivadas desta realidade. Esta Coalizão se reúne para fazer incidência política em nosso próprio nome, a partir dos valores da colaboração, ancestralidade, circularidade, partilha do axé (força de vida herdada e transmitida), oralidade, transparência, autocuidado, solidariedade, coletivismo, memória, reconhecimento e respeito às diferenças, horizontalidade e amor (<https://coalizaonegrapordireitos.org.br>, [s.d]).

O movimento negro trabalha incessantemente na luta contra o racismo e defende a proteção ao direito à vida de 56% da população brasileira (negra) e a preservação da natureza com direitos humanos. O que não será possível se não forem eliminados os crimes de racismo ambiental que impactam cotidianamente a vida da maioria da população brasileira.

Sobre racismo ambiental, a Coalizão Negra por Direitos exige do estado brasileiro:

A erradicação do racismo ambiental com promoção de políticas que garantam o acesso universal das populações urbanas e rurais à moradia digna, à cidade, à terra, à água potável, ao saneamento básico; bem como a promoção da soberania alimentar e o acesso à alimentação saudável, adequada e com qualidade, livre de agrotóxicos e transgênicos, a defesa dos bens comuns e proteção contra a mercantilização dos recursos naturais – inclusive as águas e as florestas (<https://coalizaonegrapordireitos.org.br>, [s.d]).

A Coalizão vem denunciando, nas últimas Conferências do Clima, o racismo ambiental que assume proporções catastróficas no Brasil e impacta a população afrodescendente, uma vez que são a maioria entre os moradores de áreas em risco, e, portanto, os mais afetados pelas mudanças climáticas. Embora haja discussões e ações de mitigação e adaptação climática no Brasil, estas não priorizam a população mais exposta às mudanças climáticas: população negra.

Ações coletivas de um grupo organizado, como nessas coalizões e movimentos sociais, perseguindo melhores condições de vida nos aspectos sociais, ambientais e econômicos, são exemplos de possibilidades de atuação da sociedade na luta pela criação de novos direitos e pelo cumprimento dos já existentes (Carvalho; Patriarcha-Graciolli, 2014). Esses modelos de organização da sociedade civil se mostram relevantes na busca por solução de problemas, visto que grupos se



organizam através deles para uma participação mais ativa e influente nas tomadas de decisões.

#### **1.4 Participação social: de movimentos sociais a associações comunitárias**

Nos anos 1960, tanto nos Estados Unidos com o movimento dos direitos civis quanto na Europa a partir dos protestos do Maio de 68, novos estudos sobre movimentos sociais emergiram, não mais baseados em classe social, mas principalmente em etnia; gênero; estilo de vida; cultura. Esses movimentos sociais não buscavam revolução política por meio da tomada do poder de Estado, tampouco, eram percebidos como reações irracionais de indivíduos isolados, mas sim, movimentação coerente, organizada e solidária de diversas pessoas.

Esses “movimentos”, compreendidos como ações coordenadas acontecendo fora das instituições políticas e protagonizadas por jovens, mulheres, estudantes, profissionais liberais, predominantemente de classe média, levantando novas bandeiras: “não mais voltadas para as condições de vida, ou para a redistribuição de recursos, mas para a qualidade de vida, e para afirmação da diversidade de estilos de vivê-la” (Alonso, 2009, p.51). Essas novas demandas por mudanças na sociabilidade e na cultura eram exigidas via formas diretas de ação política através da persuasão desses movimentos, os movimentos sociais.

Movimento social, na análise de Gohn (2008), é sinônimo de ação coletiva, pois surge através de grupos da sociedade civil na luta por direitos individuais e coletivos nas dimensões sociopolíticas, econômicas ou culturais. Na visão da autora, este tipo de movimento usualmente é composto por:

Demandas que configuram sua identidade; adversários; aliados; bases, lideranças e assessorias - que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilização; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações (Gohn, 2008, p. 14).

Os movimentos sociais realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas, perseguem direitos individuais e coletivos. Esses direitos demandados pelas ações coletivas precisam valer para todos em igualdade de condições e impulsionar mudanças sociais.

Na década de 1970, três teorias dos “movimentos sociais” surgiram. A primeira, Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), nasceu no cenário de inquietação política nos EUA causada pelo movimento dos direitos civis na busca por direitos similares aos dos cidadãos brancos para os negros norte-americanos: a intenção seria garantir o fim de um contexto de exclusão social e política através de acesso igualitário aos direitos sociais e políticos (Alonso, 2009).

Seus teóricos defendem uma abordagem racional dos movimentos sociais, eles negam a análise destes como ações de indivíduos movidos por meros sentimentos de irracionalidade, já que acreditam que os atores envolvidos no movimento social são orientados por ações racionais que medem a relação custos-benefícios do seu compromisso e mobilizam estrategicamente os recursos necessários para atingirem os seus objetivos (McCarthy e Zald, 1977).

Para a TMR, após a realização de cálculo racional entre benefícios e custos, o indivíduo escolhe agir ou não conforme deliberação individual. Entretanto, no caso da ação coletiva é preciso contar com recursos materiais (financeiros e infraestrutura), humanos (ativistas e apoiadores) e de organização para que haja coordenação entre indivíduos que outrora tomavam decisões individuais. “A criação de associações ou, mais comumente, o uso de estruturas comunitárias preexistentes, daria a base organizacional para os movimentos sociais” (Alonso, 2009, p. 52).

Nunes (2014) menciona que o sucesso das organizações de movimento social está ligado aos recursos econômicos e humanos que estes detêm. McCarthy e Zald (1977) apontam a importância de outro tipo de recursos (como o conhecimento, o acesso aos media e o reconhecimento da legitimidade e da autoridade junto das populações), mas é principalmente através dos meios econômicos que se consegue estabelecer uma ligação profissional e contínua dos indivíduos às organizações e aos movimentos sociais.

Os movimentos são vistos da mesma maneira dos partidos, lobbies e grupos de interesses, “eles jogam e disputam seu público consumidor, de adeptos ou financiadores, num mesmo campo. Eles também competem entre si pelas mesmas fontes de recursos e oportunidades” (Gohn, 1997, p. 51).

Em suma, os movimentos sociais para a TMR são grupos de interesses, vistos como organizações, semelhantes a uma firma e analisados sob a ótica da burocracia de uma instituição. Esta burocratização dos movimentos sociais

demonstra a racionalização plena da atividade política desses movimentos, que, pouco a pouco, vão criando normas, hierarquia interna e divisão do trabalho cujos membros especializam-se, transformando os líderes em gerentes, responsáveis por administrar recursos e coordenar as ações.

Críticas à abordagem de Mobilizações de Recursos surgiram principalmente devido ao seu enfoque exclusivamente econômico em que os aspectos organizacionais eram priorizados dentro de uma lógica econômica que presidia às ações dos movimentos, tratados como uma organização formal (Alonso, 2009).

Nos anos 70, a Teoria do Processo Político (TPP) se desenvolveu após apontamentos de falhas na TMR. Ela mantém uma abordagem racional, porém, focada não mais em recursos internos aos movimentos sociais, mas sim nos externos, enfatizando o ambiente político para explicar os fatores que desencadeiam episódios de protesto esporádicos e de movimentos sociais.

Nesta abordagem, o desenvolvimento do processo político, o campo da cultura e a interpretação das ações coletivas são valorizados, portanto, a estrutura das oportunidades políticas, o grau de organização dos grupos demandatários, bem como a análise cultural na interpretação dos discursos dos atores dos movimentos ganham papel de destaque (Gohn, 1997).

Agora o contexto político-institucional é considerado o aspecto mais importante como propulsor da ação coletiva: os recursos internos ao movimento como dinheiro, poder, técnicas organizativas que eram protagonistas na teoria da mobilização de recursos perdem seu espaço para as oportunidades proporcionadas pelo ambiente político externo que favorecem a ação de agentes sociais.

O movimento social, assim, resolve o problema da mobilização e organização da ação na medida em que responde às oportunidades políticas que oferecem recursos externos e coletivos ao movimento. Em outras palavras, o movimento é um fenômeno social “desencadeado pelos incentivos que criam as oportunidades políticas”, as quais o habilitam a “superar os obstáculos adversos à ação coletiva” na medida em que reduz os custos da participação (Carlos, 2011 *apud* Tarrow, 1997, p. 18).

Para Gohn (2008) existem também diferenças entre as duas teorias quanto aos movimentos sociais analisados por cada uma delas: A TMR se deteve ao movimento dos direitos civis, ao das mulheres, àqueles contra a guerra e as armas, enquanto a TPP deu uma nova releitura ao dos direitos civis, além de estudar outros

movimentos como ecológicos, minorias nacionalistas, medicinas alternativas, direitos dos animais, Nova Era, novos movimentos religiosos, entre outros.

O que se entende por movimento social na TPP destoa do conceito de protestos ocasionais, uma vez que, os movimentos sociais buscam gerar consequências políticas por um determinado período e envolve um processo de ação coletiva continuado que inclui: campanhas sustentadas de reivindicações; um conjunto de performances públicas como manifestações, comícios, criação de associações especializadas, encontros públicos, petições, propaganda e lobbying; representações públicas (Tarrow e Tilly, 2006, p. 45).

Com visão semelhante, Gohn (2010) acredita que para um movimento social ter uma certa permanência, é preciso que ele crie identidade própria a partir de suas demandas e suas necessidades. A identidade política dos movimentos nasce por meio do processo de luta em que excluídos ou sem direitos se reconhecem e identificam-se.

Limitar a explicação da ação coletiva aos recursos adquiridos e ao cálculo de custos da ação pelo ator racional demonstra o desprezo pelas práticas sociais, dos movimentos, construídas por processos dinâmicos, identitários e interacionais. A ação coletiva realmente acontece devido ao acesso ou intercâmbio de recursos, como também envolve a transmissão de ideias, o desenvolvimento de identidades e dinâmicas de interação comunicativa (Carlos, 2011 apud Mischel, 2003).

Diferentemente da TPP, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), paradigma europeu de ação coletiva, dá destaque, dentre as atividades dos movimentos, para o processo de construção de uma identidade coletiva, que entende ser um fim em si mesmo. Por mais que a criação de identidade coletiva leve em consideração um cálculo custo/benefício, ela também é produto de um reconhecimento emocional.

Assim: “A identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada produzida por numerosos indivíduos e relativa às orientações da ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual a ação acontece” (Alonso, 2009 apud Melucci, 1988, p. 342).

Ou seja, a identidade coletiva pode ser traduzida como um elo entre indivíduos, ativistas ou organizações, em que estes compartilham causas, têm objetivos comuns e se comprometem com as mesmas ações.

De acordo com a TNMS, os novos movimentos sociais surgem através de ações de resistência, não mais por itens redistributivos, do mundo do trabalho, mas sim voltadas para a construção ou o reconhecimento de identidades coletivas. Portanto, as novas mobilizações não nasceram de uma base social delimitada, bem como seus atores não são definidos por uma atividade, o trabalho, mas por formas de vida. Os “novos sujeitos” não seriam, então, classes, mas grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural. Isto é, poderiam vir de todas as minorias excluídas (Touraine lista negros, hispânicos, índios, homossexuais, mulheres, jovens, velhos, intelectuais) e teriam em comum uma atitude de oposição (Alonso, 2009).

Os principais teóricos dos Novos Movimentos Sociais: Alain Touraine, Jürgen Habermas, Alberto Melucci, apesar de terem posicionamentos distintos entre si, mantêm visão semelhante à TPP: o enquadramento macrohistórico e a associação entre mudança social e formas de conflitos. A novidade está na interpretação efetivamente cultural que estes dão para os movimentos sociais.

Para Touraine (1996), os movimentos sociais têm atribuição primordial na transformação social e cultural das sociedades e, assim como na TMR e TPP, são considerados como um tipo de ação coletiva particular que os distancia de simples protestos populares. Porém, para este autor, a existência de um movimento social depende da articulação de três princípios: a definição do ator (princípio da identidade — I); a identificação do adversário social (princípio da oposição — O) e a referência a temas culturais comuns (princípio da totalidade — T).

Melucci (1988), por sua vez, compreende os movimentos sociais como uma forma de ação coletiva que nasce de oportunidades e constrangimentos, composta de organização, lideranças e estratégias. Melucci compartilha a tese da TMR e da TPP de que relações ou organizações já existentes facilitam o engajamento, porém, no lugar de “estruturas de mobilização”, utiliza a noção de “redes de relacionamento” em que ocorrem interação e motivação para a criação da própria ação coletiva (Melucci, 1988, p. 340).

Objetivando apresentar um conceito alternativo às escolas de movimentos sociais, tanto as norte-americanas, TRM e TPP, como a europeia, TNMS, cujos focos revezam entre a estratégia dos atores no alcance de seus objetivos e a identidade coletiva dos sujeitos na formação do movimento social, a rede de

movimento social surge com uma visão composta tanto pelos nexos internos à ação coletiva quanto pela relação dos participantes com atores político-institucionais.

O poder de influência dos movimentos sociais nas políticas públicas depende não somente das oportunidades de acesso aos processos decisórios, mas também das interações entre os próprios movimentos e outros atores, estatais e não estatais, que resultam na construção e reconstrução de políticas e instituições. Os movimentos procuram modificar o ambiente institucional no qual estão inseridos almejando produzir um espaço propício a suas propostas (Abers, Silva e Tatagiba, 2018).

Os movimentos sociais têm lutado tanto para transformar comportamentos sociais como para influenciar políticas públicas. Como parte desses esforços, muitas vezes se mobilizam em prol de mudanças nos processos de tomada de decisão estatal, demandando a inclusão da sociedade civil em novos espaços participativos. Essa demanda implica não somente na criação de espaços de diálogo entre atores da sociedade civil e do governo, mas da maior presença de ativistas de movimentos sociais dentro do próprio Estado (Abers, Bülow, 2011).

Embora alguns movimentos sociais não aprovelem a atuação de ativistas em cargos na burocracia, outros movimentos enxergam o Estado como um espaço favorável para sobressair suas demandas. Ao romper as barreiras entre sociedade e Estado, ora trabalhando em órgãos governamentais, ora atuando em organizações da sociedade civil, os ativistas utilizam o Estado como arena de militância política buscando uma crescente participação em processos decisórios a fim de alcançar seus objetivos (Abers, Bülow, 2011).

Esses movimentos se diferem de outros atores não estatais por criarem oportunidades a pessoas que individualmente não teriam poder político e/ou decisório, mas atuando de forma coletiva, conseguem expor seus interesses aos tomadores de decisão. Para Abers, Silva e Tatagiba (2018, p.106), os movimentos “extrapolam o âmbito restrito dos conflitos de interesses ou de demandas pontuais no interior dos subsistemas nos quais atuam e se vinculam diretamente às disputas relacionadas à forma de organização da vida em sociedade”.

Sabe-se que a luta dos atores coletivos não é exclusiva por obtenção de benefícios materiais, mas inclui a construção de novas identidades, culturas, linguagens e hábitos. Consoante Carlos (2011, p. 157), o ideal é uma interpretação que valorize a estrutura relacional da ação coletiva:

A presença de uma identidade coletiva que transcenda as fronteiras de um evento específico e reúna as diferentes ocorrências, manifestações e práticas de atores individuais, coletivos e organizacionais, e, ainda, que agrupe os diferentes contextos históricos e espacialidades envolvidas, é o principal elemento delimitador da rede de um dado movimento social. A consequência central desta definição é que o movimento social não se restringe à sua organização ou, muito menos, ao ato de protesto público. O movimento social (ou sua rede) é uma estrutura informal de organizações, grupos e indivíduos ligados por identidades coletivas ou reconhecimento mútuo, cuja ação pode ocorrer ao longo de um continuum intertemporal e passar por períodos de protesto específico e/ou de articulação com canais da política institucional.

A partir do processo de construção da identidade coletiva em que atores se reconhecem como membros conectados por cultura e solidariedade diferentes, desenvolve-se uma rede de movimento social não-hierárquica que vai organizando-se de maneira flexível conforme a própria identidade coletiva.

Com o advento de sociedades globalizadas, informatizadas, multiculturais e complexas, as identidades tornaram-se mais plurais e as lutas pela cidadania passaram a incluir, com uma frequência maior, diversas dimensões que vão desde gênero, etnia, classe, até a busca pela igualdade, pela liberdade, pela paz, pelo ecologicamente correto, pela sustentabilidade social e ambiental, pelo respeito à diversidade e às diferenças culturais dentre outros (Scherer-Warren, 2006).

O ativismo nos dias atuais é responsável por um conjunto de ações orientadas àqueles mais excluídos, discriminados, carentes. Como qualquer relação social, as redes são compostas por poder, conflito, bem como por possibilidades de solidariedade, de reciprocidade e de compartilhamento. Portanto, é importante saber “como se dá o equilíbrio entre essas tendências antagônicas do social e como possibilitam ou não a autonomia dos sujeitos sociais, especialmente os mais excluídos e que, frequentemente, são as denominadas “populações-alvo” desses mediadores” (Scherer-Warren, 2006, p. 122).

Ainda de acordo com a autora, as redes por terem variadas formas permitem a ligação de diversos atores sociais de distintos tipos de organizações tanto em níveis locais, quanto nos mais globais, o que colabora para um diálogo de múltiplos interesses e valores. Por mais que esse diálogo tenha conflitos, o encontro e o confronto das reivindicações e lutas referentes a diversos aspectos da cidadania vêm permitindo aos movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural.

Para Scherer-Warren (2006), no espaço das mobilizações de base local, encontra-se a sociedade civil composta por múltiplas forças sociais, demonstrando a pluralidade e a diversidade de segmentos sociais de determinada sociedade. É na base local que as identidades coletivas se fortalecem e solidificam o sentimento de pertencimento, conseqüentemente, a sociedade civil passa a ser defensora da cidadania e suas respectivas formas de organização em torno de interesses públicos e valores.

Assim sendo, podemos afirmar que a sociedade civil representa vários níveis de interesses e valores heterogêneos, vigentes em determinada sociedade, que são transformados em ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas.

O conceito de sociedade civil surge com o objetivo de fazer diferenciação entre esferas pública e privada, sendo descrita como “esfera das relações sociais não reguladas pelo Estado” (De Marchi; Moraes; Pagani, 2021, p. 05 *apud* Bobbio, 2007, p. 33), embora esta mantenha relação com os setores público e privado.

Conforme Scherer-Warren (2006), a sociedade civil pode ser representada em diferentes níveis:

**Quadro 1:** Categorização da sociedade civil

<b>Nível</b>	<b>Tipo</b>	<b>Forças Associativas ou Organizações Locais?</b>
Primeiro	Associativismo Local	As associações civis; os movimentos comunitários e sujeitos sociais envolvidos com causas sociais ou culturais do cotidiano; coletivos informais; as Organizações Não-Governamentais (ONGs); o terceiro setor.
Segundo	Formas de articulação inter-organizacionais	Fóruns da sociedade civil; as associações nacionais de ONGs e as redes de redes.
Terceiro	Mobilizações na esfera pública	Articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes por meio de grandes manifestações com a finalidade de produzir visibilidade para os próprios manifestantes e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo.

Elaboração: autora.



Os movimentos sociais de base, o associativismo local, bem como o setorizado notaram a importância de se articularem com outros grupos que compartilham a mesma identidade social ou política, com o intuito de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania.

Como organização da sociedade civil em nível local, as associações comunitárias são importantes incentivadores de ações coletivas a partir da formação de uma identidade compartilhada que desencadeia a confiança dos cidadãos nas instituições. Essas organizações possuem estruturas favoráveis a reivindicações e lutas pelos interesses da comunidade junto ao poder público, para que a população usufrua dos seus direitos.

São nesses espaços das associações, geralmente mais abertos e inclusivos, que se desenvolvem reflexões sobre questões prioritárias e se articulam discursos voltados para a solução de problemas sociais (Fung, 2003). Esses debates, posteriormente, se transformam em demandas concretas, que são levadas a diversas arenas políticas, como a mídia ou o poder público. (Binderkrantz et al., 2015).

Para dar legitimidade à associação comunitária, é preciso que haja participação. Através dela “acontece o envolvimento dos cidadãos na tomada de decisão e na busca de soluções para as necessidades comuns, reforçando o sentido de comunidade e fortalecendo os laços sociais e o desenvolvimento local” (De Marchi; Moraes; Pagani, 2021, p.03).

Associações comunitárias são organizações formais, criadas a partir da união de ideias e objetivos comuns. Elas têm como papel a centralização da força dos moradores da comunidade e buscam representar, de maneira mais eficaz, necessidades e anseios da localidade em que estão inseridas. Originam-se da participação espontânea dos moradores locais, onde cada bairro tem cultura, costumes e práticas próprias que influenciam na tomada de decisão. Logo, a associação é formada por diferentes visões e concepções da realidade (De Marchi; Moraes; Pagani, 2021, p.07).

As associações comunitárias contam com ajuda mútua dos seus participantes já que eles são simultaneamente agentes e beneficiários do trabalho desenvolvido por elas. Os membros destas associações buscam desafiar políticos e autoridades na tomada de decisões que tenham impactos e resultados positivos no desenvolvimento local e na melhoria da qualidade de vida dos bairros.

Ao transmitir aos formuladores de políticas as preferências, prioridades e demandas dos grupos que representam, as associações reforçam a qualidade da representação e, por extensão, da democracia. Isso ocorre porque elas integram grupos marginalizados ou minoritários ao processo político, permitindo àqueles que são diretamente impactados por uma decisão expressarem suas opiniões e, se possível, influenciar sua formulação (Lüchmann, 2012; Fung; Wright, 2001).

Atuar e participar de associações aumenta o nível de engajamento político já que a pressão na definição de agendas de políticas públicas e a cobrança por direitos fundamentais não se limita a uma única pessoa, mas a um grupo de pessoas ou uma comunidade, que tem nas associações um meio de buscar alternativas. Em suma, as associações têm uma atuação mais ativa na implementação ou execução de políticas públicas, pois conseguem criar ambientes de interação com o Estado.

Comunidades organizadas em associações tendem a ser politicamente mais ativas, pois dão voz a demandas e problemas sociais de grupos situados à margem dos processos de representação e de decisão política. Este tipo de interação confere à sociedade civil uma atuação mais democrática e participativa.

## **CAPÍTULO 2 - REALIDADE SOCIOESPACIAL DA COMUNIDADE SANTA LUZIA/DF**

Como vimos no primeiro capítulo, a injustiça ambiental prejudica as condições de saúde, moradia, trabalho de comunidades pobres em uma dinâmica perversa e permanente de exclusão que retira desses indivíduos direitos básicos e humanos como o acesso à água potável, a coleta adequada de lixo e o tratamento de esgoto. Este processo de exclusão territorial e social nas cidades encaminha as populações vulnerabilizadas à periferização. “A segregação é uma realidade atual que reforça a continuidade de um modelo de urbanização marginalizante, no qual o negro é o grupo social mais preterido” (Panta, 2020, p.90).

A marginalização da população negra nas periferias pobres, por questões econômicas, sociais, raciais, políticas ou culturais, ou mesmo a combinação de diversos elementos, traz à tona a segregação racial no âmbito urbano. Apesar da ausência de leis abertamente segregacionistas no Brasil, existem projetos e políticas

de “limpeza” das cidades com base em pensamentos eugenista e higienista (Panta, 2018).

A sociedade desigual fez dos negros e dos pobres, mas principalmente dos negros pobres, o objeto de seu desprezo e aviltamento. Não precisa deles. Ao menos não tão perto. A sociedade desigual necessita visceralmente da apartação, do distanciamento entre os grupos. Esse é um dos motores de reprodução da desigualdade, é o que alimenta o medo e aprofunda a ausência de empatia e de solidariedade. À sociedade desigual falta fundamentalmente a identificação com o outro, o diferente; falta o sentimento de que todos fazem parte de um mesmo grupo (Theodoro, 2022, p. 274).

Segundo Panta (2018), uma grande parcela da população negra passa a maior parte de suas vidas morando em periferias pobres e bairros populares, resquício do domínio colonial que contaminou a mentalidade brasileira, ou seja, o racismo continua a ser a principal ferramenta de dominação utilizada pelos grupos dominantes sobre aqueles considerados inferiores.

Conforme mencionado anteriormente, se analisarmos o histórico de moradia, infraestrutura, trabalho, lazer das minorias étnico-raciais veremos que ele é marcado por condições ambientais insalubres e saneamento inadequado devido a políticas ambientais discriminatórias. É preciso relacionar o caráter racial a esta problemática, uma vez que, determinados grupos são mais vulneráveis do que outros, conforme o racismo ambiental nos alerta: “a desigualdade ambiental tem especificidade racial” (Acselrad, 2004, p. 31).

Utilizaremos o conceito de marginalidade apresentado por Germani (1973, p. 12) cujo sentido faz referência às condições socioambientais de setores da população segregados em áreas não atendidas por serviços urbanos, residentes em moradias improvisadas e sobre terrenos ocupados ilegalmente. O autor aponta outras características do estado de marginalidade, as quais dizem respeito à ausência de participação em geral das comunidades locais nas instituições governamentais.

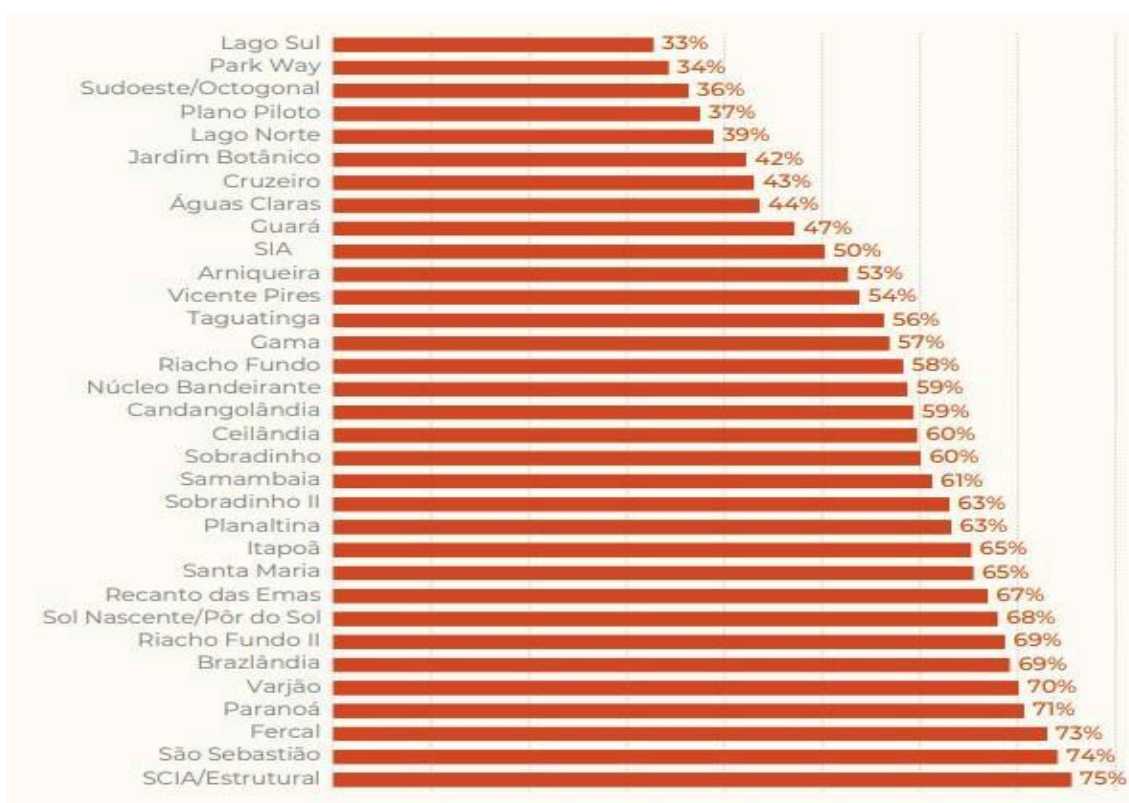
No Brasil vigora um sistema regulatório pautado por decisões governamentais e políticas públicas que perpetuam práticas discriminatórias e favorecem o racismo ambiental, ou seja, a institucionalização da discriminação é aceita com o intuito de manter a maior oferta de bens e serviços em localidades determinadas, sobrepondo a populações de minorias étnicas, piores condições de vida.

Quando analisamos o Distrito Federal (DF), unidade da federação onde está localizada Brasília, cidade criada em 1960 para ser a nova capital do Brasil, hoje um

dos maiores aglomerados urbanos do país com uma população de quase três milhões de habitantes distribuídos em 35 regiões administrativas, percebemos que o quadro estruturante de desigualdades na sociedade brasileira está fortemente acentuado neste território.

O DF é um território negro (57,3% da população) e uma das regiões brasileiras com maior desigualdade social. Se tomamos estas desigualdades com um recorte em relação à cor/raça, essa desigualdade se apresenta da seguinte maneira: nas áreas centrais com rendimento mais alto concentra-se população não negra (apenas nove regiões administrativas não têm mais de cinquenta por cento de seus habitantes autodeclarados pretos ou pardos), enquanto nas regiões administrativas de renda mais baixa, 50% até mais de 75% da população se autodeclara negra (Codeplan, 2022).

**Figura 1:** População negra por Região Administrativa do DF (2021) Valores em porcentagem (%)

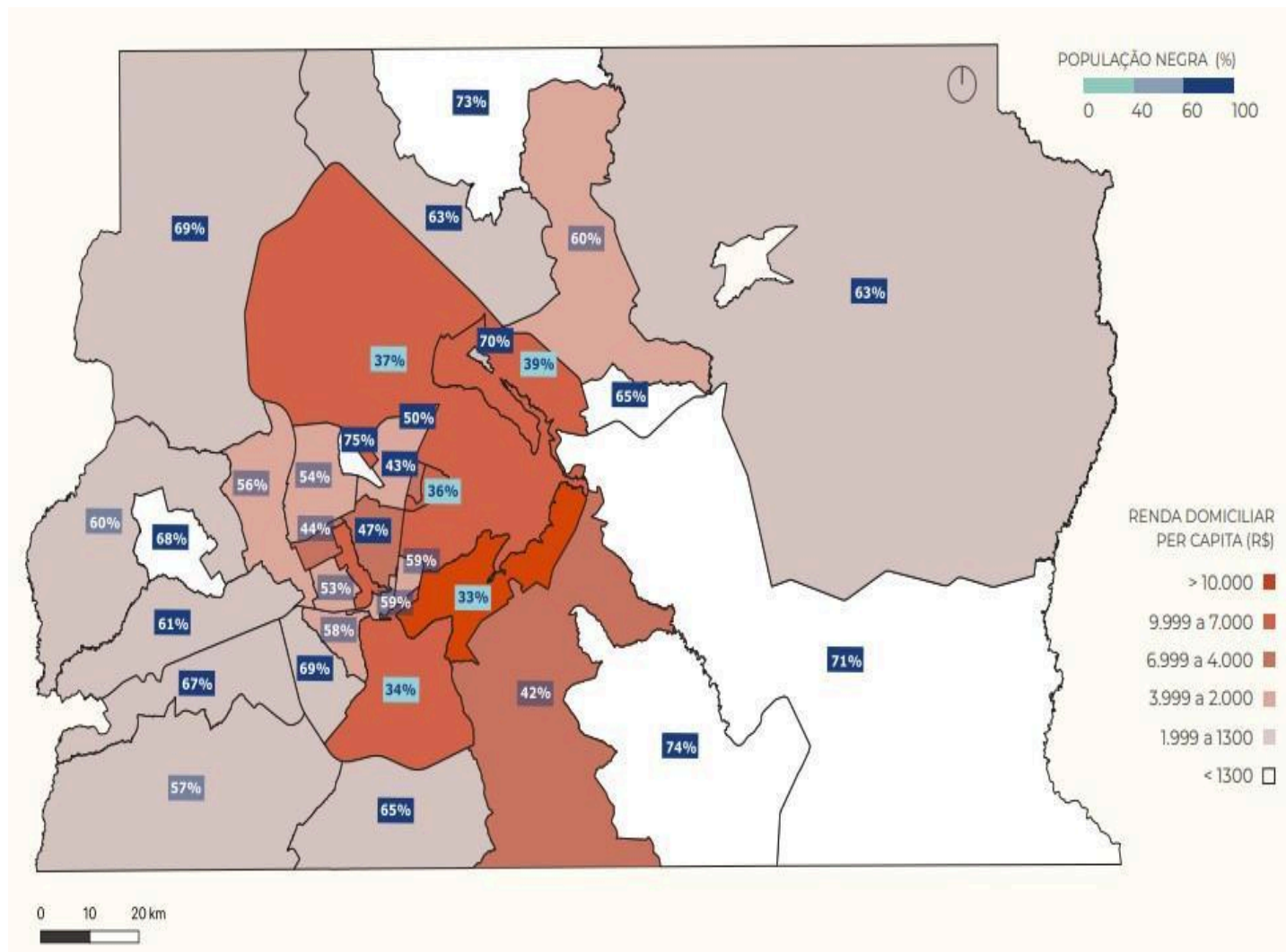


Fonte: PDAD/DF, 2022 - Elaboração Mapa das Desigualdades - INESC.

Utilizando dois extremos como exemplo, nota-se que enquanto a área mais nobre do DF, Lago Sul, tem o menor percentual de pessoas que se declaram negras

(33%) ao mesmo tempo que possui o maior rendimento bruto domiciliar mensal, R\$31.322,91. A menos de vinte quilômetros de distância da Praça dos Três Poderes, 75% dos moradores na Estrutural, se declaram negros e contam com rendimento bruto domiciliar mensal de R\$ 2.014,00 (Codeplan, 2022).

**Mapa 1: Rendimento domiciliar x População negra no DF (2021)**  
Valores de rendimento em salários-mínimos e valores de população em porcentagem (%)



Fonte: PDAD/DF, 2022 - Elaboração Mapa das Desigualdades - INESC.

A realidade elitista e segregadora do Distrito Federal (DF) foi herdada desde a criação da nova capital na região Centro-Oeste cuja fama gerou uma explosão demográfica: Brasília era vista como local de prosperidade, com melhores condições de vida e atraiu migrantes de diversas regiões, principalmente goianos, mineiros e nordestinos. “Isso criou grande demanda habitacional, especialmente entre a

população de baixa renda, o que acompanha a história de Brasília desde antes de sua inauguração, em 21 de abril de 1960” (Saads, 2020, p. 302).

Com o intuito de preservar o projeto do Plano Piloto e distanciar as populações de baixa renda do centro, foram criadas políticas habitacionais e núcleos urbanos mais afastados voltadas para esse grupo. As ofertas de infraestrutura básica nesses locais, entretanto, são escassas se comparadas à infraestrutura disponível no centro de Brasília.

As ocupações irregulares no DF surgiram ao longo dos anos, a partir das invasões de terras públicas por populações de baixa renda, como ocorreu na Cidade Estrutural. O crescimento desordenado resultou em vários impactos no nível ambiental devido à precariedade das ocupações e a falta de atuação do poder público.

A Cidade Estrutural nasceu durante os anos 1960 a partir da construção de barracos, ao redor de resíduos sólidos urbanos no denominado “Lixão da Estrutural”, pelos catadores de lixo que buscavam meios de sobrevivência no aterro sanitário do Distrito Federal. Os primeiros domicílios no local não somavam 100 unidades, porém, a invasão cresceu e tornou-se a Vila Estrutural que de acordo com a última Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021, possui população urbana de 37.527 pessoas. No ano de 2004, a Lei nº 3.315 criou o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA cuja sede urbana é a própria Vila Estrutural. (Codeplan, 2022).

Como podemos ver no mapa da Região Administrativa SCIA-Estrutural (RA XXV), Santa Luzia/DF - área demarcada de vermelho - localiza-se próxima à Unidade de Recebimento de Entulhos (URE) do Serviço de Limpeza Urbana (SLU), antigo lixão que esteve ativo até 2018, e à faixa de tamponamento do Parque Nacional de Brasília. Por estar situada em área considerada irregular, Santa Luzia/DF é uma das comunidades menos consolidadas do Distrito Federal devido a dificuldades ambientais e urbanísticas legais para viabilizar sua fixação (Codeplan, 2022).



**Mapa 2:** Localização de Santa Luzia/DF na Região Administrativa SCIA-Estrutural (RA XXV)



Fonte: Google Maps

\*\* Antigo Lixão da Estrutural.

Observando a foto aérea atual da RA XXV, nota-se que a localização referente à Estrutural é urbanisticamente mais organizada quando comparada ao espaço correspondente à Santa Luzia/DF, o que se deve ao processo de regularização conquistado através de muita luta pelos moradores daquela região.

A luta pelo direito à moradia, além de ser uma reação a um crescimento urbano excludente e concentrador de riquezas, próprio das metrópoles capitalistas, e a uma ordem desigual de reconhecimento de direitos, também era a luta pelo direito de morar na Estrutural, área privilegiada do Distrito Federal, de preservar e usufruir de tudo que se tinha construído e conquistado, e de se afirmar que aquele também era lugar de quem vive e trabalha com o lixo (Santos, C. 2013, p.155).

Durante o processo de regularização fundiária que só viria a acontecer em julho de 2012, através do Decreto nº 33.781, ocorreram na Estrutural realocações e reassentamentos de parte da população para que as ocupações existentes

estivessem de acordo com as condicionantes urbanísticas e ambientais do projeto urbanístico da cidade. Tais medidas foram previstas no Projeto Integrado Vila Estrutural (PIVE) de 2008 cujos objetivos eram urbanizar a Vila Estrutural e retirar famílias das áreas de risco (Santos, F. 2013).

Conforme Fernando Santos (2013, p. 34), o cenário vigente na Vila Estrutural antes do início da implementação do PIVE era marcado por distintas vulnerabilidades originadas por múltiplos fatores, dentre eles podemos destacar alguns como “a escassez de ativos e de estruturas de oportunidades e a presença do Lixão [...]. A falta de infraestrutura urbana e a precariedade na oferta de serviços públicos à população eram características marcantes da cidade.”

O Projeto Integrado da Vila Estrutural era um subcomponente do Programa Brasília Sustentável financiado pelos Governo Federal e Governo do Distrito Federal (GDF) juntamente com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), mais conhecido como Banco Mundial. O pilar fundamental deste programa “reside no conceito de saneamento ambiental, vinculado à capacidade e à vontade política de se criar espaços, condições e ambientes coletivos nos diversos segmentos sociais presentes na região-alvo - Vila Estrutural (Brasília, 2007, p. 01)”.

Paulatinamente, serviços e equipamentos públicos foram sendo ofertados e instalados na região administrativa. Hoje a população conta com esgotamento sanitário, rede geral de água e energia elétrica, ruas pavimentadas, possui escolas e creches públicas, unidades básicas de saúde, postos policiais, centro olímpico, restaurante comunitário; repartições públicas como Centro de Referência de Assistência Social - CRAS; Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Conselho Tutelar e outros.

Embora as condições de vida dos moradores que residem na Estrutural tenham melhorado ao longo dos anos, pesquisas e levantamentos, feitos por diversas entidades e agências governamentais, realizados no Distrito Federal sobre vulnerabilidade social e índices de privação apontam a região da Estrutural como um dos locais que mais possuem problemas sociais e de infraestrutura.



**Figura 2 - Ranking do IVS-DF, 2018 e 2021**

Colocação em 2021	Colocação em 2018	Δ posições	Território/Região Administrativa	2018	2021	Δ índice
			<b>DISTRITO FEDERAL</b>	<b>0,32</b>	<b>0,33</b>	<b>0,012</b>
1º	4º	↑3	Lago Sul	0,09	0,07	-0,018
2º	2º	=	Sudoeste/Octogonal	0,08	0,09	0,008
3º	5º	↑2	Plano Piloto	0,09	0,11	0,014
4º	3º	↓1	Águas Claras	0,08	0,12	0,042
5º	1º	↓4	Cruzeiro	0,08	0,12	0,047
6º	9º	↑3	Guará	0,19	0,14	-0,048
7º	6º	↓1	SIA	0,12	0,14	0,025
8º	10º	↑2	Lago Norte	0,19	0,15	-0,036
9º	7º	↓1	Park Way	0,14	0,15	0,015
10º	8º	↓1	Jardim Botânico	0,17	0,17	0,001
11º	17º	↑6	Taguatinga	0,29	0,21	-0,079
12º	16º	↑4	Núcleo Bandeirante	0,29	0,21	-0,075
13º	13º	=	Sobradinho	0,26	0,23	-0,030
14º	12º	↓2	Candangolândia	0,26	0,26	0,003
15º	19º	↑4	Gama	0,29	0,27	-0,023
16º	14º	↓2	Vicente Pires	0,28	0,27	-0,005
17º	20º	↑4	Riacho Fundo II	0,33	0,30	-0,033
18º	11º	↓7	Riacho Fundo	0,26	0,31	0,054
19º	15º	↓5	Arniqueira	0,29	0,35	0,064
20º	18º	↓3	Sobradinho II	0,29	0,35	0,057
21º	25º	↑4	Santa Maria	0,42	0,37	-0,051
22º	29º	↑7	Varjão	0,55	0,37	-0,181
23º	22º	↓1	Samambaia	0,38	0,38	-0,003
24º	21º	↓3	Ceilândia	0,37	0,39	0,023
25º	24º	↓1	Brazlândia	0,40	0,41	0,007
26º	23º	↓3	Recanto das Emas	0,40	0,48	0,079
27º	28º	↑1	Planaltina	0,48	0,48	0,000
28º	30º	↑2	Itapoã	0,58	0,49	-0,096
29º	27º	↓2	Paranoá	0,45	0,53	0,075
30º	26º	↓4	São Sebastião	0,44	0,54	0,101
31º	31º	=	Fercal	0,61	0,60	-0,006
32º	32º	=	Sol Nascente/Pôr do Sol	0,66	0,71	0,051
33º	33º	=	SCIA/Estrutural	0,79	0,75	-0,043

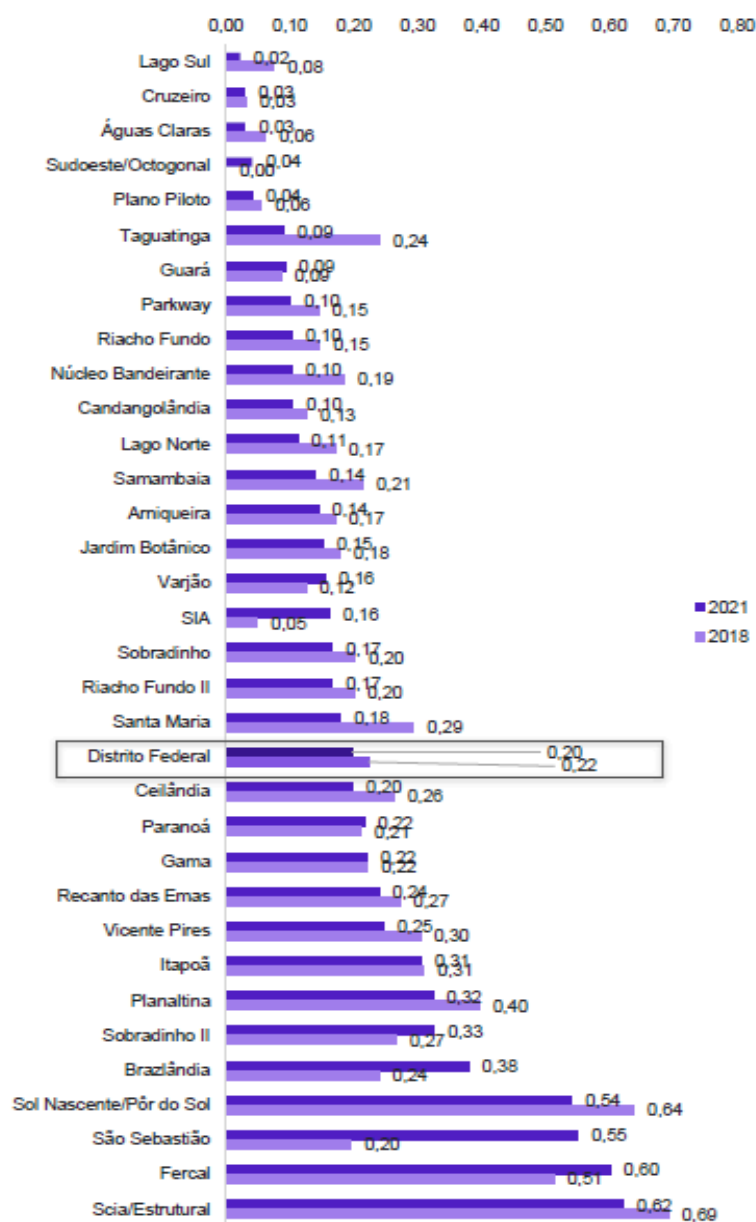
Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018 e 2021  
Elaboração: DIPOS/IPEDF/Coordenar

A Estrutural obteve a pior posição no ranking do índice de vulnerabilidade social nos anos de 2018 e 2021, mesmo tendo uma leve queda na faixa de vulnerabilidade. Esses dados foram divulgados em março de 2024 pelo Relatório de Evolução do Índice de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal (IVS-dF) 2018 - 2021.

Ao verificarmos especificamente os Índices de Vulnerabilidade Social referente ao indicador acesso a saneamento básico da dimensão Infraestrutura e Ambiência Urbana, inferimos que SCIA/Estrutural é a Região Administrativa com as taxas mais altas de pessoas que vivem em domicílios cujo abastecimento de água não provém de rede geral ou cujo esgotamento sanitário não é realizado por rede coletora ou fossa séptica e sem coleta de lixo entre a população total.

**Figura 3:** Dimensão Infraestrutura e Ambiência Urbana por RA, 2018 e 2021

Dimensão Infraestrutura e Ambiência Urbana (D1) por RA, 2018 e 2021



Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018 e 2021  
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Quando se trata da realidade de Santa Luzia/DF, considerada favela da Estrutural, composta não por acaso por 74% de moradores que se declaram negros e sobrevivem com rendimento bruto domiciliar mensal de R\$ 1.747, 40 (Codeplan, 2022), as condições são ainda mais precárias, uma vez que o território carece de infraestrutura e serviços básicos: sua população vive em meio a esgoto a céu aberto, ruas sem asfalto, sem acesso à luz elétrica e ao abastecimento de água encanada ou própria para consumo, limpeza urbana, drenagem e manejo de água da chuva.

É nas áreas de maior privação socioeconômica e/ou habitadas por grupos sociais e étnicos sem acesso às esferas decisórias do Estado e do mercado que se concentram a falta de investimento em infraestrutura de saneamento, a ausência de políticas de controle dos depósitos de lixo tóxico, a moradia de risco, entre outros fatores, concorrendo para más condições ambientais de vida e trabalho (ACSERALD et al., 2009, p. 08-09).

Tais condições de saneamento estão atreladas aos contextos de racismo ambiental e remetem ao Período Colonial quando a população negra escravizada já não tinha acesso a este tipo de serviço. Atualmente, as carências de saneamento afetam a saúde e as vidas tanto das populações negras tradicionais quanto das populações negras urbanas de favelas, periferias e subúrbios. Tais vivências sanitárias marcadas por condições ambientais insalubres incluem o não acesso à água (potável ou não) e às instalações sanitárias; disputa pelo uso da água e privatização indevida de recursos hídricos; lançamento de esgoto e poluição no corpo hídrico; disposição inadequada e lançamento clandestino de resíduos (domésticos ou tóxicos); vivência em lixões, vazadouros de lixo e aterros de lixo químico (Jesus, V. 2020).

De acordo com as tipologias dos assentamentos precários<sup>14</sup>, segundo o Ministério das Cidades, e dos critérios utilizados pelo IBGE para identificação das favelas, Santa Luzia/DF enquadra-se em todos:

A) Predominância de domicílios com graus diferenciados de insegurança jurídica da posse;

---

<sup>14</sup> o conjunto de assentamentos urbanos inadequados ocupados por moradores de baixa renda, incluindo as tipologias tradicionalmente utilizadas pelas políticas públicas de habitação, tais como cortiços, loteamentos irregulares de periferia, favelas e assemelhados, bem como os conjuntos habitacionais que se acham degradados (BRASIL, 2010, p. 9).

B) Ausência ou oferta incompleta e/ou precária de serviços públicos (iluminação elétrica pública e domiciliar, abastecimento de água, esgotamento sanitário, sistemas de drenagem e coleta de lixo regular) por parte das instituições competentes; e/ou

C) Predomínio de edificações, arruamento e infraestrutura que usualmente são autoproduzidos e/ou se orientam por parâmetros urbanísticos e construtivos distintos dos definidos pelos órgãos públicos; e/ou

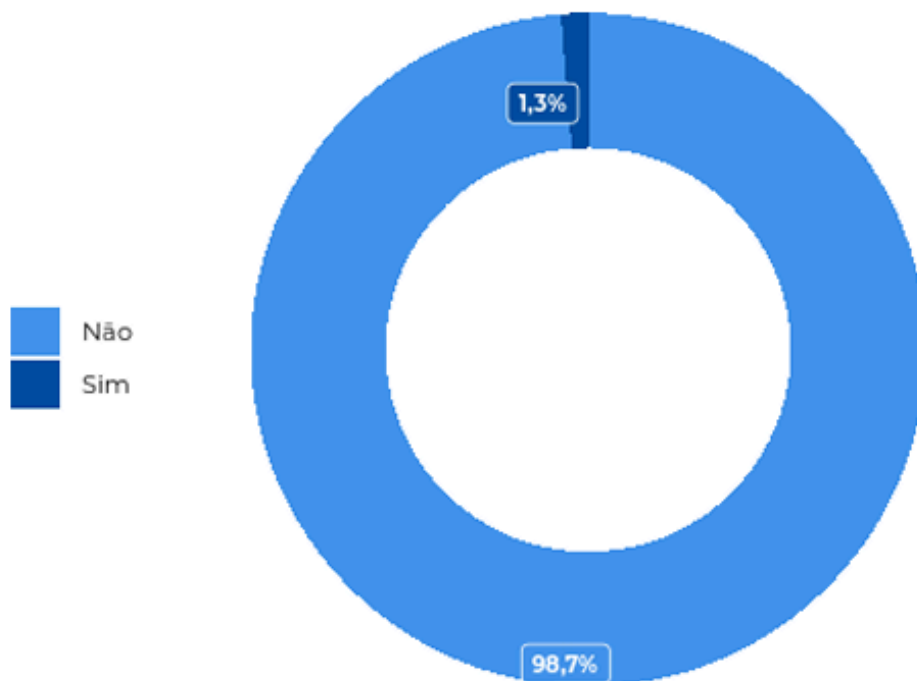
D) Localização em áreas com restrição à ocupação definidas pela legislação ambiental ou urbanística, tais como faixas de domínio de rodovias e ferrovias, linhas de transmissão de energia e áreas protegidas, entre outras; ou em sítios urbanos caracterizados como áreas de risco ambiental (geológico, geomorfológico, climático, hidrológico e de contaminação) (IBGE, 2024, p. 53-54).

Em Santa Luzia/DF, quase a totalidade dos domicílios, 98,7% especificamente, não são regularizados (critério A). A insegurança jurídica de posse deixa invisível toda uma comunidade que não possui código de endereçamento postal (CEP). Por não conseguir provar o endereço onde residem, esses cidadãos ficam sem acesso a direitos e serviços fundamentais, como escolas e creches, postos de saúde, internet, inclusive os correios.

Para receber correspondências, compras, encomendas por serviço postal, a população precisa indicar o CEP residencial de familiares e conhecidos que vivem em outras regiões ou ir buscar na própria agência dos correios, algo nada simples para os moradores que não contam com linha de ônibus regular rodando dentro da comunidade.

A não regularização de áreas periféricas gera impactos negativos na qualidade de vida das pessoas. A dificuldade de acesso a serviços públicos traz desafios diários à rotina dos moradores de Santa Luzia/DF que dependem de transporte público. Eles enfrentam um deslocamento longo embaixo de sol ou chuva, andando sobre poeira ou lama, a depender da estação do ano, até chegar ao ponto de ônibus mais próximo na Estrutural.

**Figura 4:** Distribuição dos domicílios ocupados segundo a regularização do lote, Chácara Santa Luzia, 2021



Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD 2021

Ao longo de quase vinte anos desde o seu surgimento, esta ocupação foi se expandindo mediante a autoconstrução das habitações sem um planejamento urbano adequado (critério C). Considerável parcela das ruas são estreitas, dificultando a passagem de automóveis maiores, como ambulâncias, caminhão de combate a incêndios etc. A metragem dos lotes não é padronizada, em várias esquinas há uma moradia construída tornando a rua sem saída.

Na tentativa de frear o crescimento da comunidade, o poder público realizou retiradas e realocações de moradores, alegando, principalmente, motivos ambientais. A proximidade da comunidade ao Parque Nacional de Brasília - separados atualmente apenas por blocos de concreto, popularmente conhecidos como cerca do exército - faz desta área um local sensível de disputa entre governo e população (critério D).



**Figura 5:** Divisão Santa Luzia/DF e Parque Nacional de Brasília



Fonte: autora.

Conforme a Política Nacional de Habitação, o crescimento no Brasil de “favelas e loteamentos irregulares demonstra claramente que a produção informal de moradias precárias em assentamentos ilegais tem sido a forma hegemônica de “solução” adotada pela própria população nas faixas de mais baixa renda” (Brasil, 2004, p. 22).

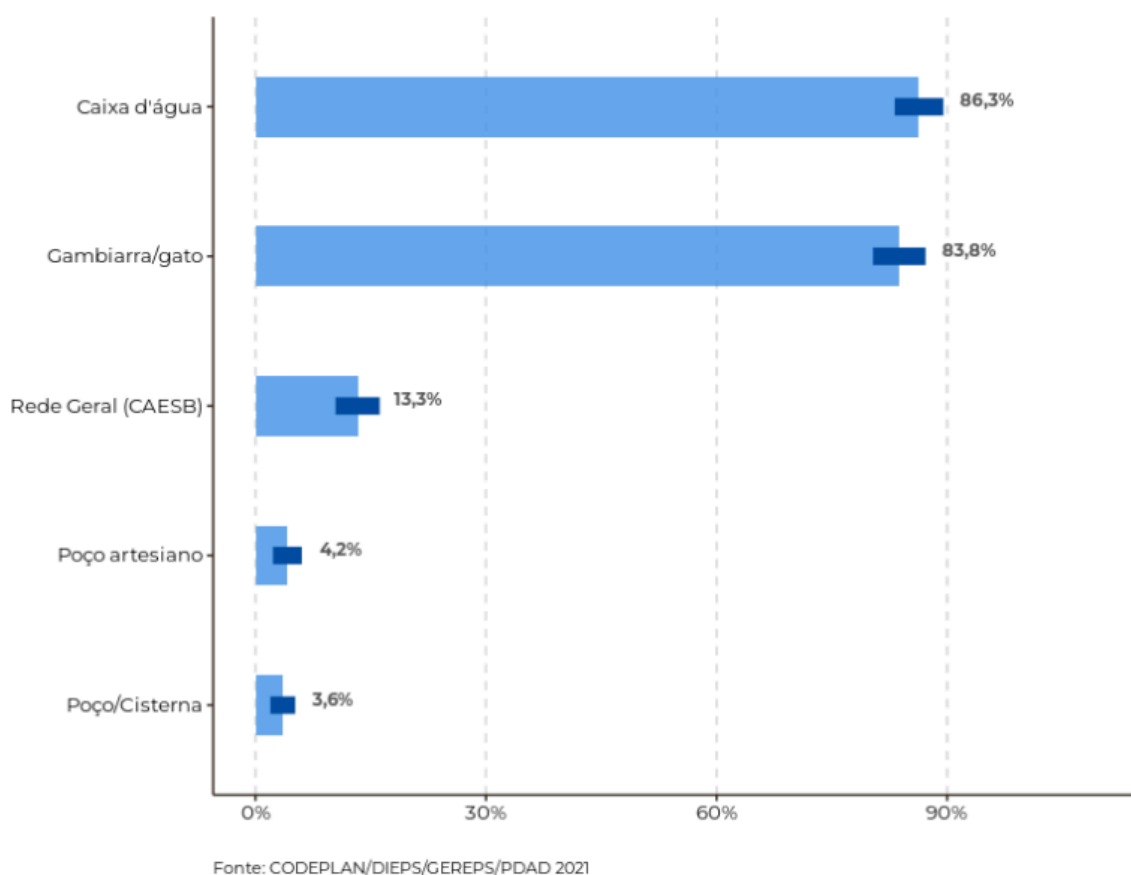
Favelas e comunidades urbanas expressam desigualdade socioespacial da urbanização brasileira. Retratam a incompletude - no limite, a precariedade - das políticas governamentais e investimentos privados de dotação de infraestrutura urbana, serviços públicos, equipamentos coletivos e proteção ambiental aos sítios onde se localizam, reproduzindo condições de vulnerabilidade. Estas se tornam agravadas com a insegurança jurídica da posse, que também compromete a garantia do direito à moradia e a proteção legal contra despejos forçados e remoções (IBGE, 2024, p. 52).

A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2021 no que tange aos pilares de saneamento ambiental - água potável, esgotamento sanitário, drenagem pluvial e resíduos sólidos -, revela que as desigualdades no DF variam de

acordo com a região. Santa Luzia/DF e outras áreas cuja população é majoritariamente negra são aquelas menos assistidas por infraestrutura, recursos, investimentos (critério B).

Somente 13,3% dos domicílios em Santa Luzia/DF são abastecidos pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB), de acordo com a PDAD de 2021.

**Figura 6:** Abastecimento de água no domicílio, Chácara Santa Luzia, 2021



Decorridos três anos desde a última PDAD (2021), Santa Luzia/DF permanece sem acesso a políticas públicas que garantam o fornecimento universal de água. Embora ocorra abastecimento por caminhão-pipa, a quantidade não é suficiente, pelo contrário, todo ano sua população vem sofrendo cada vez mais com os efeitos das mudanças climáticas intensificados pela escassez de água no local. Em 2024, o Distrito Federal teve a pior seca histórica, que durou 166 dias sem chuva, ultrapassando os 163 registrados em 1963.

Durante esse período de estiagem com umidade relativa do ar baixa, e muita poeira das ruas sem pavimentação por toda a cidade, os moradores de Santa Luzia/DF denunciaram, em agosto deste mesmo ano, na mídia local as dificuldades sofridas por não terem água encanada disponível para se hidratar, se refrescar, utilizar banheiro, cozinhar, realizar higiene pessoal, da casa, das roupas e outros.

Embora a crise do clima seja global, sabemos que os impactos dela têm endereço, tonalidade de pele e faixa de renda. Os mais pobres sentem de maneira desproporcional as consequências das ondas de calor, visto que têm menor acesso a formas de atenuá-las, como água em abundância, ar-condicionado, arborização ou locais frescos para se abrigar.

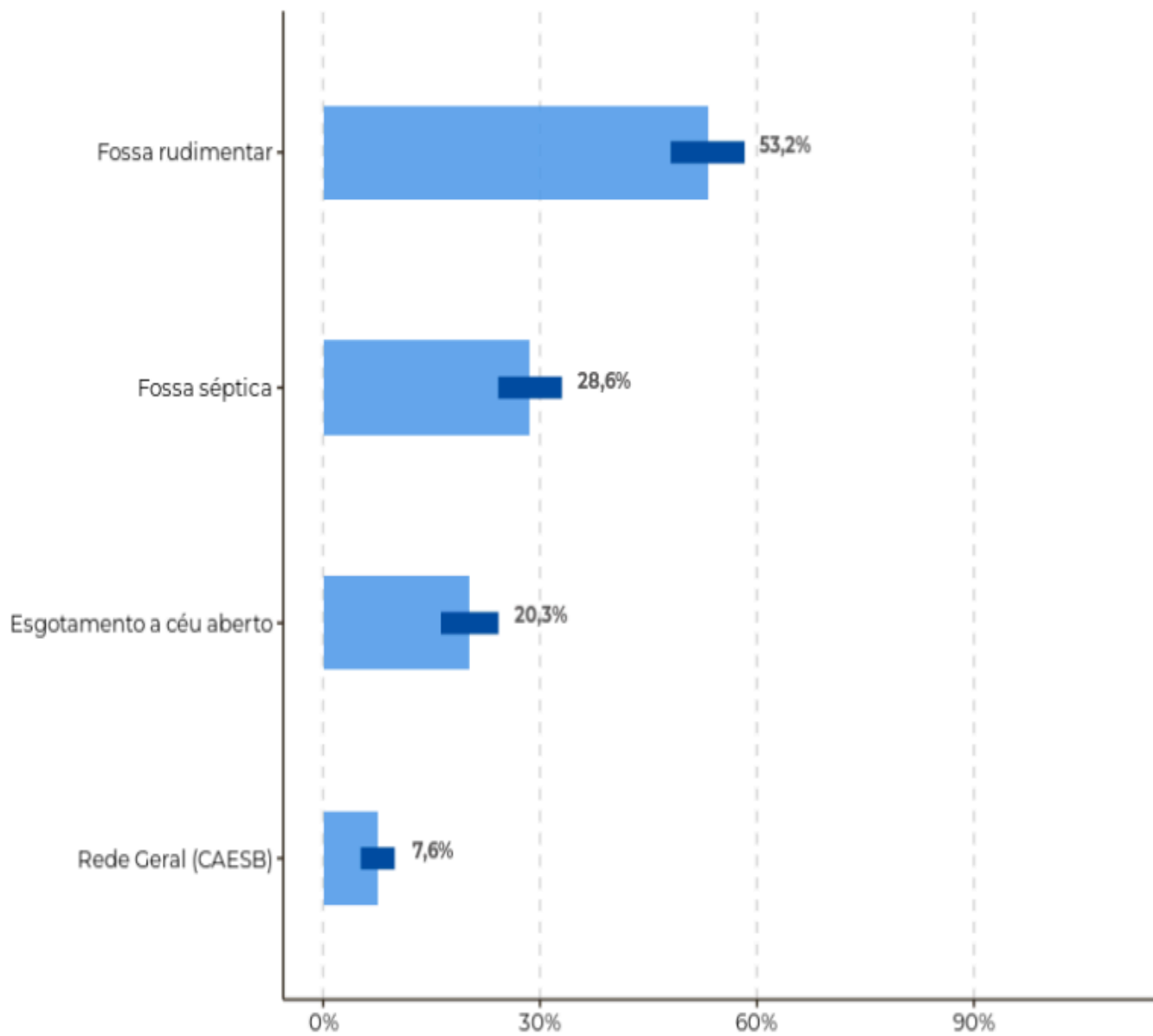
**Figura 7:** Reportagem sobre a escassez de água em Santa Luzia/DF



Fonte: DFTV/GLOBO.

No que diz respeito ao esgotamento sanitário, verificou-se que 7,6% dos domicílios têm ligação à rede geral da CAESB, 28,6% declaram ter fossa séptica, 53,2% possuem fossa rudimentar e o esgotamento a céu aberto está presente em 20,3% dos domicílios.



**Figura 8:** Esgotamento sanitário do domicílio, Chácara Santa Luzia, 2021

Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD 2021

**Figura 9:** Esgoto a céu aberto nas ruas de Santa Luzia/DF



Fonte: autora.

O esgoto exposto traz graves prejuízos à saúde pública, principalmente a proliferação de doenças como dengue, leptospirose, diarreia, gastroenterite, febre amarela e outras. No ano de 2022, o número de internações da população negra no Distrito Federal por doenças associadas à falta de saneamento totalizou 1.632, somando as 1.551 internações de pessoas autodeclaradas pardas e 81 de pessoas autodeclaradas pretas. Em relação às pessoas autodeclaradas brancas, o número chegou a 786 internações (painelsaneamento.org.br, [s.d]).

Verificou-se que a rua de acesso principal ao domicílio é asfaltada em 1,4% das unidades, 2,4% afirmam ter calçada, das quais 8,3% têm meio fio, sendo avaliadas como “péssima”, segundo 58,3% dos respondentes. Para 15,6% dos

entrevistados há iluminação na rua principal de acesso ao domicílio, enquanto 2% responderam que existe drenagem da água da chuva (boca de lobo).

**Figura 10:** Infraestrutura urbana na rua de acesso dos domicílios, Chácara Santa Luzia, 2021

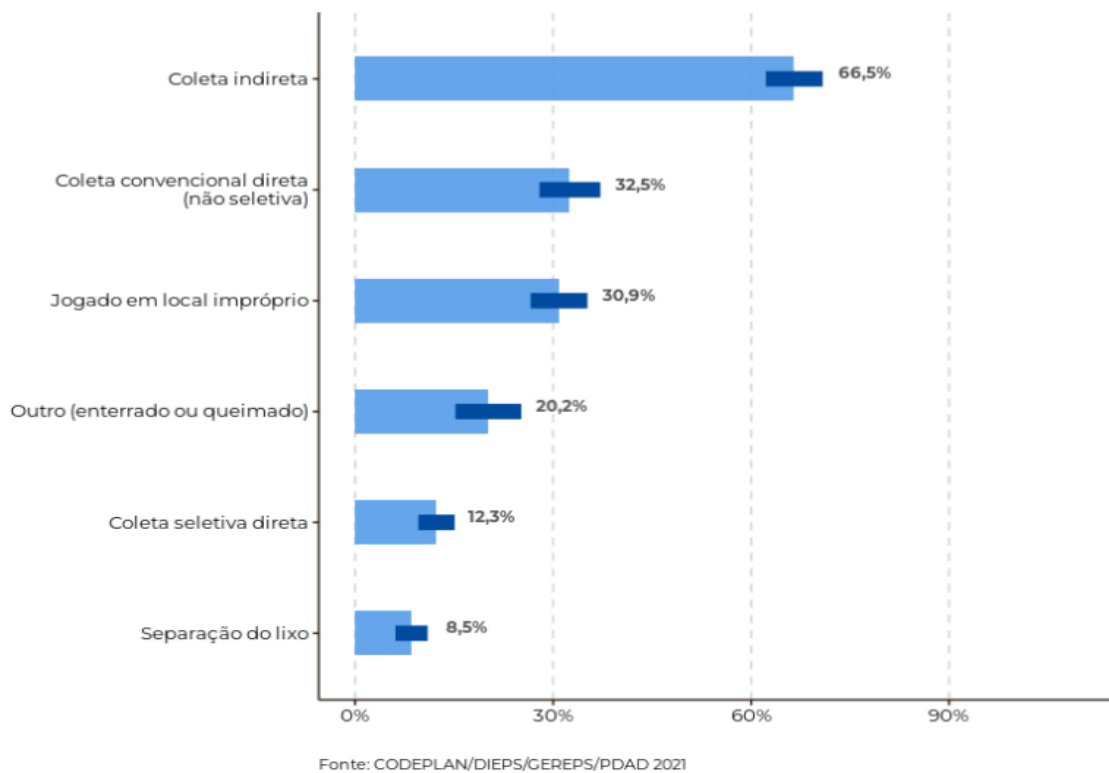
Resposta	Total		%	
	Sim	Não	Sim	Não
Rua asfaltada/pavimentada	(***)	2.509	(***)	98,6
Rua com calçada	(***)	2.484	(***)	97,6
Rua com iluminação	398	2.146	15,6	84,4
Drenagem de água da chuva	(***)	2.484	(***)	98,0

Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD 2021

(\*\*\*) : Estimativa não divulgada por insuficiência de amostra

Apesar de a Estrutural ser a RA com o maior número de cooperativas de catadores, somente 32,5% dos domicílios em Santa Luzia/DF contam com o serviço de coleta convencional direta. Nesta região, ainda vigora a coleta indireta (66,5%), o aterramento ou a queima de lixo (20,2%), quando este não é jogado em local impróprio (30,9%).



**Figura 11:** Recolhimento do lixo no domicílio, Chácara Santa Luzia, 2021**Figura 12:** Despejo de lixo em vias públicas de Santa Luzia/DF

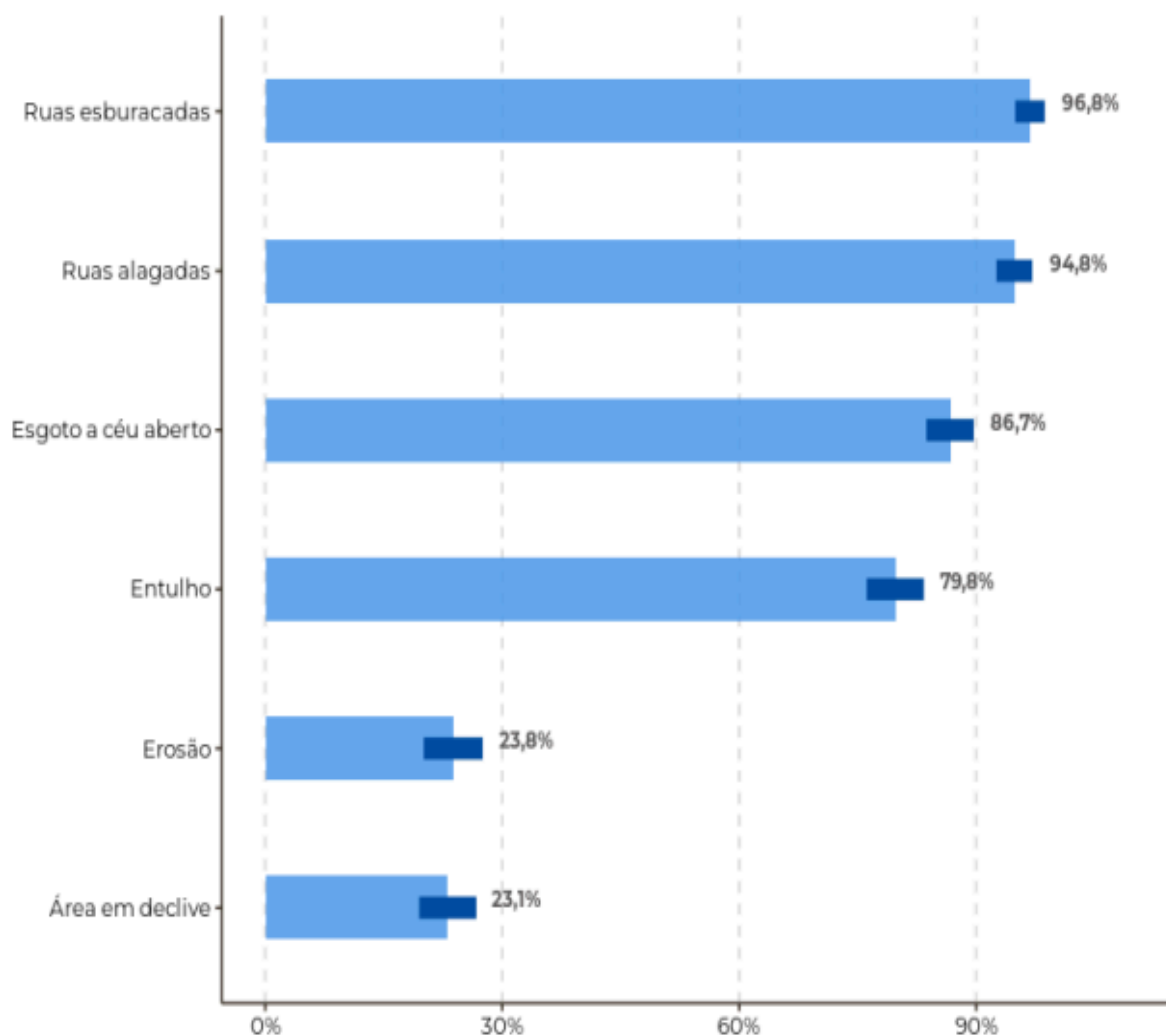
Fonte: autora.

**Figura 13:** Destinação inadequada de resíduos em Santa Luzia/DF



Fonte: autora.

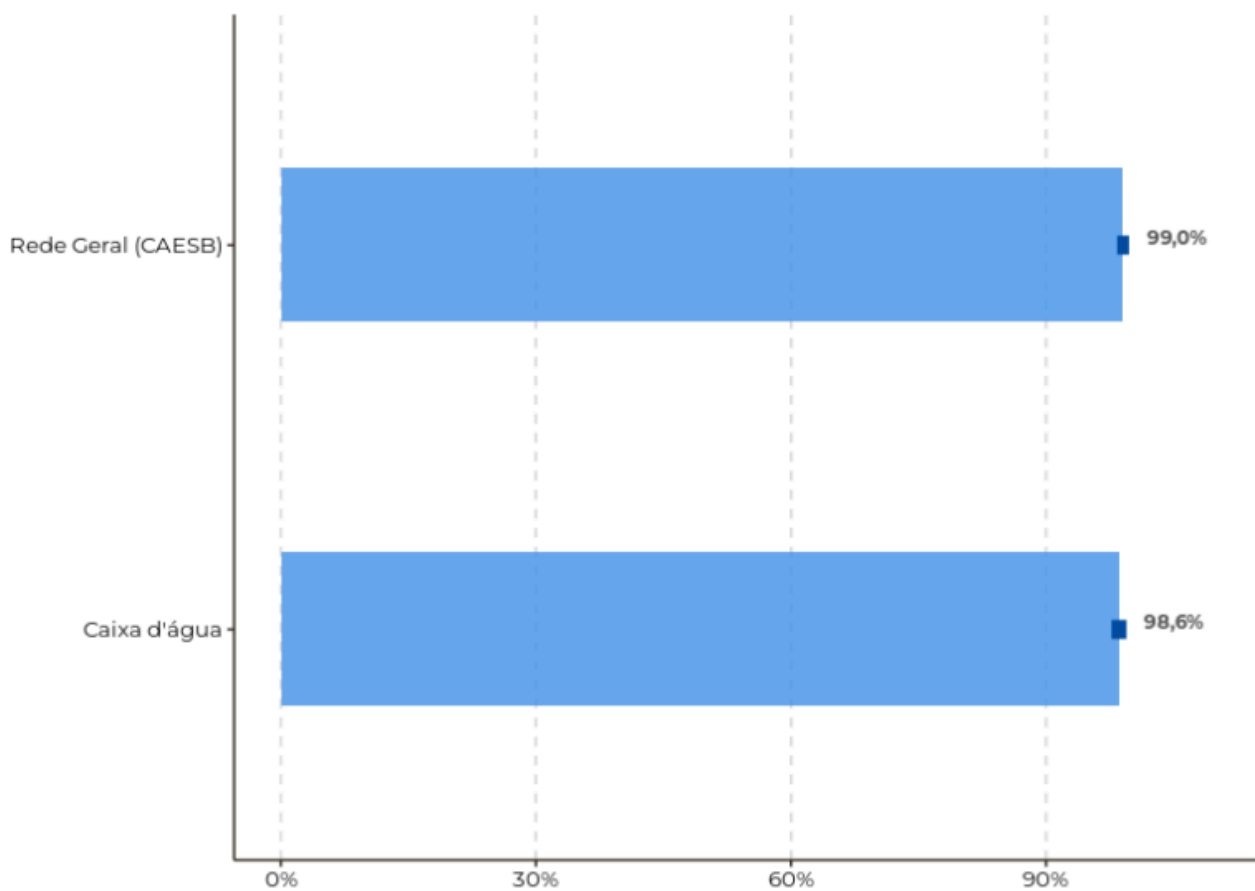
É preciso que a administração pública faça a coleta e destine corretamente os resíduos, além de promover educação ambiental na comunidade, a fim de que todos tenham ciência dos problemas gerados ao despejar lixo em locais inadequados, a saber, vetores de doenças, contaminação do solo, da água e do ar prejudicando a fauna e a flora local.

**Figura 14:** Problemas nas cercanias do domicílio, Chácara Santa Luzia, 2021

Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD 2021

Quando comparamos os dados, ainda utilizando os extremos: Santa Luzia/DF (Maior população negra com a menor renda do DF) e Lago Sul (Maior renda do DF e a menor população declarada negra), notamos que as desigualdades sociais são espaciais, ou seja, RA's predominantemente brancas contam com serviço de saneamento satisfatório enquanto as de maioria negra sobrevivem de atendimentos precários desses serviços.

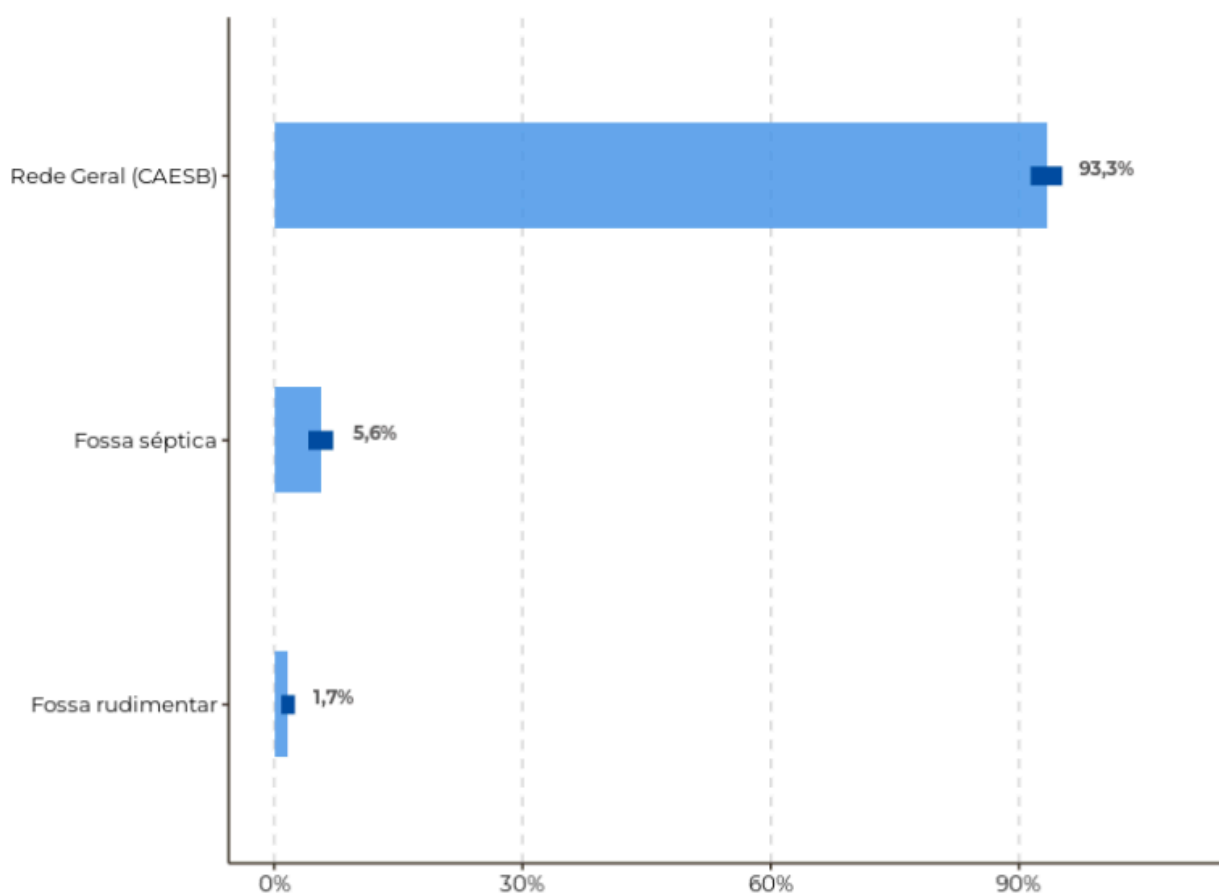
Dos 99% domicílios com acesso à rede geral da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB) no Lago Sul, 98,6% declaram ter caixa d'água.

**Figura 15:** Abastecimento de água no domicílio, Lago Sul, 2021

Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD 2021

Ainda no Lago Sul, o esgotamento sanitário de 93,3% dos domicílios está ligado à rede geral da CAESB. Apenas 5,6% declaram ter fossa séptica e 1,7% tem fossa rudimentar.



**Figura 16:** Esgotamento sanitário do domicílio, Lago Sul, 2021

Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD 2021

Quanto à infraestrutura, 99,8% das unidades têm a rua de acesso principal ao domicílio asfaltada, 99% conta com calçada, das quais 99,6% possuem meio fio, sendo avaliadas como “boa”, segundo 61,2% dos respondentes. Para 99,5% dos entrevistados há iluminação na rua principal de acesso ao domicílio, enquanto 94,2% responderam que existe drenagem da água da chuva (boca de lobo).

**Figura 17:** Infraestrutura urbana na rua de acesso dos domicílios, Lago Sul, 2021

Variável	Total		%	
	Sim	Não	Sim	Não
Rua asfaltada/pavimentada	8.986	(***)	99,8	(***)
Rua com calçada	8.921	(***)	99,0	(***)
Rua com iluminação	8.975	(***)	99,5	(***)
Drenagem de água da chuva	8.425	518	94,2	5,8

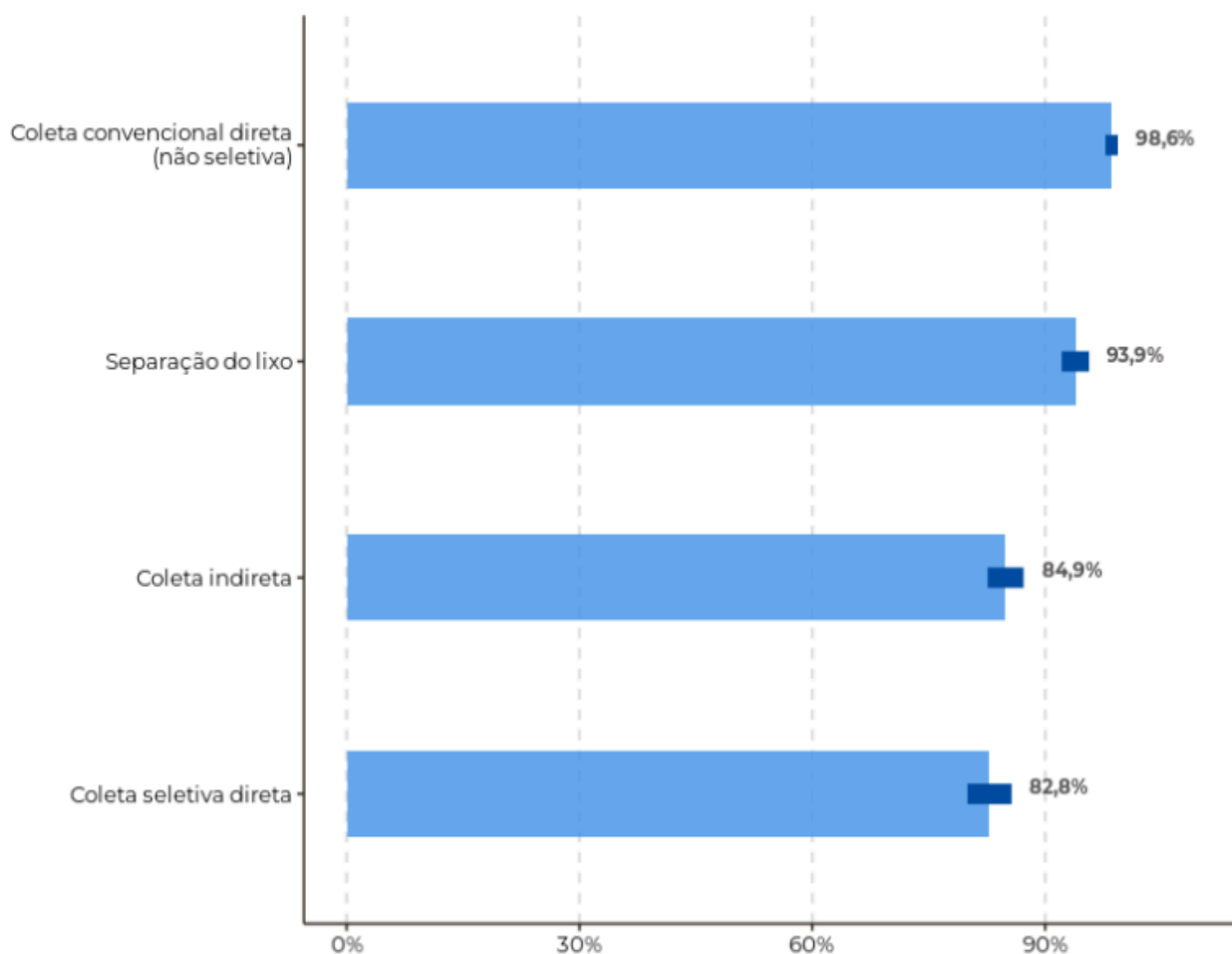
Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD 2021

(\*\*\*) : Estimativa não divulgada por insuficiência de amostra



No que diz respeito ao recolhimento de lixo, 98,6% afirmam ter coleta direta, sendo 82,8% seletiva e 98,6% não seletiva, 84,9% conta com coleta indireta. Além disso, 93,9% fazem a separação do lixo no domicílio, entre orgânico e reciclável

**Figura 18:** Recolhimento do lixo no domicílio, Lago Sul, 2021



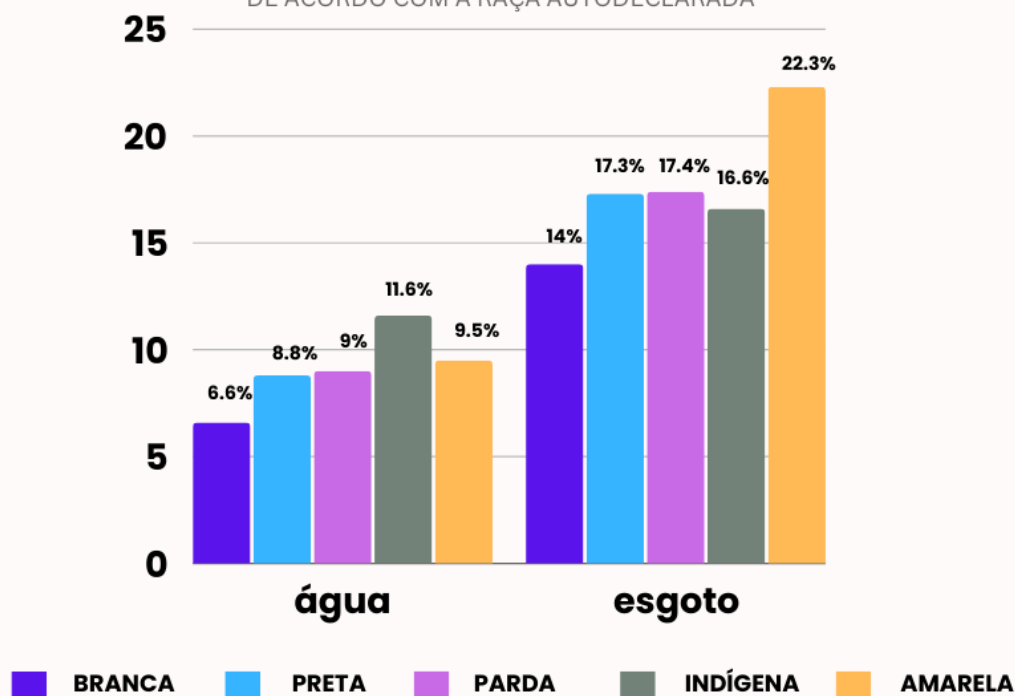
Fonte: CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD 2021

No âmbito deste processo de segregação socioespacial e de classe que se desenvolveu no Distrito Federal, é perceptível o desequilíbrio na distribuição racial da população que tem acesso à saneamento básico, este compreendido como o conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, além de drenagem e manejo das águas pluviais, de acordo com a Lei nº 11.445/07 (Brasil, 2007).

Conforme o gráfico abaixo, durante o ano de 2022 no Distrito Federal, a população branca obteve os menores percentuais no que se refere a falta de acesso à água e ao esgoto: 6.6% e 14% respectivamente quando comparado aos das populações que se declaram amarela, indígena, parda e preta.

### PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO SEM ACESSO À ÁGUA E À COLETA DE ESGOTO NO DISTRITO FEDERAL EM 2022

DE ACORDO COM A RAÇA AUTODECLARADA



Fonte: Instituto Trata Brasil - Painel Saneamento Brasil. Elaboração: autora

Com o intuito de encurtar as disparidades socioambientais, a Constituição Federal garante o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como requisito para a sadia qualidade de vida das presentes e futuras gerações (art. 225). No âmbito infraconstitucional, temos o direito ao saneamento e à universalização do acesso ao saneamento básico, instituídos pela lei 11.445/2007 (Brasil, 2007). No cenário internacional, assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos faz parte dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, criada por líderes mundiais e representantes da sociedade civil.

Alcançar, até 2030, o acesso universal e equitativo à água potável e segura para todos; apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento são algumas metas dessa Agenda. Entretanto, apesar de 193 países, inclusive o Brasil, estarem comprometidos com a implementação desses objetivos e metas, vemos a população negra, com frequência, vivendo em condições socioambientais precarizadas.

Desde julho de 2010, a Assembleia Geral das Nações Unidas (através da Resolução A/RES/64/292) e o Conselho de Direitos Humanos instituíram o Direito Humano à Água e ao Esgotamento Sanitário (DHAES) como condição essencial para o gozo pleno da vida e dos demais direitos humanos, com o objetivo de garantir o acesso à água e ao esgotamento sanitário a todas as pessoas sem discriminação (Silva, 2016).

Atualmente no Distrito Federal, existem diversas áreas não abastecidas, integral ou parcialmente, pela rede geral de água. Seus moradores sobrevivem com água, muitas vezes não potável, cuja qualidade e quantidade são inadequadas, isso quando têm acesso, ou seja, vivem em estado de insegurança hídrica. A negação do direito humano à água às populações periféricas da capital, incluindo os residentes em Santa Luzia/DF, impede estes cidadãos de gozar direitos básicos humanos reconhecidos na Constituição Federal, nas leis federais e distritais.

Ao concluirmos que as desigualdades raciais na capital do país e em seu Entorno são espacializadas: as regiões predominantemente negras contam com menor infraestrutura, menos recursos e investimentos, tratando-se, portanto, de dimensões básicas do racismo ambiental, é preciso estudar, pesquisar, analisar e incentivar uma participação objetiva a fim de fortalecer a sociedade civil para a construção de uma realidade social sem injustiças, exclusões, desigualdades, discriminações.

### **CAPÍTULO 3 - ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL POR JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL E ACESSO À ÁGUA POTÁVEL EM SANTA LUZIA/DF**

De forma compatível com o nosso objetivo de pesquisa que tem por finalidade analisar de que maneira a sociedade civil de Santa Luzia/DF tem se organizado para reivindicar o fornecimento de água potável e como estes atores sociais reconhecem a face racial das desigualdades na prestação de serviços de saneamento básico, dividimos a análise das informações, coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas, em três temas: 1) O perfil de líderes comunitários, associações, coletivos e projetos sociais locais em Santa Luzia/DF; 2) A organização da sociedade civil e os canais de acesso ao poder público para o enfrentamento das desigualdades socioambientais; 3) Atuação das lideranças comunitárias e sua percepção sobre a dimensão racial na privação de água potável em Santa Luzia/DF.

Para compreender o papel dos atores, humanos e não-humanos, abordados nos depoimentos, a nossa discussão teórica utiliza o livro “Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede” de Bruno Latour como guia. Partindo da posição de analista<sup>15</sup>, a Teoria Ator-Rede (TAR) nos conduzirá nesta busca de descrever como os atores interagem, influenciam uns aos outros e como essas ações constroem as redes sociais.

Os atores são os elementos ativos e interativos dentro da rede, portanto, auxiliam o analista a observar como as coalizões são criadas com o intuito de atingir objetivos. Destarte, a TAR torna-se pertinente para o nosso trabalho de descrever a maneira que líderes comunitários se organizam para combater as injustiças espaciais e socioambientais em Santa Luzia/DF e a percepção deles sobre a relação entre privação de água potável e racismo ambiental.

“Já lhe disse, estamos no negócio de descrições. [...] nós vamos, ouvimos, aprendemos, praticamos, tornamo-nos competentes, mudamos de opinião.

---

<sup>15</sup>O papel do analista é mapear as associações entre atores que podem ser humanos (pessoas, grupos, instituições) e não-humanos (tecnologias, objetos, leis, sistemas) e entender como essas relações se mantêm ou mudam ao longo do tempo. A metodologia do analista é baseada em uma abordagem etnográfica e empírica. Ele acompanha as interações de perto, sem fazer suposições sobre o que deveria ser importante, observando como os próprios atores constroem suas realidades (Latour, 2012).

Muito Simples, de fato: a isso se chama pesquisa. Boas pesquisas sempre produzem um monte de descrições novas (Latour, 2012, p. 212). “Aquilo que fazem para expandir, relacionar, comparar e organizar é o que você deve descrever. Não se trata de outra camada a acrescentar à “mera descrição”. Não tente passar da descrição à explicação: apenas vá em frente com a descrição (Latour, 2012, p. 217).

Ouvir e descrever os relatos dos atores humanos na Teoria Ator-Rede são etapas cruciais não só para captar a dinâmica interna das redes, mas também para compreender as interações complexas que as constituem. Esses relatos ajudam a entender como as relações entre diferentes atores (humanos e não-humanos) se estabelecem e se mantêm, e como essas relações são percebidas e vivenciadas por aqueles que estão diretamente envolvidos.

Destarte, quinze sujeitos foram ouvidos, além de outros moradores, ainda que não entrevistados, que tiveram suas contribuições somadas a este trabalho. Para Latour (2012, p. 77), “qualquer entrevista, narração ou comentário, por trivial que pareça, enriquecerá o analista com um conjunto assombroso de entidades para explicar o curso de uma ação”. O objetivo é entender a construção social composta de realidades heterogêneas, mas responsáveis pela fabricação de certo estado de coisas.

A amostragem bola de neve, devido aos critérios, foi a técnica escolhida para a seleção dos participantes da pesquisa. Não caberia amostragem aleatória, pois, o público alvo desejado a ser entrevistado são moradores de Santa Luzia/DF que desempenham papel de líderes comunitários, informação esta que não se encontra ao acaso ou em um documento organizado.

Uma vez que, não seria viável encontrar moradores que desempenham um protagonismo na comunidade de maneira aleatória, a técnica utilizada foi baseada em indicações: a primeira seleção de participantes foi feita pelo pesquisador e estes indivíduos tornaram-se as “sementes” da pesquisa que, por sua vez, indicaram a partir de seus contatos outros integrantes em potencial para as entrevistas (DEWES, 2013). Perfis de redes sociais de algumas associações também foram utilizados como sementes.

Aqueles que responderam à entrevista ou os intermediários, pessoas que não se enquadram nos critérios de participação, mas que conhecem a realidade social de Santa Luzia/DF, passaram o contato de líderes comunitários dos quais tinham ciência. No total foram entrevistadas quinze pessoas, todas assinaram o Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido<sup>16</sup> que assegurou o anonimato dos participantes e incluía as informações da pesquisa, entre riscos e benefícios. A apresentação dos participantes está melhor detalhada na primeira seção deste capítulo.

### **3.1 O perfil de líderes comunitários, associações, coletivos e projetos sociais locais em Santa Luzia/DF**

Durante a pesquisa de campo, foram realizadas onze visitas à Santa Luzia/DF. O processo de escolha dos participantes começou através de uma amiga (1ª semente) que nos apresentou à presidente de uma das associações que ficam na comunidade. Esta liderança, enquanto caminhávamos pelas redondezas, falou sobre os trabalhos realizados pela associação e detalhou como funciona o acesso dos moradores à água por meio do chafariz da Caesb e do reservatório instalado pelo Projeto Vida e Água para ARIS da UnB, bem como repassou contatos telefônicos e de redes sociais, caso fosse preciso obter mais informações. Durante a nossa conversa, foi explicado sobre o objetivo desta dissertação, foram feitas anotações, vídeos e fotos, além de deixar em aberto o convite para futuramente participarem da entrevista.

---

<sup>16</sup> O termo está disponível no apêndice B.

**Figura 19** - Abastecimento do chafariz pelo caminhão-pipa.



Fonte: autora

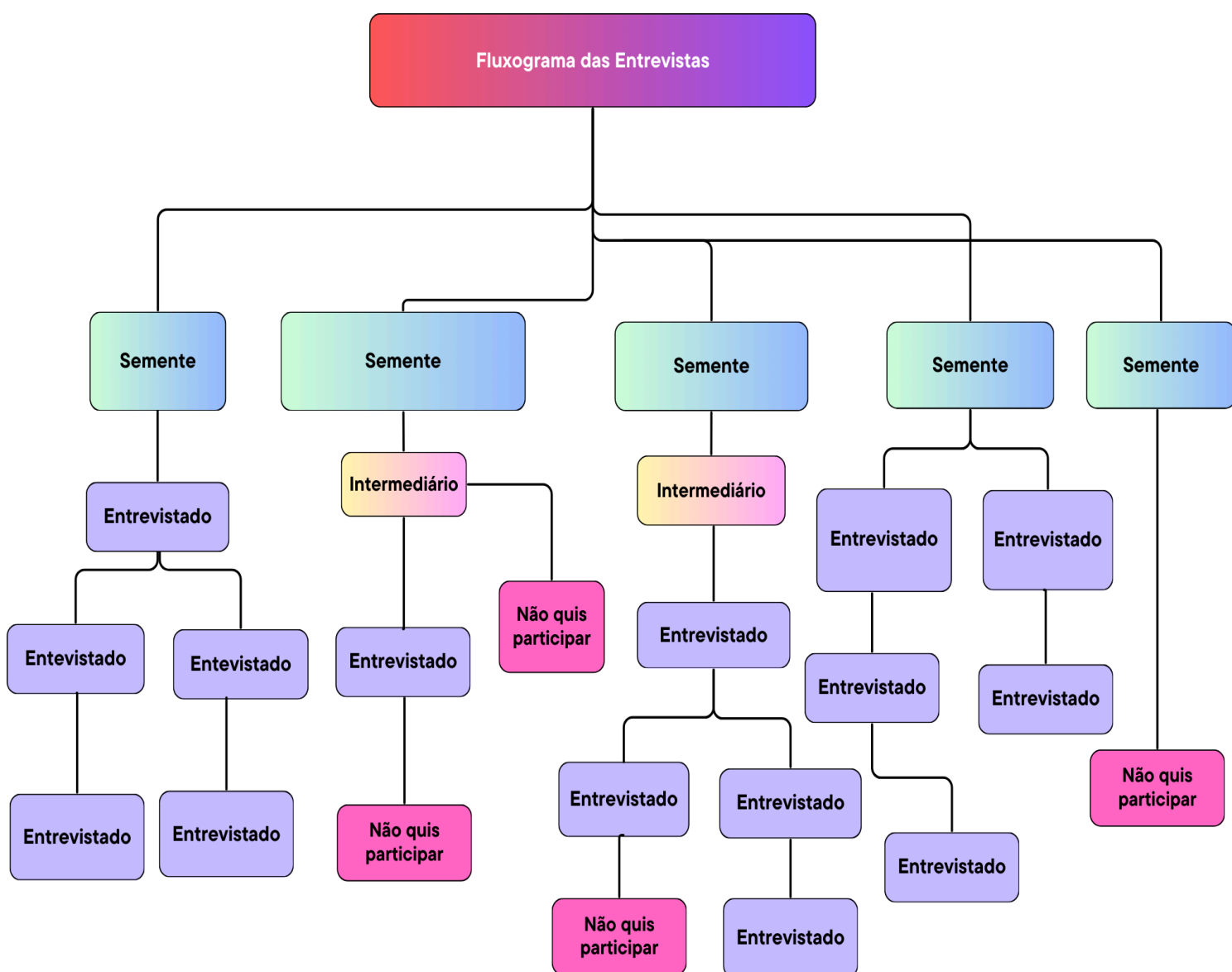
**Figura 20** - Reservatório Projeto Vida e Água para ARIS



Fonte: autora.



A seleção das demais sementes foi feita através de pesquisas na internet. Foram realizadas buscas por projetos, ações, associações, campanhas, sujeitos que representam a comunidade, notícias em matérias de jornais que dizem respeito à Santa Luzia/DF e outros. Após encontrar informações que continham alguns nomes, procuramos pelo perfil desses atores nas redes sociais, em seguida entramos em contato via mensagem. As indicações de participantes em potencial pelas sementes e posteriormente as indicações daqueles que foram entrevistados causaram o efeito “bola de neve” representado no fluxograma.



Fonte: autora



As entrevistas foram gravadas e transcritas de forma literal. Uma vez anotadas, fizemos uma leitura detalhada do material, o que nos possibilitou organizar o conteúdo das falas. As declarações dos participantes foram agrupadas com base em critérios de similaridade, ou seja, aquelas que abordavam ideias semelhantes foram reunidas em conjuntos.

As informações pessoais de cada participante estão sintetizadas no quadro abaixo para uma melhor visualização:

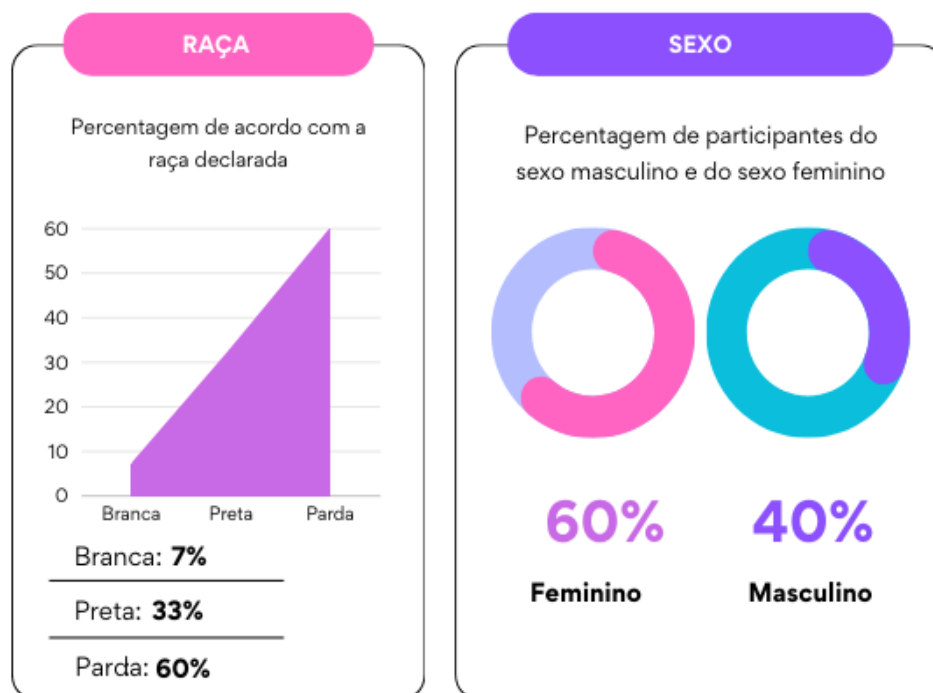
**Quadro 2 - Perfil das lideranças comunitárias em Santa Luzia/DF**

Participante*	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Filhos	Renda Familiar	Raça	Membro associação	Função na associação
Estrela	36 anos	Superior completo	União estável	5	Sem renda fixa	Preta	Sim	Presidente e coordenadora geral há 8 anos
Constantina	38 anos	Superior cursando	Solteira	3	Bolsa família	Branca	Sim	Diretora há 8 anos
Flor	37 anos	Ensino médio completo	Solteira	1	Bolsa família	Parda	Sim	Coordenadora há 4 anos
Nero	47 anos	4ª série	Solteiro	1	Variável	Parda	Sim	Presidente há 6 anos
Hortalina	62 anos	4ª série	Solteira	3	Bolsa família	Parda	Sim	-
Américo	41 anos	5ª série	Solteiro	4	1 salário mínimo e meio	Parda	Sim	Vice-presidente há 4 anos
Jataí	51 anos	8ª série	Solteiro	8	Bolsa família	Parda	Sim	Presidente há 7 meses
Anahí	34 anos	5ª série	Solteira	4	Bolsa família	Parda	Não	-
Atlas	36 anos	Pós-graduação	União estável	1	3 salários mínimos	Preta	Não	-
Tarcila	27 anos	5ª série	Solteira	5	1 salário mínimo	Preta	Não	-
Eva	41 anos	Ensino médio completo	Solteira	6	Bolsa família	Preta	Não	-
Seraphina	36 anos	Superior incompleto	Divorciada	2	1 salário mínimo	Parda	Sim	Coordenadora há 7 anos.
Severo	39 anos	Pós-graduação	Casado	0	Não informou	Parda	Sim	Coordenador há 4 anos

Eulalia	37 anos	Ensino médio completo	Solteira	2	1 salário mínimo	Parda	Sim	Presidente há 4 anos
Sebastian	40 anos	Superior cursando	Casado	4	3 salários mínimos	Preta	Sim	Presidente há 1 ano e 9 meses
<b>*Os nomes dos entrevistados foram aleatoriamente substituídos com o intuito de preservar o anonimato dos participantes da pesquisa.</b>								

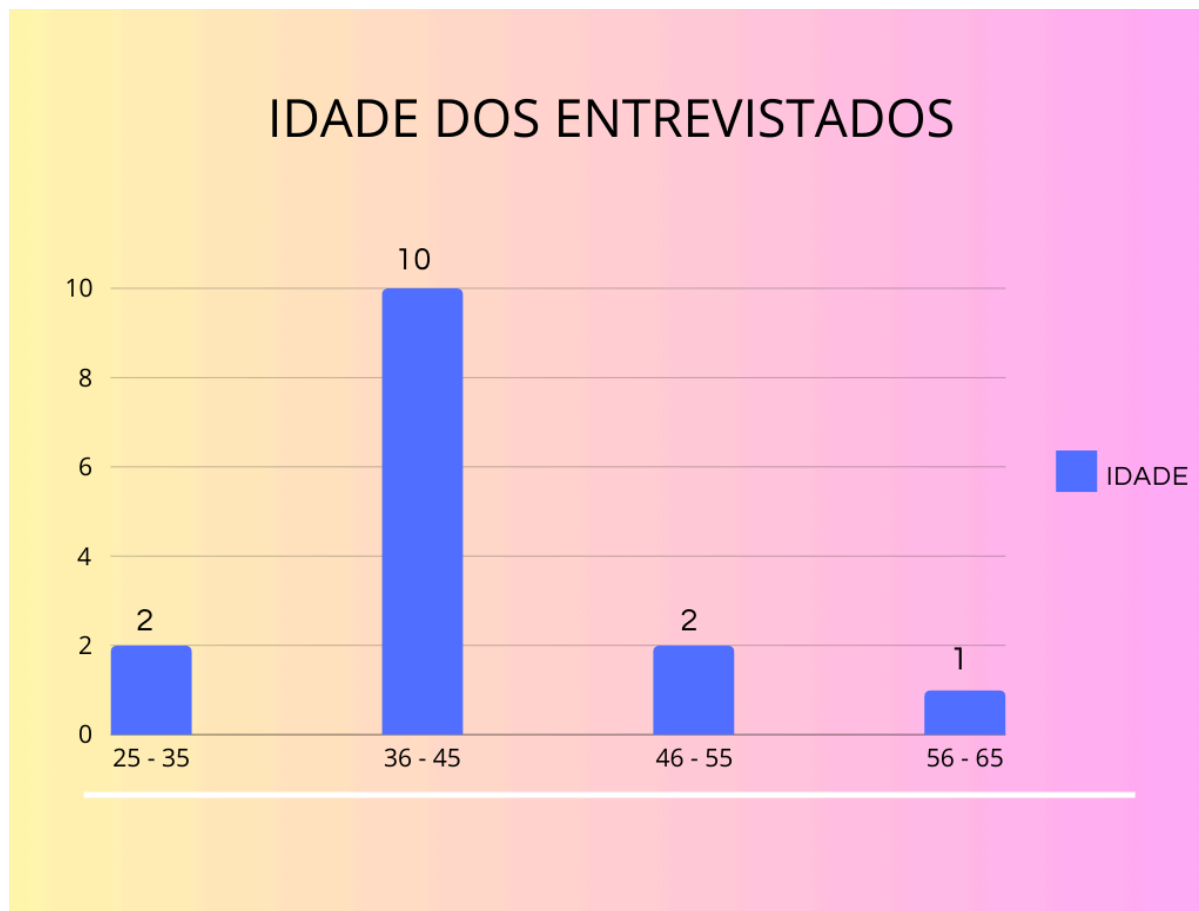
A maior parte dos participantes é do gênero feminino (60%), ou seja, nove dos quinze entrevistados. Dessas nove, cinco se identificam como pardas, três se consideram pretas e apenas uma se declara branca. Dentre os homens (40% dos entrevistados), quatro declararam-se pardos e os outros dois, pretos. Já em relação à totalidade, 7% se diz branca, 33% preta e 60% parda.

#### Raça e sexo declarados pelos participantes entrevistados



Dos quinze entrevistados, o mais novo tem 27 anos e o mais velho 62 anos. A maioria, ou seja, dez participantes estão na faixa de 36 e 45 anos. Quando analisamos a partir do critério gênero, percebemos que sete entre nove mulheres têm menos de 40 anos. A idade dos homens, entretanto, prevalece acima dessa faixa etária: quatro dos seis participantes estão com 40 anos ou mais.

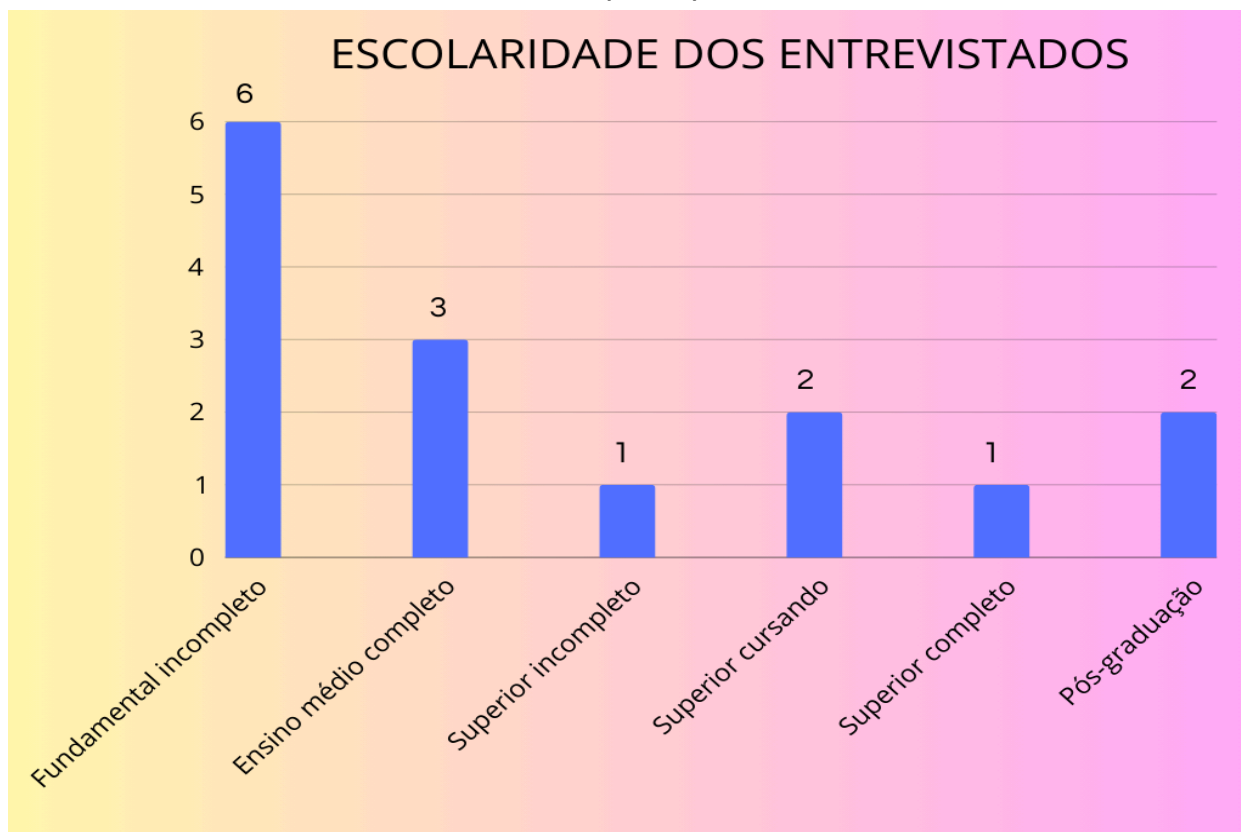
Idade dos participantes entrevistados



Fonte: autora.

Quanto ao nível de escolaridade, a maior parte dos entrevistados, seis deles, não concluiu o ensino fundamental. Três participantes possuem ensino médio completo; dois estão cursando nível superior e apenas um informou não ter finalizado a universidade. Dos três graduados, dois já possuem pós-graduação.

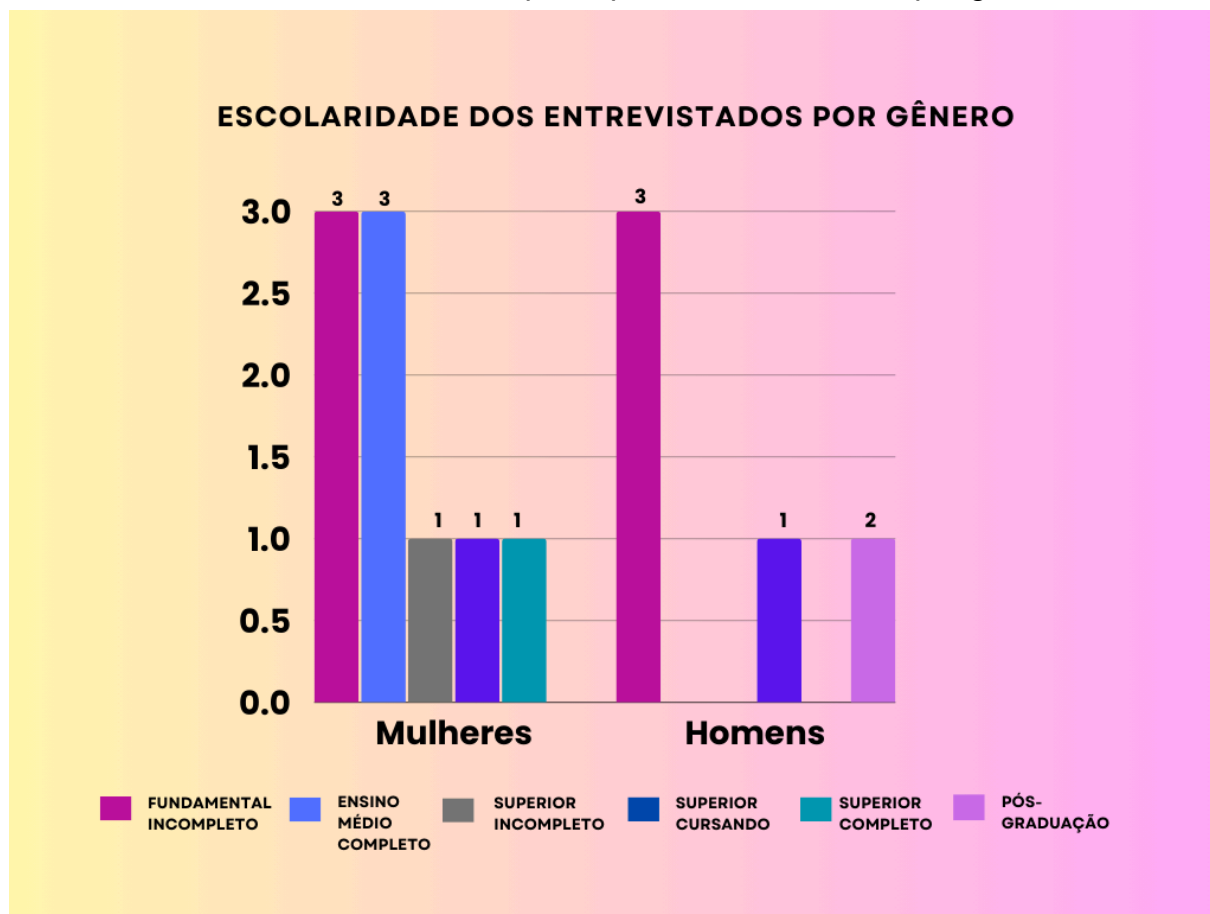
Nível de escolaridade dos participantes entrevistados



Fonte: autora.

Fazendo um recorte de gênero, nota-se que três mulheres e três homens não concluíram o ensino fundamental. Há outras seis mulheres - três delas pararam os estudos ao terminar o ensino médio e as três demais ingressaram no nível superior: a 1ª não finalizou a graduação; a 2ª ainda está cursando; e a 3ª obteve o título de graduada. Quanto aos três homens que informaram o nível superior como escolaridade, dois deles são pós-graduados, o outro está cursando a graduação.

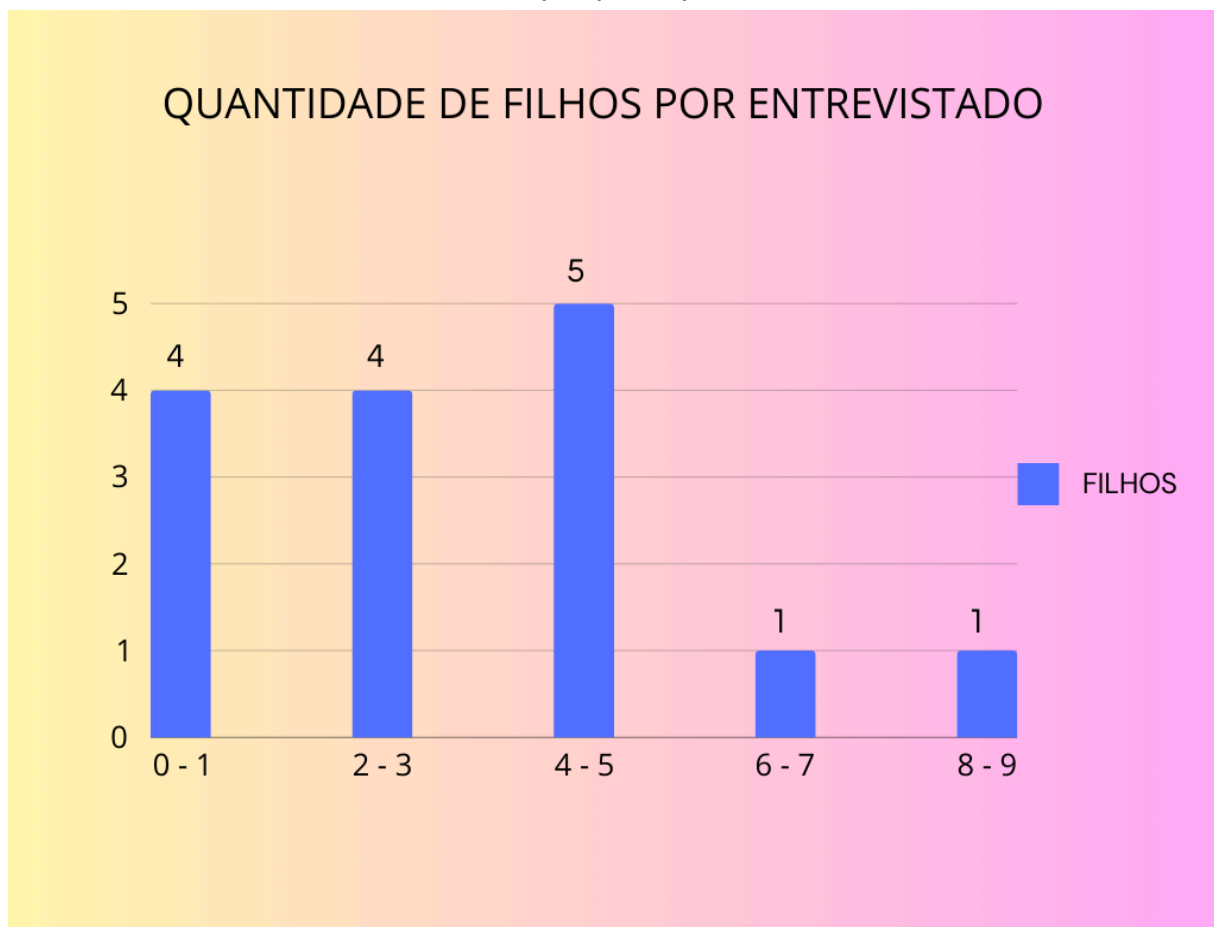
### Nível de escolaridade dos participantes entrevistados por gênero



Fonte: autora

Em relação à quantidade de filhos, quatro entrevistados têm entre zero e um. Outras quatro pessoas possuem de dois a três. Além disso, houve predomínio de participantes, cinco no total, com quatro ou cinco filhos e uma minoria que tem de seis a nove, ou seja, apenas dois entrevistados.

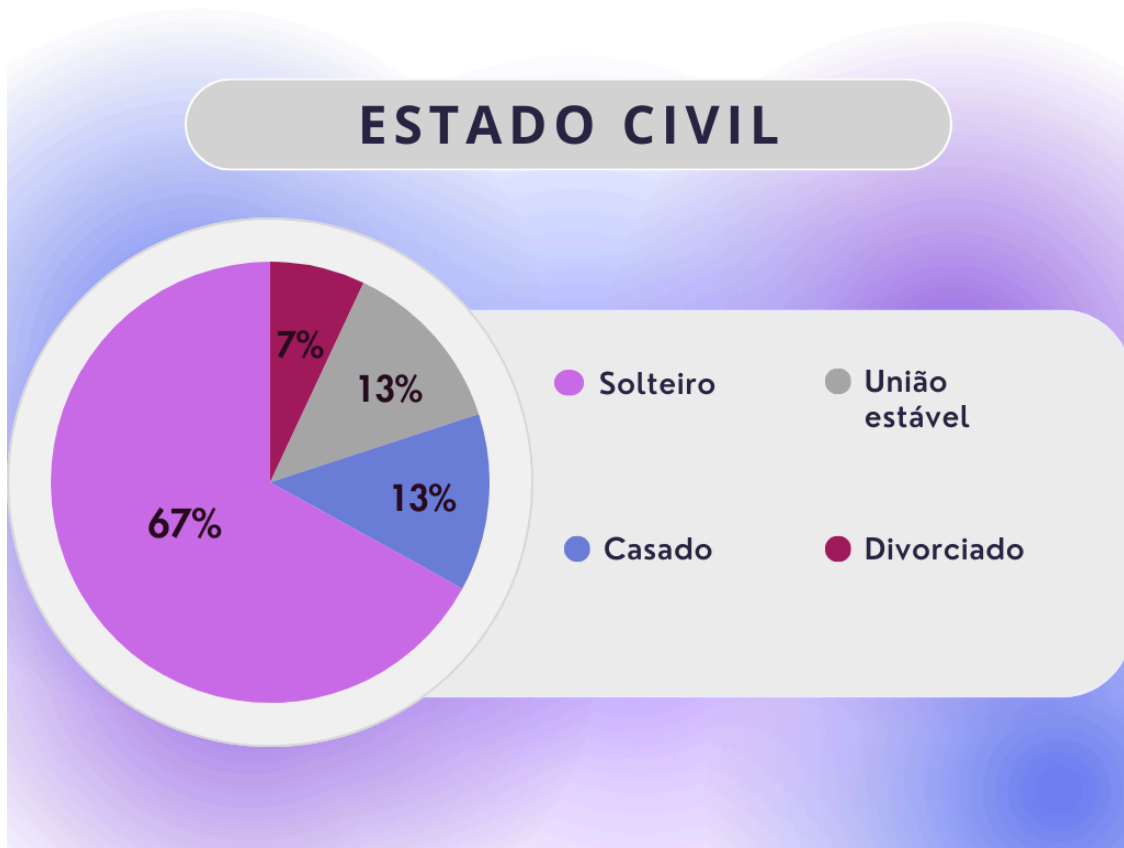
## Quantidade de filhos por participantes entrevistados



Fonte: autora

Mais da metade dos entrevistados são solteiros, especificamente 67%. Os casados representam 13%, enquanto os divorciados apenas 7%. Aqueles com união estável, por sua vez, somam 13%.

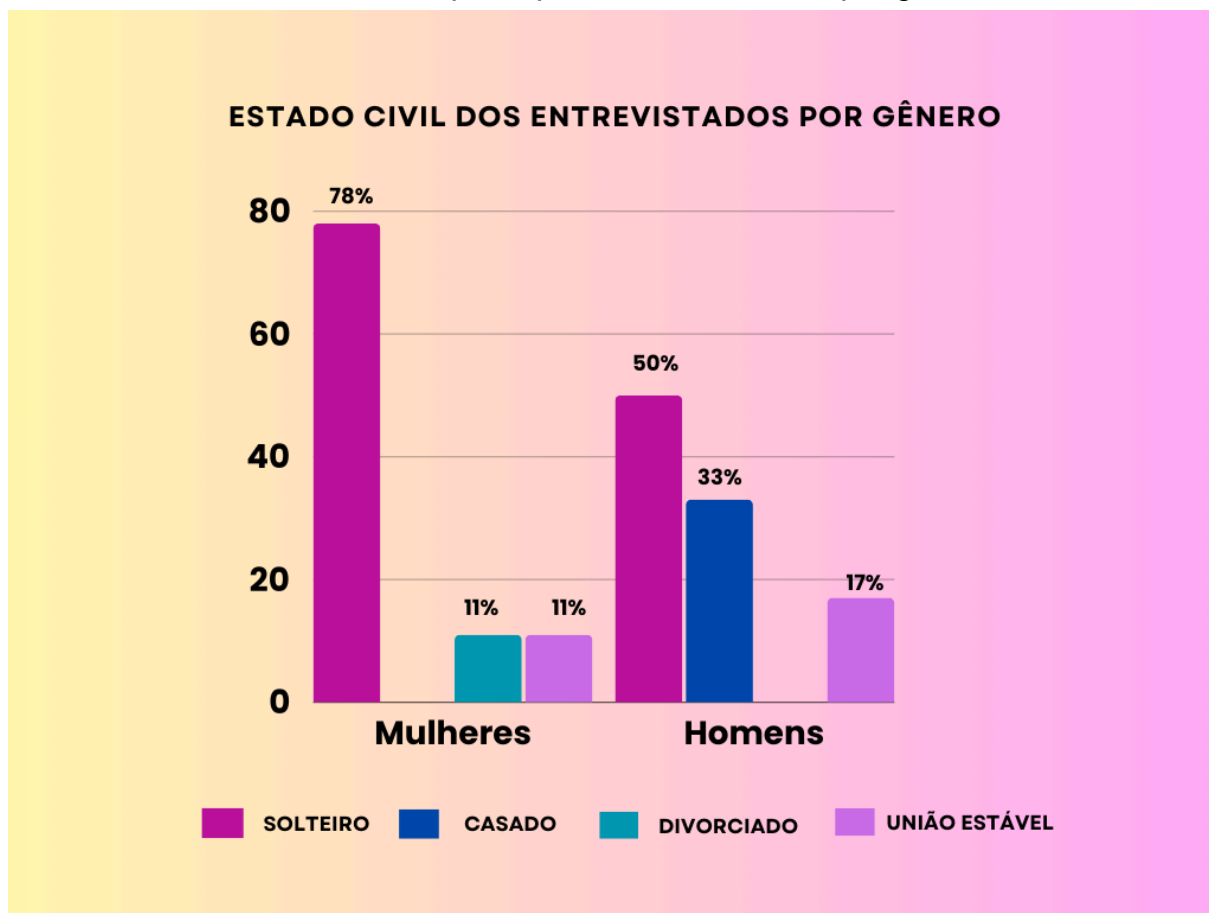
## Estado civil dos participantes entrevistados



Fonte: autora.

Do total de mulheres, 78% afirmam estar solteiras, contra 11% em regime de união estável e outras 11% divorciadas. Os homens solteiros representam 50%, os casados 33% e aqueles em união estável somam 17%.

## Estado civil dos participantes entrevistados por gênero

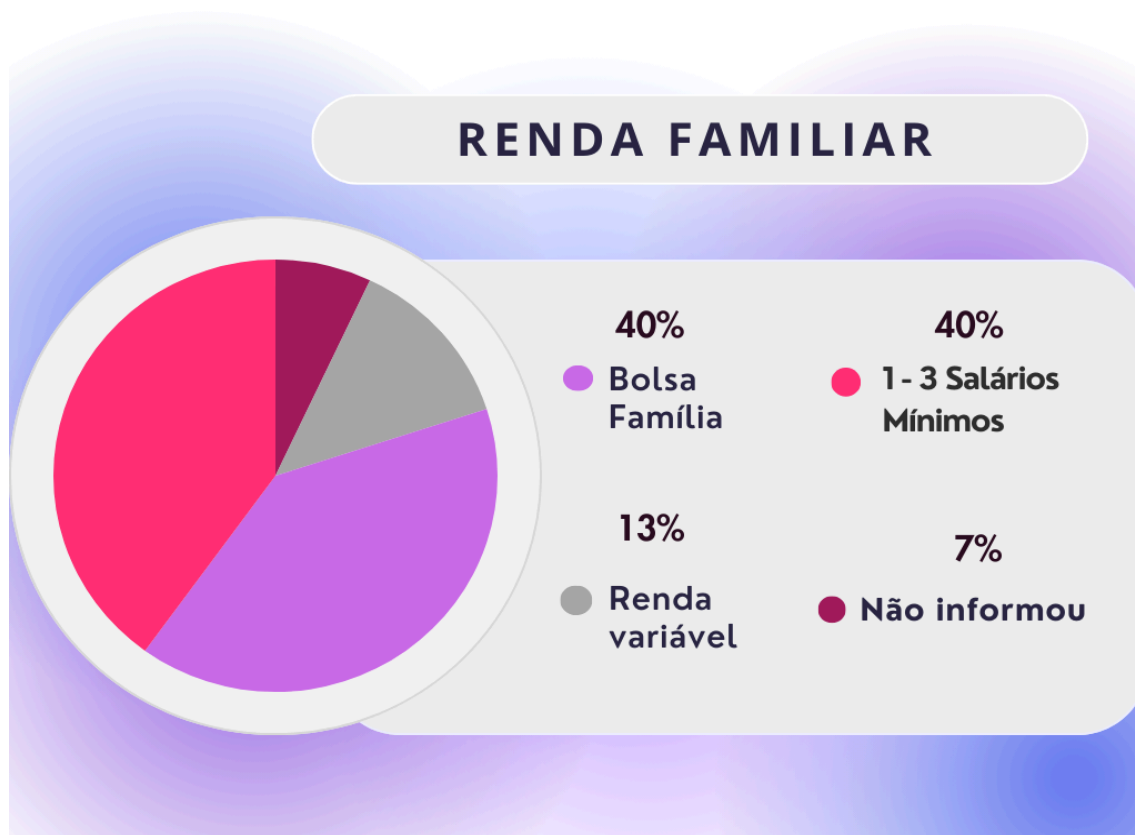


Fonte: autora.

Sobre a renda familiar, 40% dos entrevistados têm o auxílio bolsa família como a principal fonte de recursos financeiros. Com o mesmo percentual de 40%, alguns participantes recebem de um a três salários mínimos. Só 13% possuem renda variável.



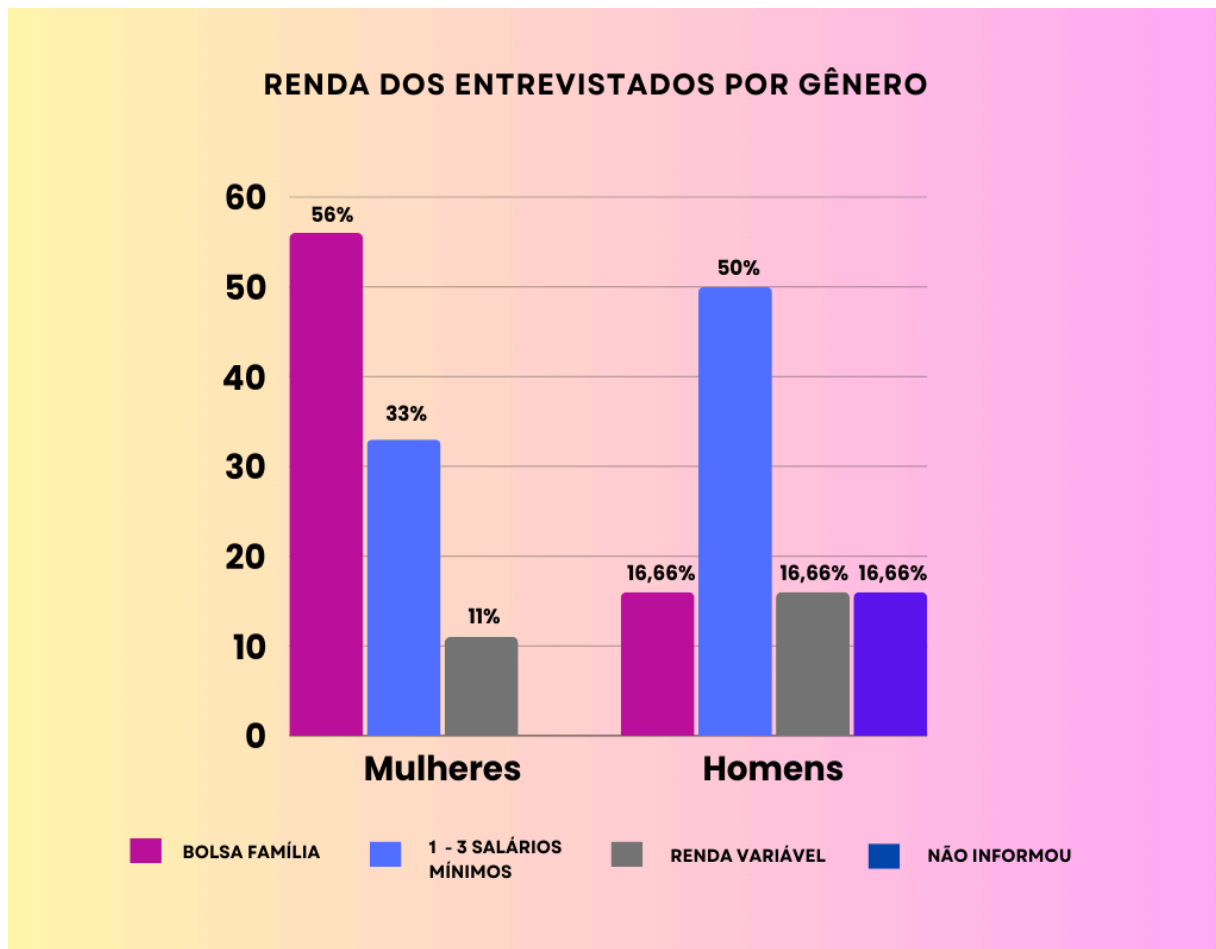
## Renda familiar dos participantes entrevistados



Fonte: autora.

O percentual referente ao bolsa família cresce quando analisamos as informações de acordo com o gênero feminino: as mulheres que vivem do auxílio somam 58%. Inversamente, o percentual dos homens diminui, totalizando somente 16,66%. Quando se trata de renda familiar entre um e três salários mínimos, a ordem se altera: dentre os homens, 50% estão inseridos nesta faixa, ao mesmo tempo que, entre as mulheres, o percentual cai para 33%. Sobre a renda variável, 11% das mulheres informaram não possuir rendimentos fixos, bem como 16,66% dos homens.

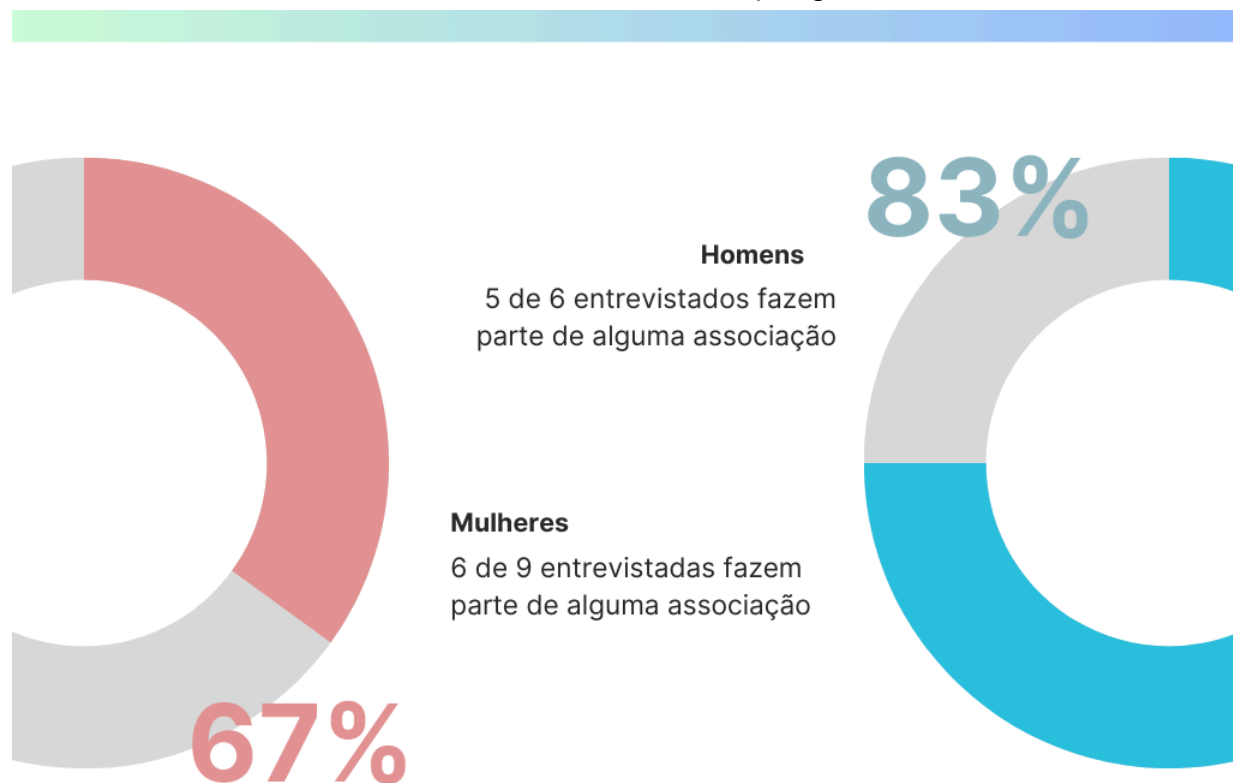
## Renda familiar dos participantes entrevistados por gênero



Fonte: autora.

Todas as entrevistadas do gênero feminino encabeçam alguma iniciativa popular. Três das nove mulheres criaram ações ou projetos sociais, as outras seis são integrantes de associações. Quanto aos homens, um deles atua individualmente como líder comunitário e os demais fazem parte de alguma associação. Somando os dois gêneros, 73% das lideranças atuam através de associações sociais.

### Percentual de membros associados por gênero



Fonte: autora.

Observamos em nossa pesquisa que as lideranças comunitárias entrevistadas são em sua maioria mulheres com ensino médio completo, abaixo dos quarenta anos, cuja renda principal é o auxílio bolsa família. Elas são as únicas responsáveis por suas casas, em sua grande maioria, uma vez que declaram estar solteiras. Algumas delas possuem cinco filhos ou mais, o que torna a renda mensal insuficiente para arcar com despesas e alimentação. A maneira encontrada para minimizar as vulnerabilidades presentes na comunidade foi a criação de associações e projetos espalhados pelo território oferecendo suporte a quem precisa (associados ou não), principalmente, para conseguir doações de alimentos e roupas.

Na próxima seção, demonstraremos como a população de Santa Luzia/DF se organiza para driblar as dificuldades diariamente vividas e os meios utilizados para levar suas demandas aos representantes do poder público, inclusive os políticos eleitos.

### 3.2 A organização da sociedade civil e os canais de acesso ao poder público para o enfrentamento das desigualdades socioambientais em Santa Luzia/DF

As respostas e os resultados das entrevistas foram agrupados de acordo com o tema para que sejam apresentados de forma conexa. Criou-se espaço para que os relatos de todos os entrevistados, em maior ou menor grau, fossem citados. Para Latour (2012, p. 189), um bom relato na TAR “é uma narrativa, uma descrição ou uma proposição na qual todos os atores *fazem alguma coisa* e não ficam apenas observando” e “um bom texto tece redes de atores quando permite ao escritor estabelecer uma série de relações definidas como outras tantas translações.”

Para traçar um ator-rede, temos de acrescentar-lhe os muitos traços deixados pelo fluido social graças ao qual possam reaparecer, desde que algo aconteça nele. Num relato ator-rede, a proporção de mediadores e intermediários aumenta. [...] Tudo se resume em descobrir se o *evento* do social pode ser estendido ao *evento* da leitura por meio do texto (Latour, 2012, p.195).

Os trechos das entrevistas foram transcritos assim como foram narrados pelos entrevistados, ou seja, optamos por não corrigir os erros de concordância para respeitar fielmente a linguagem dos participantes e manter a originalidade dos depoimentos.

“Muitas vezes os cientistas sociais - sobretudo os sociólogos críticos - agem como se fossem pesquisadores “criteriosos”, “racionais” e “isentos” em presença de um ator “ingênuo”, “sem critério” e “irracional”. Porém, o que acontece na maioria das vezes é traduzir as várias expressões de seus informantes para seu próprio vocabulário de forças sociais” (Latour, 2012, p. 90).

O mesmo foi feito quando realizadas citações de “Quarto de Despejo - Diário de uma favelada” ao relacioná-las com as informações coletadas durante a pesquisa. A obra contém trechos de diários de Carolina Maria de Jesus - ela estudou até o segundo ano do ensino fundamental, mãe solo de três crianças há época e residente da favela Canindé nos anos 50 - e traz relatos da difícil realidade vivida pelos moradores desta comunidade. O fato de muitas destas vulnerabilidades ainda persistirem no cotidiano daqueles que habitam as favelas, mesmo passados mais de setenta anos dos escritos de Carolina, permite que façamos um paralelo com o contexto social em Santa Luzia/DF, além de reforçar como a desigualdade em nosso país perdura.

Como vimos anteriormente, a maioria dos entrevistados (73%) afirma ser membro de alguma associação comunitária local. Esse percentual elevado pode ser explicado ao compreendermos que as associações são criadas para atender necessidades específicas da própria população de Santa Luzia/DF frente à ausência de políticas públicas que diminuam os níveis de desigualdades e vulnerabilidades no território. Elas são porta-vozes da comunidade, representam as demandas locais, e facilitam o acesso de projetos e moradores a doações, recursos financeiros, financiamentos externos e outros. Dão suporte em momentos de dificuldades, pois promovem ações solidárias e ajudam na resolução de problemas coletivos.

Nessa lógica, seguem alguns relatos sobre as motivações e os problemas que levaram à criação das associações, as quais os entrevistados fazem parte:

**Américo:** *Ela foi criada na ideia de falar pela população, né? Porque, é como eu falo, aqui não tem água saneada, aqui não tem energia regular. Ela é irregular. A comunidade é toda uma comunidade que nem a água, nem a luz, nada é regular.*

**Nero:** *A associação, ela foi criada no caso, a benefício da comunidade, pra interesse da comunidade, pra ajudar um pouco. Ter mais acesso ao governo, os órgãos, né, a doações também, pra ajudar aqui as pessoas mais carentes.*

**Severo:** *A creche foi criada, depois que a fundadora sentiu a necessidade de cuidar das crianças, porque ela via histórias muito bizarras. Histórias de crianças que os pais iam trabalhar, e o vizinho dava drogas. Então, a partir dessa necessidade, ela teve a iniciativa de contribuir.*

**Hortalina:** *A presidente criou essa associação em 2020 por causa da pandemia, né? Porque como a gente não tinha, não vinha mais doador, não vinha mais nada, então foi o único jeito que ela achou de ajudar as pessoas. A gente já foi organizando, fomos começando a pegar verdura e a doar pras pessoas.*

**Anahí:** *A fome não espera, né? Então, como eu passei fome, [...] eu fui moradora de rua. Aí, eu ali na doze<sup>17</sup>, eu fui, comecei, comecei a doar coisa, entendeu? Eu fui começando, fui começando com verdura. A pessoa levava as verduras pra mim, aí pronto, aí veio cesta básica, veio tudo, tudo.*

A declaração de Anahí, embora atual, poderia ter sido perfeitamente colocada na década de 1950 quando Carolina de Jesus enfrentou diversas privações como moradora de favela, principalmente a fome. A escritora tinha a percepção de que aqueles que passam pelo mesmo sofrimento entendem a dor do outro e tendem a ser mais solidários: “[...] O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças” (Jesus, C. 2022, p. 35).

---

<sup>17</sup> Uma quadra residencial da Estrutural.

A partir dos depoimentos, descobrimos que as lideranças comunitárias entrevistadas representam onze instituições entre associações e projetos sociais, deste total, oito são registradas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). Inferimos também que há diversidade entre o público alvo (crianças, mulheres, mães, moradores, estudantes, etc) e nas áreas de atuação (alimentação, educação, esporte, cultura, regularização fundiária, religião e outros) dessas instituições, conforme a missão de cada uma delas:

**Sebastian:** *A missão da associação é reunir pessoas e interesses em comum que venha fazer chegar aonde necessita, com uma base de convivência, alimentação direito e acesso à cultura, ao esporte, e também ao básico que é alimentação, e essa é a nossa missão, fazer que chegue nos pratos das pessoas uma alimentação, que chegue às crianças uma educação, uma arte, uma cultura e um lazer.*

**Estrela:** *Trazer pra dentro da comunidade oportunidade, né, oportunidades, ferramentas, dignidade pras crianças e trazer uma assistência social também.*

**Nero:** *Ajudar a comunidade. Lutar pela comunidade para a gente estar na nossa própria moradia.*

**Jataí:** *A missão da nossa associação é estar ajudando o próximo, entendeu? Estar ajudando o próximo e buscando junto aí com o governo também a melhoria da cidade e sobre a legalização também, que a gente busca para estar legalizando essas famílias que estão aqui, né?*

**Seraphina:** *O maior foco é a proteção das nossas crianças. Por ser um local envolvido, vulnerável, a gente pensa, assim, que existem muitos critérios de vulnerabilidade, né? A gente morre de medo de questão sexual, porque a área, por ser precária... Então, a gente tem o maior cuidado com nossas crianças nessa questão de proteção, sabe? Do cuidado e do zelo das nossas crianças.*

Além das pautas de infraestrutura básica, segurança, alimentação, moradia, vestuário e outros, os projetos e as associações sociais objetivam por meio de suas ações gerar impactos positivos na vida da população ao transformar a realidade da comunidade.

**Severo:** *A missão é levar uma esperança, levar uma expectativa diferente do que elas têm hoje. Trazer uma visão de mundo. Mostrar que hoje elas não podem, mas amanhã elas com certeza vão fazer a diferença. Hoje os pais delas são catadores, mas não significa que amanhã elas não possam ser advogadas, professores, médicos, etc.*

Assim como vários pais e mães de Santa Luzia/DF que ganhavam a vida no antigo lixão da Estrutural, desativado em 2018, e aqueles que atualmente trabalham nas cooperativas de reciclagem, Carolina de Jesus, tirava o sustento de sua família dos materiais que ela recolhia pelas ruas:

Eu sentei na porta e puis o saco de papel a esquerda. O porteiro apareceu e disse para eu sair da porta. (...) O porteiro pegou o meu saco de catar

papel, o saco que para mim tem um valor inestimável, porque é por seu intermédio que eu ganho o pão de cada dia (Jesus, C. 2022, p. 152).

Os moradores quando buscam associar-se procuram por associações cujas finalidades e objetivos específicos tenham relação com as suas próprias necessidades e anseios. A participação dos associados, e da comunidade como um todo, é imprescindível na consolidação dessas organizações e para garantir que as iniciativas propostas sejam relevantes e eficazes.

Questionados sobre os motivos que levam os moradores a se associarem, foram apontadas razões variadas, de acordo com os entrevistados:

**Américo:** *Elas procuram a associação, algumas por confiar na gente, outras com medo de não estar dentro de uma organização porque, querendo ou não, um cadastro, uma associação, ela prova que você mora naquele lugar. Tem a data, entendeu? [...] Então, eu acredito que a comunidade entra, a maioria da comunidade entra para dentro de uma associação, justamente por isso, para ter uma segurança, ter uma garantia. Mesmo que um cadastro, uma associação, não dê garantia a uma moradia, mas ela se sente protegida pela associação.*

**Nero:** *Primeiramente segurança, né? A pessoa tem que ter uma segurança. Se uma pessoa procura associação, para se associar, resumindo, ela precisa de um comprovante de residência. Então aí tem uma segurança. Se ela precisa de um emprego, ela tem que ter um comprovante de residência. Ela precisa de um menino pro colégio, ela precisa de um comprovante de residência. Ela precisa de ir visitar em algum canto, e ela precisa de um comprovante. Então aí a associação ela serve pra isso.*

Outra motivação mencionada é a vontade de crescimento pessoal e profissional, principalmente entre as mulheres, ou um suporte para aquelas que já estão inseridas no mercado de trabalho:

**Constantina:** *Querer crescer. Muitas que entraram no grupo hoje fazem faculdade, hoje voltaram para a escola. Muitas voltaram para a escola, muitas tiveram estímulo para conseguir um emprego porque elas não tinham nem essa força de vontade.*

**Flor:** *Muitas mulheres vêm por causa das rodas de conversa. Ouvir uma palavra, procurar uma ocupação para mente porque a maioria das mulheres, quando entrou no grupo, assim, foi por uma questão emocional. Ou vítima de violência doméstica, ou de uma depressão, ou perdeu um filho, essas coisas. Porque aqui na comunidade é muito difícil ser mulher. Em qualquer lugar é difícil, mas na periferia ainda é pior.*

**Seraphina:** *Trabalho, né? A maioria são mães solteiras, são domésticas que precisam trabalhar para manter sua família, então vem deixar as crianças conosco pra gente tá cuidando.*

A insegurança alimentar é um dos pontos sensíveis de Santa Luzia/DF, o que impulsiona as pessoas a procurar nas associações formas de combatê-la:

**Hortalina:** *Acredito assim: eu não tenho nada, então se eu for me associar, é pra ver se ganho alguma coisa, entendeu? Porque aqui nós damos verdura na quinta e no domingo.*

*Então no domingo é muita gente. Essa quadra aqui dobra de gente porque no domingo é mais coisa, porque a gente vai pra feira, a gente pega lá dos feirantes, os feirantes doam pra gente, a gente traz, separa tudo e dá pra eles. Eu acho assim que as pessoas gostam de vir pra cá porque pega coisa.*

**Eulalia:** *É através de pedir ajuda, né? Como a minha associação, ela é voltada para a ação social, né? Então, a motivação delas realmente é isso. Como precisa, eles vêm atrás. Eu entrego cesta básica, eu entrego frutas, eu entrego verdura, só quando eu consigo um doador. Quando eu consigo um doador, aí eu vou, arrecado as doações, separo e olho as famílias que realmente mais têm necessidade.*

As dificuldades em comum, enfrentadas pelos moradores de Santa Luzia/DF, contribuem para que a sociedade civil se organize de modo a unir forças para enfrentar os problemas conjuntamente. Ao associarem-se, os laços sociais são fortalecidos e cria-se uma rede de apoio mútuo.

Os serviços, as ações e os bens ofertados pelas associações e projetos baseiam-se na cooperação solidária, pois não há cobrança daqueles a quem são destinados. Somente duas associações cobram uma taxa mensal de R\$100, entretanto, esta só é paga pelas pessoas que possuem condições financeiras.

A principal fonte de recursos de oito das onze associações e projetos analisados são doações pontuais, principalmente alimentos, roupas e sapatos, repassadas posteriormente aos associados. Para conseguir arrecadar dinheiro, são realizadas vaquinhas, rifas, bazares.

**Hortalina:** *Não é dinheiro. Eles doam a cesta, eles doam um filtro. Eles doam muita coisa assim pra gente, mas só tipo assim, não é dinheiro, são coisas materiais.*

**Severo:** *[...] Sempre quando tem possibilidade de doações, a gente entrega a eles. A gente não retém nada, a gente simplesmente repassa para que eles possam serem contemplados de forma direta.*

**Nero:** *[...] Uma pessoa liga pra mim e fala: eu tô com 200 cestas. Eu tô com roupas para fazer uma doação. Aí eu vou... resumindo, como a gente tem uns grupos, né? Eu vou naquelas pessoas que têm mais precisão, entendeu? Aí eu ligo para essas pessoas, pego, boto no caderno o nome de cada um. Eu venho aqui pegando de um por um as pessoas que mais precisam, porque se eu abrir as portas aqui e falar num grupo, gente, pode vir aqui que eu tô doando 500 cestas, chega 2 mil. Pessoas que nem precisam.*

**Américo:** *[...] Hoje aqui, me procuraram para doar cesta básica, né? Então, eu ia atrás dessas pessoas que mais necessitam. A gente faz algumas ações aqui, fim de ano, entendeu? O que der para a gente trazer, até o Estado mesmo vem, nos procura.*

Após finalizar a entrevista, Américo recebeu cestas básicas e cobertores, doados pela Administração da Estrutural, para repassar aos moradores que ele previamente já havia selecionado.



**Figura 21 - Doações de cestas básicas e cobertores**



Fonte: autora.

[...] O João José veio avisar-me que a perua que dava dinheiro estava chamando para dar mantimentos. Peguei a sacola e fui. Era o dono do Centro Espirita da rua Vergueiro 103. Ganhei dois quilos de arroz, idem de feijão e dois quilos de macarrão. Fiquei contente. A perua foi-se embora. O nervoso interior que eu sentia ausentou-se (Jesus, C. 2022, p. 20).

Na favela de Canindé, Carolina de Jesus também ganhava alimentos esporadicamente de doadores, o que mudava seu humor e dispersava momentaneamente suas preocupações por não ter o que comer.

As doações podem proporcionar alívio imediato às necessidades básicas da população, e embora sejam essenciais, precisam ser parte de uma abordagem mais ampla que busque a equidade e a justiça social.

**Estrela:** *Doações esporádicas através de ações que a gente faz. A nossa principal fonte de recursos que eu falo, assim, até hoje nós conseguimos as coisas através do Instagram, a gente pede mesmo, sabe? Então é poucas pessoas fixas. Nós fazemos mais ações pra tá levantando um todo, né? A gente ainda não tem assim esse povo para a gente conseguir respirar todo mês, ainda não. Mas aí eu faço uma ação, um chamado, tipo no Instagram ali, nosso Instagram tem muitos poucos seguidores, mas quem tá ali ativo, sabe? A gente coloca e aparece. [...] mas nunca é suficiente. E aí surge a criatividade e a improvisação: a gente faz bazar, nós fazemos rifa pra poder tá se virando.*

As redes sociais desempenham papel de destaque nas redes de relações que envolvem tanto humanos quanto não-humanos, dado que a interação entre atores e tecnologias redefine a construção social da realidade. Essas mídias além conectar atores humanos, também ajudam a articular demandas e visibilizar questões sociais. (Latour, 2012).

Cientes da contribuição de atores não-humanos no social, daremos a devida importância, durante os relatos, a tecnologias, ferramentas, documentos, ou seja, aqueles objetos que exercem papel de mediadores, com o intuito de registrar os traços e os efeitos, geralmente momentâneos, produzidos por eles em outros agentes.

A democratização do acesso à internet modificou a forma como as lideranças de Santa Luzia/DF se relacionam com seus potenciais doadores. As plataformas digitais como whatsapp, instagram, facebook possibilitam aos usuários divulgar informações, trabalhos, campanhas, rifas, vaquinhas online, criadas por associações e projetos, simultaneamente a vários contatos. As redes sociais são aliadas na captação de doações, visto que, a maioria dos doadores são externos à comunidade, o ambiente online conecta quem precisa de donativos a aqueles que estão dispostos a ajudar, nem que seja para compartilhar e redistribuir as informações por meio de suas próprias redes de contatos.

Para Castells (2009), a sociedade contemporânea está organizada em torno de redes digitais que permitem a comunicação instantânea e a troca de informações em uma escala nunca vista antes. Este tipo de comunicação descentralizada em que qualquer pessoa pode criar e distribuir conteúdo é denominada de "autocomunicação de massas".

Todos os líderes comunitários entrevistados utilizam o whatsapp como canal de comunicação para compartilhar informações sobre reuniões, ações e projetos com a comunidade. De acordo com Latour (2012), não somente os atores (humanos ou não) devem ser levados em consideração nas descrições das redes, ele também sinaliza a relevância da ação, pois para o autor, ela não é dotada de plena consciência ou algo que surge de um único indivíduo, mas sim articulada.

Em vista disso, e partindo da informação dada pelos entrevistados de que o número de associados varia de 50 a 5.500 pessoas, a depender dos interesses específicos de cada associação e projeto, indagamos sobre a colaboração e a

participação desses indivíduos nas ações e atividades. Obtivemos as seguintes respostas:

**Flor:** *Sim, demais. Quando tem bazar mesmo, quem não pode ajudar no dia, vai buscar, vai separar, vai organizar. As que vêm trabalhar no dia, cada uma tem uma função dentro de cada evento que a gente faz.*

**Eva:** *Alguns sim. Alguns eles se propõem a ir, e vão, né? É muito bacana. A gente fica feliz quando a comunidade toda participa, né? Que vai, se propõe a fazer, a estar junto. Porque quando a comunidade é unida, fica até melhor. Porque quando a comunidade é desunida, dificulta um pouco.*

**Américo:** *Sim, geralmente, vem até pessoas que não estão no grupo. A gente chama no grupo e aquele vizinho que está no grupo fala com outro vizinho que não está no grupo e geralmente eles vêm, eles participam. Não é toda a comunidade, mas uma grande parte participa.*

**Jataí:** *Ajudam, mas são poucos, não é todo mundo que, né? É, é igual aqui, eu estou aqui mesmo, você aqui, mas se eu chegar aqui agora, falar no grupo, pessoal, a administração trouxe tantas cestas básicas aqui para você, aqui aparece gente mais de, isso aqui lota de gente que não tem. Não tem espaço, nem fila não cabe, porque não tem espaço para caber as pessoas. Aí se for gente, vamos se juntar para recolher o lixo. Para juntar, aí são quatro, cinco. A ave maria, aí o castigo é a condenação lá em cima.*

**Seraphina:** *É muito comodismo, eles querem tudo na porta, eles não querem fazer um esforço de crescer, de ter conhecimento. Igual semana passada eu consegui um curso pra ensinar como crescer na internet, de desenvolver algo na internet. Não apareceu um pai. Só foi eu e minha irmã que ficou no curso. Então assim, a gente vê que as pessoas não querem crescer. Elas querem ali ficar no comodismo, elas estão estagnadas. E aí é isso que eu luto muito aqui, pra que eles tenham o seu próprio recurso, que não dependa da creche.*

**Severo:** *Aqui a população geral, eles têm um um pequeno vício que é o quê? O da cesta. Só vem se, por exemplo, a Cecília vai vir fazer uma palestra, mas se a Cecília não trazer uma cesta básica ou outra coisa, a comida que é a isca.*

Subentende-se que o engajamento dos moradores nas atividades sociais propostas pelas lideranças comunitárias é maior quando há incentivos materiais como doações e recompensas, mas existe outra percepção que se baseia na falta de tempo das mulheres devido à sobrecarga de responsabilidades e serviços dispensada a elas.

**Estrela:** *[...] Olha, não é que eu acho que é um desinteresse. Eu acho que é porque a pessoa tem que lutar muito. A maioria da comunidade, a gente vê que as maiores forças são sempre as mulheres da comunidade e às vezes o parceiro, ao invés de ser um parceiro, ele é mais uma criança que a mulher tem que cuidar [...] é uma questão cultural dentro da comunidade, é mais forte, ao invés de o homem querer ajudar a mulher, ele dá mais trabalho. E aí em questão disso, imagina a mulher que tem 3, 4 filhos, aí ela trabalha o dia todo e ainda sempre tem um filho que dá trabalho e tudo aquilo. Às vezes eu acho que falta força, não é desinteresse, eu acho que às vezes a pessoa não tem mais fôlego.*

Apesar da responsabilidade exclusiva pelas tarefas domésticas e pelos cuidados com a família, as mulheres são protagonistas, potência na luta pela

transformação social de Santa Luzia/DF. Como vimos, das quinze lideranças comunitárias entrevistadas, nove são do gênero feminino. Elas lideram associações, coletivos, grupos, organizações de base e criam redes de apoio mútuo, como coletivos de mães, associações de mulheres, grupos de economia solidária, creches e outros, sempre atuando para mudar a realidade desigual em que estão inseridas.

**Seraphina:** *Quando a gente chegou aqui, que viu a realidade da população vulnerável, as pessoas chegavam pra entregar doação, não desciam nem do carro. E aquilo me incomodava. Eu ficava ali da cozinha, olhando pra esquina. E quando chegava algum carro, jogar pela janela. Eu falava assim, mãe, falta empatia. E aí foi onde a gente quis mudar um pouquinho da realidade, né? Porque não é porque as pessoas precisam que precisa ser tratada dessa forma. E aí foi onde a gente quis mudar um pouco da realidade de onde a gente mora também.*

Carolina Maria, em seus diários, já criticava a maneira como os moradores da favela eram tratados ao receber doações:

*“[...] Chegou um caminhão aqui na favela. O motorista e o seu ajudante jogam umas latas. É linguiça enlatada. Penso: É assim que fazem esses comerciantes insaciáveis. Ficam esperando os preços subir na ganância de ganhar mais. E quando apodrece jogam fora para os corvos e os infelizes favelados” (Jesus, C., 2022, p. 38).*

Embora exista uma ampla rede de assistencialismo operando em Santa Luzia/DF que oferece meios de suprir necessidades imediatas dos grupos mais vulneráveis, ela não aborda as causas profundas das desigualdades e quase sempre não promove a autonomia dos beneficiários.

As ações assistencialistas são geralmente de curto prazo, ou seja, não promovem o desenvolvimento sustentável das comunidades atendidas. Portanto, o que a sociedade civil organizada idealiza é a atuação do poder público, como podemos comprovar no relato de Estrela.

**Estrela:** *Viver de doações de pessoas comuns não é suficiente hoje, então a gente queria muito ter um convênio governamental. A gente corre atrás de conseguir uma emenda parlamentar para certos projetos que a gente tem engavetados. A gente queria muito que eles estivessem agindo dentro da comunidade. Só que aí eles falam “por que você não faz fora de Santa Luzia?” Porque a Santa Luzia é uma área irregular, a gente não pode levar uma emenda lá para dentro. A gente precisa ter pelo menos um credenciamento, o credenciamento não vem porque a gente tá em área irregular. A gente não consegue um alvará por isso, por ser área irregular. Se você não consegue um alvará, você não consegue um credenciamento. Se você não consegue o credenciamento, a gente não tem parcerias. Aí eu fico pensando, eu não quero sair de dentro da comunidade porque eu moro aqui e eu sei o problema diário [...] o que mais atrapalha é a burocracia de a gente não conseguir um vínculo público, tantas coisas que o governo, não só dinheiro, mas tantas coisas que eles podem oferecer como voluntários. Nem no banco de alimentos a gente consegue entrar porque não tem um credenciamento do CDCA (Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal) [...] O maior empecilho é isso, ser uma área irregular e não conseguir parcerias, imagina o tanto de projetos que a gente poderia fazer.*

A intervenção das políticas públicas é, portanto, crucial para reduzir a vulnerabilidade social ao fortalecer os indivíduos, permitindo que eles “[...] acessem bens e serviços, ampliando seu universo material e simbólico, bem como suas condições de mobilidade social” (Monteiro, 2011, p. 35).

Cobrar das autoridades programas, políticas e projetos de governo efetivos em prol da comunidade é um dos papéis relevantes desempenhados pelos agentes de mudança. O engajamento político dos cidadãos por uma melhoria da qualidade de vida contribui para a tomada de decisão, de baixo para cima, que solucione realmente o que precisa: necessidades e desafios vivenciados diariamente pela população.

Neste sentido, os participantes foram perguntados: quando é preciso acionar o poder público, como vocês fazem para levar as demandas até o representante responsável?

**Atlas:** *Hoje eu faço mais, é, de forma à distância mesmo, seja por telefone, seja pela, pelos canais oficiais, ouvidoria, [...], hoje em dia eu raramente vou na administração, que facilita muito mais você manter o contato pelo WhatsApp. Claro que seria melhor alguma coisa registrada, por escrito, mas também via WhatsApp também funciona, você consegue mandar vídeos, fotos, é por isso.*

**Seraphina:** *Ah, eu faço ofício, eu vou por e-mail, eu procuro alguma pessoa que já tem conhecimento de por onde eu ir e eu mesma faço todos os meus ofícios, todas as cartas, eu mesma.*

**Severo:** *Geralmente, quando tem algum B.O., a gente procura assessoria de algum deputado, por exemplo, o deputado Yolando. Contato direto com o gabinete dele. Então, qualquer problema de ordem pública que a gente não consiga resolver, a gente entra em contato. O conselho tutelar também é um parceiro nosso, forte, porque a gente indica as crianças para irem lá fazer os atendimentos que elas necessitam. Então, assim, a gente tem acesso.*

**Nero:** *A gente liga pra UnB, pra Liza, né? Aí ela tem um contato mais próximo, né? Pra fazer uma, como se fosse um, como é que fala a palavra? Ela faz tipo uma ponte. Uma ponte, uma audiência pública, né? Aí ela faz uma ponte pra gente, vai marcando uma audiência pública, com poder público.*

**Américo:** *Inicialmente, eu vou lá, tipo, na administração, eu vou lá e falo. Se a gente não tiver retorno, eu chamo a comunidade. Eu não sou daquele que diz assim, eu vou botar a comunidade contra o poder público, não. Primeiro, eu vou lá, eu digo, ó, a comunidade está precisando disso. Está sem água, vamos ver o que pode ser feito. Se não tiver a solução, eu chamo a comunidade e digo, ó, fui lá, procurei e não me atenderam. Agora está na hora de vocês cobrar o direito de vocês. E marcam uma manifestação pacífica, sem fechar todas as vias. Tem que deixar uma via, direito de ir e de vir. E vamos para cima. Mas, geralmente, graças a Deus, a administração, pelo menos o que tem aí, ele está sempre atento. Eu só preciso mandar um zap e ele está me atendendo.*

**Constantina:** *A gente vai, a gente tem a parceria com a UNB, né? A gente vai atrás dos direitos, a gente tenta na administração. Quando a gente teve um problema com a água aqui,*

*a Defensoria Pública que ajudou a gente, porque o nosso maior problema aqui é a água. Então teve uma época que o caminhão-pipa não queria entrar aqui, nas creches mesmo. Aí a Defensoria Pública que nos ajudou.*

Os canais utilizados para acionar o poder público são diversificados, vão desde aplicativos de mensagens até meios de comunicação formal, como ofícios e e-mails. Há quem vá pessoalmente até a administração regional, como aqueles que procuram diretamente políticos eleitos. A Universidade de Brasília também é um importante canal entre a comunidade de Santa Luzia/DF e o poder público.

Tem ainda quem prefira denunciar por meios de comunicação de massa na esperança de a ampla audiência pressionar os responsáveis pelas soluções de velhos problemas, como a falta de água e energia, a agir em benefício da comunidade:

***Tarcila:** O local que a gente mora, às vezes não tem muito acesso também a muitas coisas, né? O essencial, que é a saúde, água potável. E as pessoas falam que ainda está em fase de regularização. Ainda é isso, ainda é aquilo. Então, não pode fazer muito, mas eu não deixo de ir pra mídia. Eu não deixo de chamar o SBT, eu não deixo de chamar a Globo, eu não deixo de chamar a Record pra mostrar porque existem vários lugares no DF irregulares que já têm água e energia.*

Independente de como se tem acesso às autoridades governamentais, a maior parte das demandas que são encaminhadas a elas, é referente à falta de infraestrutura básica em Santa Luzia/DF que tem impacto diretamente na saúde e na qualidade de vida dos moradores. A ausência de serviços básicos como água potável, esgoto, pavimentação de ruas, iluminação pública, e coleta de lixo cria um abismo de desigualdades que distancia esta região das demais que integram o Distrito Federal.

A criação de políticas públicas voltadas para as vulnerabilidades específicas de favelas são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa em que todos os cidadãos possam ter acesso às mesmas oportunidades e direitos. Infelizmente, em Santa Luzia/DF não há a presença do Estado garantindo direitos básicos à população, principalmente o direito à água potável reconhecido internacionalmente como um direito humano fundamental.

O relato feito pela líder comunitária Estrela denuncia a ausência de equipamentos públicos urbanos destinados aos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, como também de equipamentos públicos comunitários destinados aos serviços públicos saúde e segurança pública:

**Estrela:** *Até hoje não adianta, a gente não tem ferramentas públicas funcionando dentro da comunidade Santa Luzia, poucas, se tiver umas bem escondidas, mas são poucas. É muito difícil, a gente não tem água encanada, a gente não tem esgoto, é ao ar livre, a energia é uma gambiarra, não tem posto de polícia próximo, não tem um posto de saúde próximo. A gente não tem o poder público aqui dentro, nenhuma ferramenta pública hoje tá atuando aqui dentro que eu saiba, então se eu conheço muita gente e não sei, então se algumas pessoas souberem, não tem essa divulgação toda. A nossa associação, como CNPJ, ela tem água três vezes na semana porque o Ministério Público deu uma ordem para a CAESB tá passando, mas isso foi luta, muita luta, a gente ficou uns seis, sete meses eu tendo que pagar 200 reais na época em cada caminhão d'água, eu enchia minhas caixas e ia enchendo para o povo, foi uma luta incessante, aí a gente conseguiu esse direito. A gente foi atrás da Defensoria e a gente conseguiu dois parceiros muito bons na época, na verdade foram 3, um eu não sei o nome agora, outro foi o Fábio Félix que era alguma coisa dos Direitos Humanos, e aí a gente conheceu um defensor público que era juntamente com ele, que era Rodrigo (Duzsinski) e um nome bem estranho, ele tem um nome diferenciado, aí ele entrou na luta junto com a gente, mas mesmo assim foram uns seis meses de luta.*

Para a Teoria do Ator-Rede, mediadores são entidades que desempenham papéis críticos em redes ao facilitar, alterar ou transformar as relações e interações entre atores. Eles são agentes que não apenas transmitem ou transportam informações e recursos, mas também moldam e influenciam o funcionamento da rede. Assim, podemos entender o documento contendo a decisão judicial obrigando a Caesb a fornecer água potável às creches de Santa Luzia/DF como um mediador que modificou a forma de acesso a este direito essencial por parte de alguns moradores.

Ainda sob a ótica da Teoria Ator-Rede, a sociedade civil e os políticos eleitos interagem através de processos de tradução, onde as demandas da sociedade civil são interpretadas, modificadas e inscritas em políticas públicas ou ações governamentais, como a decisão proferida pelo Ministério Público mencionada acima. A organização, da qual Estrela exerce o cargo de presidente, comportou-se como intermediário ao levar as demandas da cidadã às autoridades competentes.

Este tipo de processo é dinâmico e pode ser influenciado por vários fatores, incluindo a capacidade de mobilização da própria sociedade civil e a abertura desses políticos para essas demandas (Latour, 2012).

Pretendendo analisar como os líderes comunitários e os políticos eleitos se conectam e a rede formada mediante a interação deles, foi questionado a cada entrevistado: *Como se dá a relação com o poder público? Você tem acesso a políticos eleitos?*

**Américo:** *Sim, tem políticos de direita, de esquerda, graças a Deus, com isso aí, eu não tenho o que reclamar. Se eu precisar falar com um político de direita, um deputado de direita, eu consigo. Se eu precisar um senador de direita, de esquerda. **Cecília: E como você tem acesso a eles?** Geralmente, a gente agenda pelos assessores deles. Preciso falar com o*

*deputado tal, aí eles vão aí, ó, vou agendar para tu. Eu vou lá, falo a situação e no que eles puderem ajudar. O que mais me recebe, que geralmente, o benefício não vem só para a Santa Luzia, vem para a Estrutural também é o Rafael Prudente que é uma pessoa que sempre está me atendendo quando eu preciso. Tem o Fábio Félix também, do PSOL, que é um cara que eu conheço pessoalmente mesmo, é meu amigão. E tem outro... tem o senador Izalci. Tem a Érica Kokay, entendeu? Que ela vem sempre aqui na Mães Guerreiras. Eu, graças a Deus, tenho um relacionamento com esquerda e direita. Então, se é de direita ou de esquerda e vier trazer benefício para a Santa Luzia, eu estou dentro.*

**Jataí:** *Olha, o único político que eu tive até hoje foi com o Rafael Prudente. Inclusive, eu, quando eu conheci o Rafael Prudente, eu não tinha conhecimento de eleito, mas quando eu criei essa associação, eu fui buscar um conhecimento com o Joaquim Neto, né? [...] E o Rafael Prudente, ele me deu a resposta do transporte escolar. Então, assim, o Rafael Prudente é aquele político que se você precisar levar alguma demanda, você tem acesso a ele. Esse é o único político que hoje tá vindo pra nossa cidade e junto com o administrador, né? E o Ibanez aí também, né? Que tá vendo nós aqui.*

**Tarcila:** *Eu consigo chegar até a senadora Leila. A gente consegue, é bem acessível chegar até ela. A Érica Kokay também começou a andar por aqui, né? Mas aqui a gente tem mais contato é com a senadora Leila. A gente tem a Nazaré que é secretária, assessora dela, a gente pode passar pra ela e ela repassa também. Quando tem reunião no partido, chama a gente, a comunidade vai, eles fretam ônibus.*

**Atlas:** *[...] Tem essa deputada, que eu esqueci o nome dela, que vira e mexe ela me pergunta: o que vocês estão precisando. Eu achei até estranho ela, achando o WhatsApp não sei da onde, e me perguntar qual é a demanda. Aí expliquei qual é a demanda, que era a regularização aqui dessa área. Colocar um hidrômetro, relógio. Já falei sobre a construção de duas escolas que já tem mais de dois anos que tá cercada ali a área, e não começou de jeito nenhum as obras. Já recorremos também ao deputado Fábio Félix. E antes do Gabriel Magno também, teve a, a outra deputada, que eu esqueci o nome dela, a gente já recorreu pra ajudar nessa questão aqui da Santa Luzia, já fizemos algumas audiências públicas lá na Câmara Legislativa.*

**Severino:** *Como eu te falei, tem algumas situações que a gente consegue alcançar, né? Outras, já vem aquela história de que o lugar é irregular, que a gente não pode entrar lá. Então, assim, a gente tem essa dificuldade, mas acaba que, no final, a gente vai costurando daqui, costurando ali, e aí dá certo. Mas a gente tem alguns deputados que a gente conversa, por exemplo, o deputado Yolando. Não lembro o nome dele, que é da base aliada do GDF. Mas assim, ele atende naquilo que a gente necessita, então eu não me importo muito se é da base ou não. O que eu quero é que resolva.*

Várias lideranças comunitárias de Santa Luzia/DF mantêm interações e diálogos com políticos eleitos no DF. Por conhecer as necessidades e preocupações da população local, esses líderes criam redes de relacionamentos com os representantes públicos, a fim de assegurar a implementação de projetos que atendam diretamente às demandas da comunidade.

Por outro lado, os mais céticos desconfiam de que os anseios da comunidade sejam ouvidos e considerados nas decisões políticas.

**Sebastian:** *Difícilmente, se não aí entra a questão da disputa. Se não for um político apadrinhado que já tenha sido beneficiado com votos, com apoio, as portas são fechadas. A gente não consegue no poder público buscar um recurso ou uma ajuda, não tem essa separação.*



**Seraphina:** *A gente não costuma misturar política com nossa associação, até porque assim, é fácil você vir aqui e prometer mundos e fundos na época da eleição e depois dos quatro anos você sumir. Então, eu costumo não misturar. Mas a gente recebe sim na época de eleição, qualquer época do ano que quiser vir visitar, a gente recebe. Mas não temos vínculo direto.*

**Estrela:** *Eu não tinha uma questão, eu nunca gostei muito, vou falar sério, eu sempre fui bem fechada para a questão porque eu acho que os políticos usam muito. A gente sempre fala que quando chega a época de eleição, chega a caça aos pobres. Gente é terrível, eles entram, sujam as botas, aquelas coisas, e depois que acaba a política, eles somem! Sempre tinha esse medo de usar o meu espaço, eles virem, prometerem e não cumprirem e depois as pessoas ficarem me cobrando. Hoje eu estou tentando entrar por causa que a gente viu que a questão também não fica se não tiver a política. Querendo ou não, a gente precisa!*

**Hortalina:** *[...] quando chega na época da eleição: “Oi, meu amigo, como é que estão vocês, meu amigo?” É só aquilo ali, terminou aquilo ali, ó, ele te esquece. Nunca mais ele passa ali na sua rua. Está entendendo? Então, o nosso problema está aí porque se ele se importasse com nós, ele já tinha feito pelo menos a água para nós pagar. Porque o que a gente quer é pagar a água para a gente não ficar nesse sofrimento de água, meu Deus. Está entendendo? Nosso problema só está a água. A nossa moradia, graças a Deus, a gente usa de um jeito, usa do outro, usa do outro e faz pelo menos um lugarzinho para você morar, mas o nosso problema é só a água.*

Carolina de Jesus (2022) tinha uma impressão parecida com a de Estrela e Hortalina em relação aos políticos:

*Quem nos protege é o povo e os Vicentinos. Os políticos só aparecem aqui nas épocas eleitorais. O senhor Cantídio Sampaio quando era vereador em 1953 passava os domingos aqui na favela. Ele era tão agradável. Tomava nosso café, bebia nas nossas xícaras. Ele nos dirigia as suas frases de iludo. Brincava com nossas crianças. Deixou boas impressões por aqui e quando candidatou-se a deputado venceu. Mas na Câmara dos Deputados não criou um projeto para beneficiar o favelado. Não nos visitou mais (Jesus, C. 2022, p. 36).*

Embora exista o senso comum baseado na percepção de que muitos políticos desaparecem após a campanha eleitoral, algumas lideranças comunitárias de Santa Luzia/DF possuem acesso a deputados distritais eleitos. Elas conseguem levar suas demandas até assessores, gabinetes, mesmo que não tenham garantias de respostas.

Levando em consideração que o Distrito Federal tem suas peculiaridades, entre elas, não ter prefeitos, sendo o administrador de cada região administrativa a autoridade pública mais próxima da realidade social e o elo entre a população e o governador, indagamos “*como ocorre a interação com a Administração Regional da Estrutural? É pacífica? O Administrador e os servidores facilitam o relacionamento entre os gestores públicos e a comunidade?*”

**Estrela:** *Eu não sei dessa administração atual porque só ano passado a gente trocou três vezes de administrador. Eu falei que eu nunca vi uma cidade que troca de administrador*

*como aqui. Não concordo de administrador de cidade ser uma indicação pública, eu acho que tinha que ser uma votação porque eles colocam interesse pra eles ali, vamos lá, né poder público é assim, às vezes a pessoa não sabe nem da realidade nem do que acontece nas administrações passadas. Eu nunca gostei ou tive envolvimento com eles porque eu via que eles estavam nem aí pra cá: um administrador falou pra gente que ele administrava a Estrutural, não era a Santa Luzia, eu olhei e falei, "meu Deus, então pronto!" [...] Hoje essa nova administração que tá lá, eu não sei bem, eu tenho até que ir lá porque querendo ou não a gente precisa de um papel dele... mas aí eu ainda não tive um contato, não sei a administração de hoje, mas a passada era péssima, um administrador olhar pra você e falar que não administra essa cidade, que ele administra a Estrutural e não a Santa Luzia é difícil só porque a gente ia lá cobrar... eles nem atendia, faltava a pessoa falar lá fora mesmo, da portinha pra fora.*

**Constantina:** *Depende, esse novo agora, sim. A gente já teve vários administradores, ao decorrer dos anos aí, e tem uns que são bons, e tem uns que não ... Atualmente a gente tá tendo, conseguindo diálogo com ele, mas já teve administrador de falar que a Santa Luzia nem existia, de falar que não podia fazer nada, porque a gente é uma área irregular, de não facilitar com a energia. Teve um administrador que ele conseguiu um código na CEB, que a gente ligava quando tinha pipoca aqui e a CEB vinha ajeitar. Mas tem administrador que fala, não, eu não posso fazer nada pra vocês.*

**Flor:** *Agora é pacífica. O administrador tem tentado ouvir mais a comunidade. Só que os outros, sempre que ia era portada na cara. "Não, lá é irregular, lá não pode ser mexido, lá a gente não pode fazer nada." Agora está começando a caminhar para uma conversa mais pacífica.*

**Américo:** *Sim, o administrador, é como eu falo, na hora que eu preciso, no que der para ele fazer, porque o poder público, aqui dentro, a administração, o governador, eles não podem entrar. E vamos supor, eles não podem entrar agora aqui e dizer, vou regularizar, dar moradia a todo mundo. Não podem, porque existe uma ação judicial. Mas a administração, hoje, toma conta da Santa Luzia e ele pode fazer algumas coisas paliativas, né? Passar uma máquina para tirar um buraco [...] Eu acredito que eles podem fazer isso, e eles vêm fazendo. Quando a gente pede, no que dá para eles fazerem, eles vão fazendo.*

**Seraphina:** *Sim, esse ano, inclusive, foi um ano que a gente esteve mais próximo da administração da Estrutural. Eles têm nos procurado bastante para nos destinar doações que têm chegado, né? Para destinar para as creches, associações, ONGs, instituições. E a gente tá muito satisfeito com essa nova gestão que tá aí, porque tá com um olhar diferenciado pras creches.*

**Atlas:** *Quando convém ao governo resolver o problema, né? [...]. Quando não, já se recebe aquela resposta pronta: a Santa Luz é ilegal, os órgãos não podem entrar, não podem fazer nada, porque há um impedimento judicial aqui na Santa Luz que impede o governo de trazer melhorias para a comunidade. Bom, isso a gente já escuta aqui há anos, essa sempre é justificativa, que o próprio governo dá pra não resolver nada.*

Alguns não conhecem o trabalho da atual gestão, outros afirmam que houve sim uma melhora na relação entre a Administração da Estrutural e a comunidade de Santa Luzia/DF. Também existem aqueles que possuem uma maior proximidade com o atual administrador, Alceu Prestes de Mattos, e elogiam o trabalho dele, bem como os que criticam o atendimento ou não de demandas de acordo com a conveniência do governo.

A sociedade civil de Santa Luzia/DF se organiza através de associações, movimentos, projetos, organizações, coletivos. Há também quem prefira ser um

agente individual de transformação social. Independentemente da maneira escolhida, a articulação desses atores surge para gerar impacto positivo para a sociedade e principalmente para cobrar justiça social das autoridades públicas e de seus representantes eleitos.

As diversas iniciativas protagonizadas pela população se assemelham quanto à força empregada nas lutas por mudanças sociais, à resistência de não sucumbir às vulnerabilidades, às tecnologias que são desenvolvidas pela comunidade para minimizar as carências, à solidariedade que estreita os laços entre os moradores. Tais características foram notadas pela Secretaria Nacional de Periferias (SNP) subordinada ao Ministério das Cidades do atual governo Lula.

Uma das iniciativas populares de Santa Luzia/DF foi escolhida pelo projeto Mapa das Periferias da SNP para representar a região centro-oeste. Duas lideranças comunitárias que fazem parte desta iniciativa serão as representantes da comunidade e farão a conexão entre os moradores e as ações da Secretaria.

Segundo o Ministério das Cidades, o Mapa das Periferias é uma parceria entre a Secretaria Nacional das Periferias e a Fiocruz com o objetivo de reunir dados e informações sobre as periferias do Brasil em uma plataforma que também traz diversas informações sobre a atuação do Governo Federal junto aos territórios periféricos.

A plataforma visa fortalecer a luta por justiça social, subsidiar políticas públicas e visibilizar as iniciativas locais que ocorrem nesses territórios. Ela integra um Geoportal onde se pode acessar dados georreferenciados, permitindo uma análise detalhada das condições e iniciativas nas periferias.

Uma das etapas do projeto, Mapeamento Popular, foi realizada em Santa Luzia/DF no mês de agosto de 2024 por meio da oficina “Como é meu território”. A atividade incentiva a produção de dados diretamente pelos moradores, visando garantir que as vozes locais sejam ouvidas e registradas no processo de desenvolvimento sócio-territorial.

A oficina contou com a participação de líderes de movimentos e projetos, além de moradores em geral, os quais deveriam indicar pontos de referência em seu território e o que eles consideram potencialidades e vulnerabilidades na comunidade.

**Figura 22 - Mapa das Periferias/Ministério das Cidades**



Fonte: autora.



Figura 23 - Oficina de mapeamento popular



Fonte: autora.

Durante a atividade, foi confirmado o que já havia sido constatado na fase de entrevistas: a falta de água potável encanada é uma das maiores vulnerabilidades, se não a maior, considerada pela população de Santa Luzia/DF.

Informações e dados, levantados durante a pesquisa de campo, sobre a água; a atuação dos atores sociais por acesso a este direito humano essencial, bem como a percepção das lideranças comunitárias sobre a relação racial e a privação de água potável em Santa Luzia/DF serão abordados na próxima seção.

### **3.3 Atuação das lideranças comunitárias e sua percepção sobre a dimensão racial na privação de água potável em Santa Luzia/DF**

No Distrito Federal, Santa Luzia/DF é conhecida por iniciativas populares, creches, associações, projetos sociais que promovem ações e atividades para reduzir as desigualdades sociais vividas pela comunidade. Por outro lado, as carências e vulnerabilidades do território também são destaques em campanhas de arrecadação, estudos científicos, matérias jornalísticas, dentre outros.

Durante pesquisa de campo, ocorreu a gravação de uma matéria, divulgada pelo Instituto Trata Brasil, sobre o volume de água potável desperdiçado no país (37,78% em 2022) e no Distrito Federal (34% em 2022), ao mesmo tempo em que há locais sem água disponível também no DF.

**Figura 24** - A matéria: desperdício caminha com a falta de acesso



Fonte: autora.

A falta de água potável em Santa Luzia/DF escancara a distribuição desigual de bens essenciais em nosso país. Como visto no primeiro capítulo, comunidades negras, indígenas e outras minorias raciais vivem em áreas menos valorizadas, com menos infraestrutura e proteção ambiental. Esse tipo de segregação só reforça o ciclo de desigualdades sociais, algo que deve ser combatido por todos.

**Jataí:** *Aqui praticamente nós não, a maioria não tem água, você pode abrir uma torneira aqui de manhã, não tem água agora, agora mesmo não tem água nem pra cozinhar. Então aqui a água é precária, a energia é precária, tudo é precário. A situação do povo aqui tudo é zero.*

Para entender como funciona a dinâmica da água, foram realizadas caminhadas por algumas áreas da região com as moradoras e líderes comunitárias Flor e Constantina, a fim de que elas explicassem como está dividida e organizada a comunidade. A partir daí, temos a dimensão de como Santa Luzia/DF é imensa e



como cada local tem suas peculiaridades em relação ao acesso à água. Segue quadro elaborado para sintetizar as informações coletadas:

**Quadro 3 - Visão geral de acesso à água em Santa Luzia**

TIPO DE ABASTECIMENTO	ÁREA	DESCRIÇÃO	RESUMO DE COMO OS MORADORES TÊM ACESSO À ÁGUA
CHAFARIZ MANGUEIRA	BANANAL	ÁREA MAIS ELEVADA, PORTANTO, A PRESSÃO NÃO É SUFICIENTE PARA LEVAR ÁGUA DA ESTRUTURAL ATÉ LÁ	OS MORADORES INSTALARAM MANGUEIRAS SUBTERRÂNEAS QUE PUXAM A ÁGUA DO LADO DA ESTRUTURAL, PORÉM, COMO A PRESSÃO É FRACA, A ÁGUA NÃO CHEGA. O CHAFARIZ É UMA ALTERNATIVA, ENTRETANTO, É INSUFICIENTE PARA ATENDER A QUANTIDADE DE PESSOAS DO LOCAL.
CANOS	CENTRO	ÁREA MAIS CENTRAL ONDE OS MORADORES INSTALARAM ENCANAÇÕES DESDE A ESTRUTURAL	NESTE PONTO, OS MORADORES FIZERAM TODA UMA INSTALAÇÃO FEITA DE CANOS ENTRE ESTRUTURAL E SANTA LUZIA, MAS A ÁGUA SÓ CHEGA DURANTE A MADRUGADA QUANDO OS MORADORES DA ESTRUTURAL ESTÃO DORMINDO E A PRESSÃO FICA UM POUCO MAIS FORTE, NÃO O BASTANTE PARA ENCHER AS CAIXAS D'ÁGUA. É PRECISO ARMAZENAR A ÁGUA E DEPOIS USAR BOMBAS ELÉTRICAS PARA JOGÁ-LA PARA CIMA.
RESERV. POÇO	ANA CRISTINA	ÁREA VIZINHA AO PARQUE NACIONAL, LOCAL DO RESERVATÓRIO DO PROJETO VIDA E ÁGUA PARA ARIS	NESTA ÁREA CUJA REFERÊNCIA É A LÍDER COMUNITÁRIA ANA CRISTINA, FOI INSTALADO UM RESERVATÓRIO COM CAPACIDADE DE 1.000L ABASTECIDO DIARIAMENTE PELO CAMINHÃO-PIPA DA CAESB. ALGUNS MORADORES POSSUEM POÇO, MAS A ÁGUA NÃO SERVE PARA CONSUMO,
POÇO/CANOS	FERNANDO/EM FRENTE À CERCA DO EXÉRCITO	ÁREA PRÓXIMA AO PARQUE NACIONAL, CONHECIDA PELA ANTIGA COOPERATIVA DO SR. FERNANDO	ESSA REGIÃO POSSUI ENCANAÇÃO ATÉ CERTO PONTO E NOVAMENTE A ÁGUA SÓ CHEGA DURANTE A MADRUGADA. AQUELES QUE MORAM MAIS ABAIXO PUXAM ÁGUA DE SEUS VIZINHOS POR MANGUEIRAS OU PRECISAM FURAR POÇO.
CANOS	ASSENTINHO	ÁREA ONDE FORAM REALOCADOS MORADORES QUE TIVERAM SUAS CASAS DERRUBADAS ANTERIORMENTE	DE ACORDO COM O LÍDER COMUNITÁRIO ENTREVISTADO, ESTA LOCALIZAÇÃO SOMA APROXIMADAMENTE SEIS RUAS E UM POUCO MAIS DE CEM MORADORES. AQUI ELES POSSUEM ÁGUA ENCANADA DIRETO DA ESTRUTURAL, INSTALAÇÃO FEITA PELA CAESB QUANDO AS PESSOAS FORAM REALOCADAS, PORÉM NÃO É REGULARIZADA, OU SEJA, O CONSUMO AINDA NÃO É COBRADO.

Fonte: moradores, 2024. Elaboração: autora.

Compreendido que existem distintas formas de os moradores terem acesso à água, potável ou não, incluindo chafariz, reservatório, mangueiras, encanação irregular, poço e outros dentro de Santa Luzia, foi necessário conhecer um pouco mais sobre essas diferenças e o papel da sociedade civil na construção dessas dinâmicas.

Vários cenários compõem a realidade de Santa Luzia, mas em todos eles o direito essencial humano à água não é respeitado, uma vez que a água nesta comunidade só é obtida através de muito esforço. Os próprios moradores coordenados pelos líderes comunitários batalham para tê-la, apesar de ser por um período limitado (madrugada) através de meios improvisados (canos e mangueiras),



mesmo a conta gotas (a pressão é fraca), ainda que dependa diretamente de terceiros (caminhão-pipa), todo esforço não garante uma quantidade mínima para consumo, obrigando as pessoas a comprarem ou a pegarem em outros locais.

Inclusive, no dia da entrevista com Hortalina, os moradores da região Bananal, onde ela mora, estavam sem água há algum tempo:

**Hortalina:** *Ô meu amor, aqui tá uma confusão de água. Aqui é nós, todo mundo lutando por essa água porque nós aqui estamos, acho que uns cinco dias já sem água. Eles tão arrumando na 12, né? Tão colocando água lá. Então enquanto eles não arrumar lá, eles não vão soltar água pro pessoal aqui embaixo. Aí fica a água pingando. Hoje vem, amanhã não vem.*

**Nero:** *Tem canto que na Santa Luzia a água não chega. Tem mais de três anos que ela não chega. E como é que esse pessoal está fazendo? Aí cava poço. Cava um poço no trato, no trato. Aí desce um cano de cinquenta, desce um cano de vinte e cinco com a boia. Aí eles bambeiam com o cano de vinte e cinco, a água sobe, vai pra bombinha e enche as caixas. Aí dá pra lavar roupa, lavar a casa, lavar o quintal, cuidar, né? O problema do básico, né? E pra cozinhar e beber, aí compra.*

Nero é um dos responsáveis pela instalação dos canos de água em Santa Luzia/DF, bem como pela manutenção quando ocorre algum problema. Ele é presidente de uma associação há seis anos, mas já exercia o papel de liderança comunitária dos carroceiros desde a época em que existiam apenas chácaras na localidade, motivo de a região ser conhecida por “Chácara Santa Luzia”.

Para realizar o serviço, é cobrada uma taxa única no valor de R\$ 150 por casa. Este dinheiro é empregado na compra dos materiais utilizados na encanação que vai desde a Estrutural até a residência do morador.

**Nero:** *Se você vê que a água é do comunitário, a gente tem que contar com a comunidade. Se você vê que tá botando uma mangueira, uma mangueira não tá chegando, então a gente faz a estratégia. Vamos trocar a mangueira pelo cano e de preferência na máquina, porque a mangueira foi cavada na mão. E na mão, você cansa, meu filho. Você rodar dois quilômetros batendo picareta, aí cava 20 centímetros de fundura, 30 centímetros de fundura. Muito raso. E na máquina, não, a gente, botamos 50 centímetros de fundura. O cano não quebra. Só que aí vem a falha que é o desperdício de água.*

*[...] A gente faz sempre no domingo, porque tem que fazer a instalação pra dentro da casa da pessoa. Aí a pessoa trabalha a semana toda, o domingo tá em casa. Então a gente faz no domingo, a máquina, mil reais a diária. A gente cobra 150 por casa, entendeu? Porque na hora que você tá passando com a máquina cavando, corta as mangueiras. Aí fulano fala assim: “não, eu não vou entrar no cano, eu vou ficar na minha mangueira.” Então o que que acontece? Como ele quer ficar na mangueira dele, aí você tem que comprar as conexões, braçadeira, mangueira, porque você vai ter que emendar porque quebra. Você tem que fazer, instalar a mangueira do cara de volta, que é um problema [...] Aí vem o conjunto, a comunidade, cada um paga uma taxa. Pagou aquela taxa, acabou. Se no caso precisar de manutenção, aí paga uma taxinha de novo, a pessoa vai lá e faz a manutenção. A gente é líder comunitário. Igual eu falo pra todos aqui: “se montar em mim, Santa Luzia todinha eu carrego, mas se bater esporo, eu pulo”.*

**Cecília: E as pessoas que não têm condições financeiras para pagar a taxa?**

**Nero:** Quando a gente tá passando na rua pra fazer a arrecadação, para comprar o material, têm pessoas que, tem mulher que ela tá separada do marido, ela não tem condições, essa a gente liga de graça, a gente não cobra, você entendeu? Porque ela não tem condições mesmo [...] Então a gente tem esse ponto de visão com as pessoas dentro da comunidade. Têm pessoas que recebem o seu bolsa família, trabalham, então já tem essas condições de pagar, né?

Embora Nero tome a frente e organize o serviço, ele não faz nada sozinho. São os moradores de forma coletiva que cavam os poços e colocam os canos de água em Santa Luzia/DF:

**Nero:** Para botar água aqui tem que ser a comunidade mesmo [...] cinquenta pessoas, sessenta pessoas uma hora da manhã, a gente cortando pista aqui para estar puxando água. Menino, mulher, tudo junto, marido, todo mundo junto. E polícia passando porque se for só você, você é ladrão. Agora se você botar cinquenta, cem pessoas para estar junto, aí você já não é ladrão, né? Então eu faço assim quando eu vou mexer: eu junto o povo, eu vou no grupo aqui, “ei galera, vamos todo mundo. Vocês querem água? Queremos! Então sobe todo mundo, vamos trabalhar”.

Américo é outra liderança responsável pela instalação de água em Santa Luzia/DF e acrescenta:

**Américo:** Antigamente, existiam muitos moradores que eles faziam individualmente. Vou lhe dar um exemplo. Por exemplo, essa rua aqui, perto dessa igreja, eu abri uma vala aqui para a mangueira que ia para a minha casa, né? Que tinha eu e umas dez pessoas. Tinha dezesseis a vinte mangueiras. A gente abria e saía cortando, tudo cortando. Dava uma picaretada aqui, cortava a mangueira de outra e toda vez era uma confusão. Então eu fiz o quê? Eu juntei toda a comunidade, né, e dei a sugestão a ela. O que é que vocês acham de a gente se juntar? Em vez de ficar em dezesseis, vinte mangueiras, a gente puxar uma só e distribuir. Igual a Caesb faz, só que infelizmente é irregular. E todos disseram, vamos fazer. Então teve custo, cada um dividiu, fez orçamento e dividiu por todos, entendeu?

Apesar de todo trabalho e custos, trocar as mangueiras pelos canos não garante que a água irá subir até a caixa d'água. Como vimos, a pressão da água que sai da Estrutural não é forte o suficiente para chegar às torneiras e aos chuveiros nas residências mais distantes. O jeito é utilizar tambores e bombas para jogá-la para cima ou cavar um poço.

**Américo:** Alguns pontos não têm ainda porque não tem pressão para subir. Outros tem, mas só à noite, outros tem, mas só puxando com bomba. Então varia muito. [...] a Santa Luzia não tem água de dia, ligando uma torneira não tem. Tem que ter uma bomba para ajudar a puxar o que está dentro do cano, então se você abrir uma torneira sem ligar uma bomba, ela não vai sair água em canto nenhum da Santa Luzia.

**Nero:** [...] Mais para dentro, como está distante, tem que jogar uma caixa, cavar um buraco de um metro de fundura, aí joga aquele tamborzão de plástico lá dentro, aí bota uma bomba d'água para mandar para a caixa. E quanto mais distante, tem gente que nem com o negócio funciona, não chega a água. **Cecília:** Neste caso, a pessoa tem que fazer o quê? Cavar poço porque não tem mais acesso à água. A água já não chega mais lá, aí a pessoa vai cavar um poço porque ela tem que lavar, ela tem que ter a limpeza, né? Tem que lavar roupa,

*tem que limpar a casa. E para beber, compra. Às vezes vem aqui em casa buscar de carro, vem com cinco tambor, dez tambor, enche os tambor e leva.*

**Figura 25 - O tambor**



Fonte: autora

Visto que é a própria população quem arrecada o dinheiro para o serviço e quem literalmente coloca a mão na massa se quiser ter um mínimo acesso à água, foi perguntado aos entrevistados se os moradores se interessam e se engajam nas atividades sobre fornecimento de água:

**Constantina:** *Uma parte só, são todos, não. Tem gente que já tá tipo assim "ah, tô aqui mesmo há tanto tempo assim". Mas tem gente que vai na luta.*

**Seraphina:** *Não muito mais. Porque assim, eles são muito desacreditados de muitas promessas, né? Então, aí quando tem essas reuniões, aí vai só encher linguiça novamente, que não sei o que, nunca sai do papel.*

**Nero:** *Todas audiências, a gente convida a comunidade, vai 15, vai 50 pessoas, vai 100 pessoas, variável. Aí, quando chegam, vai perguntando, eles vão repassando, e se sente mais segurança.*

**Sebastian:** *Se interessam sim, se engajam sim, é interesse de todos. O nosso maior sofrimento aqui sempre foi em questão da água.*

**Eva:** *Sim. Porque o sofrimento aqui é tanto, tanto que quando falam que vai ter água, minha filha, a gente quer saber de tudo.*

**Flor:** *Quando é para fazer, quando é para fazer panelaço, fechar pista, correr atrás e reivindicar mesmo, a gente já fez reportagens, a população se engaja.*

**Américo:** *Sim, quando se refere a água ou a luz, né, a comunidade se interessa até porque eles sofrem muito. Então o que vier, o que for feito, falado sobre a água, sobre a luz aqui, a comunidade ela participa. De alguma forma, ou de uma discussão entre o grupo do WhatsApp ou em reunião. Mas ela se interessa. Vamos botar aí 90% da comunidade se interessa porque ele necessita disso.*

**Atlas:** *Não, o povo aqui é muito fraco. Pelo menos dessa rua aqui não participa, não. Esse povinho daqui, desse lugar aqui, que já tem uma certa rede, eles não participam. Geralmente, quem participa é o povo que não tem nada, que é mais lá pra baixo, lá pro fundão. Esses aí, o povo de lá participa mais desses eventos. Hoje em dia não tem tanto eventos assim, reuniões, que antigamente tinha muitas. E aí o que a gente percebe? Que o povo só participa se, por exemplo, acontecer algo extremo. Ó, vai derrubar. Aí o povo vem, se reúne, fica preocupado. Faz um mutirão ali. Já teve casos que eu participei também de fechar a via estrutural.*

Percebe-se que as pessoas que foram realocadas nas casas que já possuem água encanada, mesmo que ela só esteja disponível durante a madrugada, não tem tanto interesse em participar das atividades. Aqueles residentes onde a água não chega, devido a pressão mais fraca, inclusive os que utilizam poços, são mais ativos nas ações sobre o tema.

Para entender os caminhos traçados pelos moradores em busca de seus direitos básicos, como acesso à água, cada participante foi questionado “se houve algum caso de sucesso ou algum resultado prático, que você recorde, da participação da sociedade civil reivindicando o fornecimento de água potável?”

**Constantina:** *Teve uma época em que a população se juntou e fechou a estrutura lá em cima, porque o pessoal veio, fez a instalação das águas, e o presidente da CAESB mandou cortar. Tirou água de todo mundo aqui. Depois desse fechamento da rua lá, que teve a audiência, que eles não cortaram. Hoje é fraca, mas eles não cortam mais. A gente passava mais de 15 dias sem água e sem luz aqui, aí a gente fechou a Estrutural, colocou pneu, queimou pneu. Foi a primeira luta que nós tivemos aqui por água e luz. Era o mangueiro, era na mangueira. Aí ele foi e arrancou as mangueiras tudo. Era mangueira dessas de 32 só que era por dentro. Ele cortou tudo, o presidente da CAESB.*

*Teve uma audiência que foi aqui na Vila Olímpica. Aí depois dessa audiência pública que foi muita pressão que ele deixou o povo ligar de novo. Na verdade ele não deixou, ele só não continuou arrancando, entendeu? Ele deixou de retirar. Ele cortava toda vez que o povo colocava porque nós fomos atrás pra ele colocar água, só que ele falou que não podia, que não era regularizado. E falou um monte de coisa. Aí ele vinha e tirava. Hoje em dia ele não tira, ele só diminui a pressão, aí fica fraca. Aí não dá pra encher totalmente, tem que ser no tambor, pra caixa não sobe. Todo mundo que tem caixa aqui tem bomba, tem que ter, ela não sobe pra caixa. Aí a bomba joga pra cima.*

**Américo:** *Eu acredito que veio um pouco quando a gente perdeu, perdeu a pressão de água. E a gente foi para a rua e conseguiu que a Caesb aumentasse a pressão para que a água conseguisse chegar. Não estava chegando de jeito nenhum. Como eu expliquei no começo da entrevista, só a noite que a gente tinha. Aliás, não tinha de jeito nenhum. E a gente foi lá e conseguiu chegar em alguns pontos, começou a chegar à noite. Entendeu? Então, eu acho que isso é uma conquista da comunidade inteira e da rua. E a gente conseguiu fazer um órgão do Estado, né? Vim lá e aumentar a pressão para a cidade Estrutural, não para Santa Luzia. Eles aumentaram para a cidade estrutural, que inclusive, a água estava fraca. Então, eles aumentaram lá. A gente foi para a rua e conquistou aumentar a pressão para o povo da Estrutural que automaticamente nos beneficia aqui também porque quando aumenta a pressão lá, a água chega aqui.*

Durante as pesquisas e levantamento de dados, foi encontrada uma reportagem sobre a manifestação narrada pelos entrevistados, o que corrobora com o entendimento de Latour (2012, p. 84) a respeito da ação: “se você mencionar uma ação, terá de apresentar um relato sobre ela e, para tanto, precisará tornar mais ou menos explícito quais provas deixaram tais e tais traços observáveis”.

Manifestantes fecharam parte da via Estrutural (DF-095) [...], em um protesto por causa da falta de água. Os manifestantes reclamam ainda do desabastecimento de água na Chácara Santa Luzia. A Companhia de Saneamento Ambiental (Caesb) disse em nota que, "por ser área irregular", o serviço não é ofertado na região "Observa-se um grande número de ligações clandestinas na região, o que prejudica substancialmente o abastecimento de outras áreas regulares na Estrutural." Além disso, o órgão disponibilizou caminhões-pipa, como medida emergencial, para abastecer creches e escolas. O atendimento prioriza creches e escolas, de segunda a sexta-feira. G1. (2019, setembro 23). Moradores fecham parte da Estrutural, no DF, em protesto por falta de água. G1. <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/09/23/moradores-fecham-parte-da-estrutural-no-df-em-protesto-por-falta-de-agua.ghtml>

O fato de termos atores (moradores da Estrutural e Santa Luzia/DF juntos) protestando e atuando em rede, conseguimos enxergar o movimento do social e a rede criada a partir das ações desses que pretendiam, ao bloquear o fluxo de uma rodovia, pressionar as autoridades competentes (outros atores humanos) a aumentarem a pressão da água na Estrutural e conseqüentemente em Santa Luzia/DF. “A rede não designa um objeto exterior com a forma aproximada de pontos interconectados [...] é a capacidade de cada ator para induzir outros atores a fazer coisas inesperadas” (Latour, 2012, p. 189).

A baixa pressão da água na Estrutural prejudicava não só os moradores deste local, mas principalmente, a população de Santa Luzia/DF que depende das ligações irregulares para ter água minimamente na região.

**Atlas:** *Se o povo da Estrutural ficar sem água, fica também a Santa Luzia. Nossa, mas foi uma guerra, foi uma briga aí nessa administração. Uma galera de líderes de todos os lugares se juntaram, né? [...] E o povo brigando, reclamando. E aí estivemos em reuniões na Caesb, lá em Águas Claras, e aí eles prometeram que iam trazer uma água. [...]*

**Américo:** *Foi justamente numa nossa manifestação que ocasionou isso. Cheguei, chamei o administrador, ele nos recebeu. A gente foi com duzentas e poucas pessoas, fechamos a via Estrutural porque a gente não tinha água. A polícia militar chegou, pediu pra apagar. A gente permitiu apagar, não fechamos toda a via da via Estrutural, deixamos uma via pra passar, até porque o nosso direito acaba quando começa o dos outros. Então a gente deixou uma via pros carros passarem. E ele convocou a gente pra administração, a população foi pra lá e a gente entrou num bom senso. E ele disse que ia ver o que ia fazer, e em cima disso é a solução (chafariz) que ele arrumou porque dentro da Santa Luzia não tem como botar água. Por enquanto ainda não tem, mas aí eles ficam abastecendo enquanto se resolvem esses problemas.*

Além de aumentar a pressão da água na Estrutural, outra solução encontrada pela Companhia de abastecimento para as cobranças dos moradores que residem onde a encanação não atende, foi criar um ponto de distribuição de água coletivo para essas famílias.

Para que a população tenha acesso à água tratada, principalmente os moradores do Bananal, a CAESB instalou um chafariz abastecido diariamente por caminhão-pipa cuja capacidade é de 15 mil litros.

Uma das lideranças que reside no Bananal relembra a época em que o chafariz foi instalado:

**Hortalina:** *Vieram, fizeram um mapinha e colocaram aqui. No início era bom, porque cada um ia lá e pegava um baldinho, mas quando começaram a colocar a mangueira não teve mais. **Cecília:** **E a água dura quanto tempo, a senhora sabe?** Não dura meia hora. Porque tem muita mangueira. Vai lá, quando tira uma mangueira, eles começam a brigar, a gente vai lá e bota tudo de volta. Já deu muita briga ali, mas agora, graças a Deus, o pessoal tá até mais, mais ou menos, sabe?*

O social nasce de interações breves ou associações momentâneas entre *qualquer coisa*. Se modifica uma situação fazendo diferença, é um ator (Latour, 2012). Ou seja, o chafariz entendido como um ator não-humano influenciou a dinâmica das redes ao interagir com outros atores, os moradores, alterando toda a dinâmica de abastecimento de água na região.

Durante a conversa com os entrevistados, foi solicitado aos participantes que comentassem um pouco sobre a instalação do reservatório de água (chafariz) abastecido por caminhões-pipa da Caesb:

**Américo:** *Há um tempo atrás, né, era na época do Major Cunha (Ex-administrador da Estrutural), no começo, quando ele era administrador, não existia o chafariz. E o povo queria que a gente levasse esse cano que existe aqui na parte mais baixa, levasse para lá. Só que a pressão é muito pouca. Não adiantava eles gastarem dinheiro com o cano lá, abrir vala, botar*



cano. E a água, a gente sabe, a gente que está instalando, sabendo que não ia chegar. Então o que acontece, aquela área ali não foi colocada justamente por isso. Porém a gente procurou a Caesb, eu procurei o administrador e ele procurou a Caesb. E a gente entramos em um acordo, né, que eles não podem colocar, a Caesb não pode colocar água aqui na Santa Luzia, mas dentro do parque eles podem. Então para que a gente tivesse um pouco de dignidade, uma mangueira chegasse até o anel viário, que é a divisa da ação judicial. Onde de um lado pode ter e de outro não. Então eles colocaram algumas mangueiras ali, né, para que a gente pudesse ter acesso a uma torneira. Não deu muito certo [...] E o chafariz foi a única forma que eles acharam de colocar. Um chafariz e o caminhão-pipa da Caesb vinha abastecer com água potável para o povo pegar nas torneiras lá. Apesar que eu acho que não vinga muito porque estraga muito a água. Eles botaram as mangueiras lá, saem derramando. Mas mesmo assim eles têm acesso a água. Não digna, né, mas tem.

**Tarcila:** *Eu sei que ali todos os dias eles vêm fornecer água. Eu não vou te mentir, eu fico meio na dúvida de onde que é essa água, entendeu? Porque, né, a gente não sabe da procedência da água. E alguns já chegaram a passar mal com a água. Mas aí foi falado que a água é potável. E eu questiono também muito aquele trem de ferro lá, sabe? Porque ali vai enferrujando, vai soltando aqueles componentes dele, vai envenenando o povo, vai dando diarreia, dor de barriga, febre. Então, assim, eu questiono muito isso. Porque teria que ser, tipo, de outra forma armazenada aquela água. Fica ali o sol muito quente também, aquela água vai sendo fermentada ali dentro também.*

**Nero:** *Péssimo. A gente nem sabe onde vem essa água. E não atende, né? Mas assim, atende só uma parte, né? Tem mais algumas partes que não atende. Vamos lá [...] a pessoa, o cara chega cansado do serviço. O cara mora duzentos metros do chafariz, ele tem que vir no carrinho de mão buscar. A mulher, o homem trabalha. A mulher trabalha. Você entendeu? Chega os dois. Tem que lavar roupa. Tem que fazer comida. Às vezes a mulher nem trabalha, tá em casa cuidando do filho. Ela tem que manter a casa limpa, tem que lavar as coisas, ela tem que pegar o carrinho de mão e subir duzentos metros pra encher de água e descer, pô. Entendeu? É complicado [...] o cara lança uma mangueira duzentos metros, duzentos e cinquenta metros, aí ele puxa pra três, quatro, cinco casas que as pessoas juntam pra comprar material. Tem que cavar o chão, etc. Né? [...] Aí, resumindo, junta a galera, cinco, dez pessoas e vai e puxa a mangueira. Porque não tem como, às vezes a mulher ganhou o neném agora, como é que ela vai buscar água? O marido sai pra trabalhar pra trazer o sustento. Aí quem não conseguiu botar a mangueira tem que ir até lá lá buscar no carrinho de mão ou nas costas. Entendeu?!*

**Estrela:** *Se você for lá para baixo, você vai ver um chafariz que eles colocaram, se não me engano são 10 mil litros cúbicos de água, mas é para abastecer mais de 8 mil famílias que tem ali ao lado do bananal. 10 mil litros de água, é coisa até de ir, para abastecer mais de 8 mil famílias. Lá para baixo eles chamam de bananal. Quando chega, é uma briga, vocês precisam ver o povo brigando pela água porque quem chega primeiro pega, quem pegou, pegou quem não pegou vai esperar até o outro dia a água. Aqui muita gente vem pegar água aqui. Tá vendo aqui, tem um poço, mas para fazer um poço desse é caro, é poço que vem a água de fora com uma encanação irregular e pinga, só que por exemplo, é a noite toda para encher um tambor de 250 litros. A noite toda, você acordando várias vezes, espera encher, aí liga bomba para subir, dá um cochilinho ao lado do tambor, aí pronto, põe o celular para despertar para esperar ele encher de novo, é uma luta de noite, de dia não cai nenhuma gota porque tem que esperar a Estrutural dormir para a água ficar forte e chegar até aqui.*

**Figura 26 - A espera do caminhão-pipa**

Fonte: autora

Deixei o leito, fui buscar água. As mulheres já estavam na torneira. As latas em fila [...] chegou minha vez, pois a minha lata para encher [...] A água começou diminuir na torneira [...] Minha lata encheu, eu vim embora (Jesus, C. 2022, p. 24).

**Figura 27 - A espera do caminhão-pipa II**

Fonte: autora



**Figura 28 - O abastecimento**

Fonte: autora

Uma das entrevistadas mencionou que os moradores não bebem a água do chafariz:

**Hortalina:** *Para beber a gente pega da rua e a gente compra, entendeu? Porque a do chafariz não dá para beber. Não pode, é muito enferrujada. É uma luta, nega. É uma luta diária que nós passamos aqui. Mas vai dar certo. Mas é só por causa da água.*

De acordo com o Instituto Trata Brasil, o consumo médio de água no país é de 148,2 litros por habitante ao dia, superior aos 110 litros/dia informado pela ONU como quantidade de água suficiente para atender as necessidades básicas de uma pessoa. Deste total, a Organização Mundial da Saúde (OMS), por sua vez, presume o consumo médio de 2 litros de água potável por dia para adultos.

Quando comparamos esses dados ao contexto social de Santa Luzia/DF, em que milhares de pessoas precisam disputar água para ter um mínimo de consumo, percebemos que essa comunidade assim como outras Brasil afora que enfrentam maiores dificuldades no acesso à água potável e vivem uma realidade de insegurança hídrica são as prejudicadas pelo racismo ambiental.

Sabemos que dentro de Santa Luzia/DF existem diversos contextos e formas de se ter acesso à água. Na outra extremidade que fica na localidade de frente para

a divisa com o parque nacional (cerca do exército), a dificuldade para conseguir este recurso vital é ainda pior. O problema relacionado à pressão fraca da água não foi minimizado com o chafariz, pois a região está distante deste reservatório, o que torna inviável, para quem não tem carro, ir buscar água.

**Jataí:** *Olha, esse chafariz aqui não existe, dentro dessa Santa Luzia, aqui não existe esse chafariz. Ela existe lá pra baixo. Esse chafariz. Inclusive, como essa demanda tá de falta de água, eu tava querendo até buscar o caminhão pipa pra tá enchendo os tambores. Porque aqui tem vezes, aqui nós já passamos até um ano sem água. Sem água, entendeu? Tinha gente que não banhava, criança que não banhava. Então a situação aqui chegou a uma situação muito crítica, o povo tudo grudento aí. O pessoal tinha que fazer, era mês que não banhavam. O pessoal daqui não vai lá buscar água porque fica distante. E quem tem seus carros, seus carrinhos aí, velho, busca e bota dentro da sua casa. E o outro já fica com sede. Aqui é desse jeito. Então, o que nós precisamos mais rápido aqui é de uma legalização logo da água.*

A água além de ser indispensável para a vida, está diretamente ligada a questões de higiene, prevenção de doenças e saúde. A falta dela tem impactos importantes na saúde mental e na autoestima das pessoas, além de influenciar significativamente as dinâmicas sociais.

**Hortalina:** *Eu peço ajuda pra gente, pra associação, que eles olhem pela gente, eles olhem pela nossa água, pela nossa moradia porque a única coisa que a gente importa, né? Que a gente pede de coração é a água porque sem água é horrível. E as nossas crianças também [...] porque o menino sai daqui limpinho, você lava a roupa do menino, quando chega na parada ali, tá só barro. Sapato branco vira marrom porque é poeira demais. Os meninos chegam na escola, um dia desse a menina tava falando que a professora fala que nós mora na favela porque nós chega na escola tudo sujo. Os meninos ficam rindo de nós.*

Victor de Jesus (2022) denuncia a legitimação e naturalização das desigualdades raciais, tanto materiais, quanto simbólicas e condena a estigmatização racial que associa os sujeitos negros como sujos, como se fossem um corpo-dejeto-lixo-descartável a viver na imundície, sujeira e fedor.

*A utilização metafórica da água para simbolizar a necessidade de embranquecimento; a acusação de que negros não tomam banho; a associação que negros são lixo, escória, chorume, excrementos, dejetos da sociedade; e o suposto fedor, sujeira e imundície da população negra apontam para a presença simbólica do saneamento na tentativa de rebaixar a população negra e lhe fixar uma identidade racial desprezível e indesejada (Jesus, V. 2022, p. 4).*

Existem ações na comunidade que trabalham a autoestima das crianças e ressaltam a importância da higiene na rotina diária:

**Severo:** *A gente tem o desfile da primavera que é levar para as crianças uma ideia de que tomar banho faz bem, que deixa a autoestima lá em cima. Esse desfile começou após uma*

*brincadeira que era o seguinte: que quem tomasse banho, iria se transformar em princesa. Aí isso pegou, acabaram aceitando e conseqüentemente a gente fizemos o desfile da primavera uma vez por ano. A gente fala para eles sobre a importância de lavar o cabelo, lavar as mãos, lavar os peitinhos. A gente trabalha muito isso, porque em casa, muitos deles não tem água, não tem um banheiro, não tem nem um piso na casa deles. Então aqui eles tem tudo isso, tem autonomia para a gente trabalhar e mudar um pouco a realidade.*

A importância da higiene para saúde e qualidade de vida já era trabalhada em iniciativas locais, como podemos ver. Mas foi com o surgimento da Covid-19 em 2020 que o papel crucial do saneamento básico e da higiene para a saúde pública ficou ainda mais em evidência.

Novamente, as desigualdades denunciadas pelo racismo ambiental trouxeram riscos maiores a comunidades onde o acesso à água é limitado ou inexistente. Sem água as recomendações de saúde pública foram praticamente impossíveis de serem seguidas, o que aumentou o risco de transmissão do vírus.

O Projeto Vida & Água para Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS), desenvolvido durante a primeira onda da Covid-19 no Brasil reuniu pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), em conjunto com os movimentos sociais, para entregar às autoridades do DF, em junho de 2020, um abaixo-assinado e um documento pela vida e água nas ARIS reivindicando dentre outros pontos, o reconhecimento por parte do GDF pelo direito à água, para as famílias que estavam morando em lotes de emergência sanitária, sem água por parte da CAESB.

Os pesquisadores e extensionistas detectaram que 200 mil pessoas dentro das chamadas Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS)<sup>10</sup> não tinham acesso à água da CAESB. Para o Prof. Dr. Perci Coelho de Souza, coordenador do projeto, essas áreas são entendidas como Áreas em Emergência Sanitária, visto que “a falta de água potável é apenas a parte mais visível de uma série de violações de direitos humanos e sociais que configuram um território de sindemia, isto é, lugares onde se combinam diferentes expressões da ausência do Estado afetando radicalmente as condições de vida, trabalho e saúde de seus moradores” (CLDF, 2022)

O Projeto Vida & Água como parte da proposta de pesquisa, ensino e extensão da UnB para o enfrentamento da doença no DF, instalou em julho de 2022 um reservatório custeado pelo próprio projeto, que passou a ser abastecido também por caminhões-pipa da Caesb, pelo menos duas vezes ao dia. Este reservatório tem

capacidade para mil litros de água que ficam à disposição dos moradores. Como ele não é muito grande, em poucos minutos, esvazia.

**Figura 29** - Reservatório do Projeto Vida e Água para ARIS



Fonte: autora



**Figura 30 - Matando a sede dos animais**



Fonte: autora

Foi questionado se houve participação dos moradores neste projeto, e muitos entrevistados não souberam responder, pois à época estavam em casa mantendo distanciamento social.

**Flor:** *Olha, na época, eu acho que ficou, assim, muito vago. Até porque foi uma época que estava todo mundo mais recluso, inclusive, esse projeto foi por conta do Covid que estava todo mundo, assim, precisando se banhar, se lavar mais frequente. E a questão da água aqui na Santa Luzia, na época da pandemia, foi terrível, tinha gente, assim, que estava vivendo de álcool, banhando de álcool, porque a escassez de água foi muito grande. Eu acho que teve a participação e não teve ao mesmo tempo porque muita gente não podia sair.*

O fato de o território ser muito extenso faz com que várias ações e contextos vividos por alguns não cheguem ao conhecimento de outros. Deste modo, importa saber como as informações sobre a realização de ações, eventos, reuniões, audiências que tratam de assuntos relacionados a instalações da rede geral de água chegam às associações e às lideranças comunitárias?

**Flor:** *A gente tem uma rede muito ampla de assistência aqui, tem um grupo que é chamado, não sei o que da Santa Luzia. Aí a gente tem o grupo da Santa Luzia Resiste, que tem um monte de associados da Santa Luzia inteira. São várias ONGs dentro desse grupo, as crecheiras, então, a gente troca informações.*

**Nero:** *Pela internet, pelo zap, né, as pessoas ligam pra gente, como da administração, como dos órgãos competentes lá fora também. Aí eles ligam, eles entram em contato. O deputado Félix, né, a assessora dele liga pra gente, a Érica Kokay, a assessora liga. A Lisa também, da UnB, também liga, entendeu? Aí é que a gente tem, vai ter uma reunião, audiência pública, aí a gente se organiza e vamos pra essa audiência.*

**Américo:** *Vamos supor, se tiver alguma coisa que a UNB tiver, a Liza, outros membros de lá, que estão lá na frente, eles mandam o zap para mim, para o Lindomar, e a gente fica sabendo a data e tudo. Quando é a reunião com alguém do governo na administração, a administração manda, a secretária ou o próprio administrador nos avisa. Vai ter uma reunião, é importante a presença de vocês na associação.*

**Severo:** *Eu faço parte da rede de apoio da Estrutural que é envolvida, o CREAS, CRAS, Conselho Tutelar, Ministério Público, ONGs, instituições. Eu faço parte dessa rede de apoio. Então, ali sempre a gente tá sabendo de todo tipo de reunião que acontece dentro da Estrutural.*

Todas as lideranças confirmaram que repassam as informações das quais têm ciência para a população em geral. Antigamente, era utilizado carro de som para fazer a divulgação, mas com a disseminação das tecnologias, agora ela é feita via rede social de mensagens:

**Atlas:** *As próprias lideranças que fazem a divulgação pelo WhatsApp. Geralmente, tudo pelo WhatsApp. Antigamente, utilizava também aqueles carros de som pra poder chamar a comunidade pra participar. Só que isso tem um custo e nem todo mundo quer contribuir. Aqui, para contribuir é uma luta.*

Cientes sobre a realização de reuniões, audiências e outras ações sobre o fornecimento de água, boa parte das lideranças participam desses eventos:

**Constantina:** *Sim. Todas as audiências, todas as reuniões que marcam a gente vai porque é importante, né? Na última audiência pública as meninas foram, a gente falou do problema da água, do problema da luz. Então todas as reuniões que nós somos convidados, nós vamos.*

**Anahí:** *Todas as reuniões que tem, eu tô dentro. Eu reclamo! Todas reunião que tem, eu tô dentro.*

**Severo:** *Sim, participamos. [...] nós participamos praticamente de todas. Acho que uma ou duas que a gente não participou, mas, na maioria, nós participamos e fizemos contribuições relevantes.*

**Seraphina:** *Em todas as reuniões eu participo, seja de água, seja de remoção, seja de derrubada, todos eu tô envolvida, eu tento estar ali sempre envolvida. Inclusive, quando começou a fazer o levantamento de alguns pontos que podiam ser removidos pra regularização da Santa Luzia. Eu acho que é importante, sim, esses debates, trazer constantemente esclarecimento pra população, seja de qualquer assunto, não só de água, luz, de remoção, de como vai fazer com a Santa Luzia. As pessoas, às vezes, padecem aqui dentro por falta desses conhecimentos, de não ter mais pessoas, assim, com um olhar aqui dentro, de trazer mais conhecimento pra população, menos entendida.*

A participação social em reuniões, audiências, consultas públicas é de suma importância para que os moradores tornem-se agentes ativos na transformação de sua realidade e tenham voz nas decisões que lhe afetam. A sociedade civil precisa ser protagonista na construção de soluções que serão tomadas pelos governantes a fim de que elas reflitam as necessidades reais da comunidade.

O Projeto Vida e Água para ARIS atuando em rede a partir da articulação de forças entre movimentos sociais e lideranças comunitárias, a UnB e o poder legislativo avançou um importante passo na batalha por justiça social. Foi criada na Câmara Legislativa do Distrito Federal a Frente Parlamentar<sup>18</sup> em defesa das Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS).

Na Audiência Pública de lançamento desta Frente Parlamentar, o deputado Fábio Félix, que presidiu a mesa, frisou as contradições e desigualdades que temos no Distrito Federal:

Enquanto a gente vê uma infraestrutura enorme nos centros urbanos ocupados pela elite e pela classe média alta desta cidade, rapidamente a infraestrutura é implantada, a gente vê que por outro lado as condições da Estrutural não mudaram tanto desde a pesquisa que eu fiz em 2004. Há uma distância enorme daquilo que o governo e o poder público faz olhando para a realidade de uma elite, daquilo que ele faz olhando para a realidade de quem está em situação de vulnerabilidade social ou nas áreas de regularização de interesse social (CLDF, 2024).

---

<sup>18</sup> De acordo com a Resolução CLDF 255/2012, art. 2º, considera-se frente parlamentar a associação suprapartidária composta por pelo menos um terço dos membros do Poder Legislativo local, destinada a promover o aprimoramento da legislação sobre tema determinado ou para discutir problemas específicos da sociedade do Distrito Federal. As frentes parlamentares se extinguem automaticamente ao final de cada legislatura.

O coordenador do Fórum de Defesa das Águas do DF, Guilherme Jaganu, compartilha da mesma ideia ao acrescentar:

Se esse governo construir, por exemplo, uns condomínios de alto padrão na Serrinha do Paranoá, no Lago Oeste ou no novo setor habitacional do Lago Sul, em quanto tempo vocês acham que a Caesb irá colocar água e saneamento básico nesses condomínios? Com certeza, será muito rápido. As populações das ARIS não são prioridade para esse governo. Eles só prometem alguma coisa, que com certeza não irão cumprir, durante o período eleitoral (CLDF, 2024).

As áreas periféricas do Distrito Federal há muito vêm sendo invisibilizadas pelos governos que chegam ao poder, Santa Luzia/DF, especificamente, vem sofrendo todos os problemas estruturais de uma favela há quase 20 anos. Sua população reside em habitações precárias construídas de maneira improvisada em local irregular, as ruas não são pavimentadas, não há iluminação pública, nem coleta de lixo regular. Inexiste rede de esgoto e, principalmente, água potável encanada.

A distribuição desigual de serviços e recursos demonstra que políticas públicas tendem a priorizar áreas urbanas e mais ricas, onde a população é em sua maioria branca, em detrimento das áreas periféricas ou rurais, onde vivem comunidades negras ou indígenas. Essa priorização é um reflexo de estruturas racistas que influenciam a alocação de recursos.

Com o objetivo de verificar a percepção das lideranças comunitárias sobre a relação entre privação de água potável e racismo ambiental, foi perguntado aos entrevistados se eles concordavam ou discordavam da seguinte afirmação, e por quê?: *A falta de saneamento básico, e principalmente de acesso à água potável, em Santa Luzia está diretamente relacionada à renda familiar e à raça, predominantemente negra, declaradas pela população.*

**Hortalina:** *É porque o preto e o pardo, ele é mais excluído, né? Ele é mais lá para trás. Então, como só mora esses, o pessoal acha assim, que não tem dinheiro, que não tem isso, que não tem aquilo, então aí fala assim: "ah, você mora onde? você mora na Santa Luzia?!" Que lugar, meu Deus!*

**Estrela:** *Eu concordo porque eu fui num doador que veio aqui e ele falou que morava na invasão. Então eu pensei que eles tinham acabado de invadir. Eu pensei que era mais ou menos igual aqui. Quando eu cheguei lá, gente, é invadido o espaço, mas já tem iluminação pública e eles têm água encanada. Eu fiquei assim, oxê, né, invasão. A gente até hoje não conseguiu colocar uma água. Então tem sim a ver. Se é uma invasão, Se é uma invasão com pessoas que têm um poder exigente. Se é um poder executivo, as coisas chegam muito mais fácil. E públicas, que poderia ser para a gente também. Aqui não tem. Tudo que vai conseguir é uma luta incansável. Tudo a gente tem que ver. Os povos falam assim: "ah, mas tudo tem um planejamento ao longo prazo, né?!" Mas nem todas as coisas têm que ser no longo prazo. Saneamento básico era uma coisa que não devia! Eu fico falando, gente, gente, eu estou tão pertinho ali da esplanada. Quem disse que tem criança que nunca banhou no chuveiro porque a água, porque igual eu falei, para colocar um poço desse, comprar a*



*bomba para cima, tem que ter um pouquinho de dinheiro. E têm famílias que não conseguem fazer toda essa coisa. Põe na torneira embaixo, vai encher nos baldes, lava a louça, lava a roupa, banha, tudo com essa água. Na época do frio, usa aqueles mergulhão que eu acho super perigoso. Mergulhão que eles põe um ferro para esquentar água, acho muito perigoso. É um direito básico e a gente não tem. É como se Santa Luzia tivesse nascido ontem.*

**Sebastian:** *Sim, concordo porque pra nossa comunidade, da nossa raça e do valor que temos, em questão de salário, não conseguimos ter o valor devido de ser atendido nossos pedidos. Ficamos meio que a parte, temos que buscar com força, no grito, na atitude. Eu creio que se nossos valores ganhos materialmente fossem maiores, nosso conforto seria diferente no lugar que vivemos, talvez nossa situação hoje não fosse contra.*

A minoria dentre os líderes comunitários entrevistados enxerga a questão racial na oferta deficitária de água em Santa Luzia/DF. Eles têm consciência de que existe desigualdade na prestação de serviços e instalações de infraestrutura básica entre as comunidades do Distrito Federal. Sabem que residir em território periférico os deixa suscetível à discriminação e muitas vezes invisíveis perante ao governo. É preciso batalhar diversas vezes a mais para ter os mesmos direitos e benefícios de populações não negras com poder aquisitivo elevado.

**Atlas:** *Como a Santa Luzia, vamos dizer assim, a maior parte das pessoas que moram aqui são pessoas carentes, de baixa renda, a gente percebe que o governo não dá tanta importância. Não tem tanta, vamos dizer assim, como é que eu vou te dizer? Os olhos não são para cá, não tem tanta relevância em resolver o problema, tanta rapidez, então as coisas vão acontecendo bem lentamente. Porque eu faço sempre uma comparação em relação a 26 de setembro, por exemplo, a 26 de setembro é, se eu não me engano, mais nova do que a Santa Luzia, mas lá já começou a regularização. Na minha opinião, na minha visão, porque lá tem muitas pessoas que têm lotes lá que tem grana, então o interesse para regularizar é bem maior em relação à Estrutural. Eu lembro que o senador e teve mais um senador, se eu não me engano, que correu atrás disso, conseguiu um acordo judicial para poder regularizar lá. Aí eu falei: poxa! a Santa Luzia que é do lado, ficou de fora. A gente vai sondando essas situações e a gente vê que é por conta da classe social, né? Tem gente que mora lá na 26 que é carente? tem, mas tem muita gente que tem grana, que tem mansão lá na 26. Aqui na Estrutural, na Santa Luzia, você não vê o cara com mansão. Tem um ou outro que tem uma casa boa. **Cecília: então você acredita que tem mais a ver com a classe social do que uma questão de raça?** de certa forma é um certo preconceito né? porque o preto tem que se contentar com o básico, com o mínimo possível.*

**Américo:** *Eu discordo e concordo ao mesmo tempo. Eu concordo que aqui tem muita gente negra, tem muita gente parda, mas tem muita gente branca também, né? Não é porque, não é porque é uma área carente que só tem negro, mas geralmente, geralmente, eu vou botar aqui: 70% é negra. Mas tem, não só tem negro não, aqui tem pessoas brancas. [...] Eu vou falar, eu vou dar um exemplo: 26 de setembro. A 26 de setembro, ela é muito mais nova do que a Santa Luzia, muito, muito, muito, começou há pouco tempo. E a gente vê que lá está sendo regularizado água, luz, entendeu? A gente vê a questão financeira é bem melhor. Então, eu acredito que tem sim um pouquinho de preconceito aí com a cor, mas, eu acredito que é mais por ser um povo mais carente, não ter uma pessoa, vamos supor, na 26 de setembro, se você começar a precisar, lá tem advogado, lá tem delegado, então, de alguma maneira, eles têm uma forma de conquistar os políticos para entrar. Mas que tem, tem! Tem um pouquinho de preconceito aí, sim.*

**Constantina:** *Eu acho que é por causa da renda, não pela... porque aqui temos muita diversidade de pessoas. Não acho que seja, acho que a metade são negros, mas eu não acho que seja por causa de isso, e sim por causa da renda, e que não é regularizada. É injustiça social mesmo, pela gente ser pobre, não ter muito estudo porque a 26 de setembro é praticamente dois anos só e já está quase regularizada. E a Santa Luzia que já vai fazer 20 anos, nada praticamente... **Cecília: E por que você***

**acha que lá regularizou tão rápido?** Dinheiro porque lá tem polícia envolvida, deputado, todo mundo que tem um poder aquisitivo alto.

**Seraphina:** Nada a ver, são outros critérios, né? Por ser uma área irregular, ainda não tem o esgoto, ainda não tem saneamento básico por ser área irregular. Mas diretamente por ser preto, negro, por não ter renda, não condiz. É a questão mesmo do solo ser irregular ainda, né? A luta está sendo grande para que venha a regularização, como foi em outras cidades, para regularizar. Então, o saneamento básico, eu acredito que seja mais essa questão mesmo, é a questão de ser o solo irregular ainda.

**Flor:** Ah, eu concordo e discordo ao mesmo tempo. Porque eu acho, assim, que, a partir do momento que você conhece seus direitos e sabe que água, saneamento básico, energia, educação, saúde é constitucional e é pra todos, não importa se você é preto, branco, indígena, amarelo, é só você correr atrás que você vai ter esses direitos garantidos pela lei. Então, assim, eu acho que, um pouco, é falta de conhecimento. Quem tem dinheiro e se declara branco, para eles é muito mais fácil. A água, o saneamento, tudo. É tanto que é 26 de setembro aqui, tá pra provar isso, né? Que o pessoal lá, todo com poder aquisitivo alto, tá lá já quase legalizado. E a Santa Luzia que tem muito mais tempo, está aqui ainda sem água, sem luz, sem nada. Então tem, mas aí a partir do momento que as pessoas têm consciência dos seus direitos, começa a correr atrás.

Como vimos nos trechos acima, outras lideranças atribuem a falta de água e saneamento básico como um todo ao fator renda que, por sua vez, está atrelado ao descaso e a demora em regularizar Santa Luzia/DF. Elas acreditam que a classe social interfere diretamente na ação pública, ou seja, as carências e vulnerabilidades sofridas pelos mais pobres perduram, pois essas pessoas não têm força política e econômica para barganhar as soluções de seus problemas frente ao poder público.

**Tarcila:** Olha, aqui tem gente de toda raça, de toda cor, então está todo mundo sofrendo. Tanto o negro como o branco. Rico não porque o rico por aqui é do benefício, mas assim, a gente sofre mais por ser uma área mais vulnerável. A gente sofre por ter sido também uma invasão, devido a isso aí a gente passa por muito apuro mesmo. Mas aqui não tem, aqui mesmo sofre o branco, sofre o preto, então está todo mundo no mesmo barco. Aqui ninguém é beneficiado por causa de cor, não. É o meu pensar. Devido a ser uma comunidade, devido a não ter água para um, não vai ter para ninguém. No dia que é desligado lá, fica eu, a negra, fica a branca sem água, fica todo mundo sem água.

**Eva:** Não, eu discordo. Eu acho que independente de cor, está todo mundo no mesmo barco. Independente de ser branco, ser negro, está todo mundo aqui sofrendo mesmo. Eu creio que é porque o governo mesmo gosta de estar fazendo esse tipo de piadinha porque assim, o governo pode tudo, né? O governo pode tudo. A partir do momento que ele passa 20 anos para regularizar um lugar, ele está fazendo de pouco mesmo. Eu creio que é devido aos votos, por exemplo, eu vou custar ajudar aquele pessoal ali que eles vão me ajudar, vão votar em mim mais tempo. Eu creio assim porque depois que ele regularizar aqui, ajeitar tudinho, fazer um monte de coisa, não vamos mais votar não, no caso do interesse do governo, né?

**Nero:** Discordo porque isso não existe. Aqui tem pessoas de várias cidades: Maranhão, Bahia, Ceará, Pernambuco, Goiás, todo canto do Brasil tem aqui dentro, de Brasília. Branco, preto, moreno, pardo. Eu tenho um vizinho aqui, a minha mulher é branca. Eu sou casado com uma mulher branca, dos olhos azuis. Não existe isso. Isso aí para mim é fake. Eu vou explicar aqui qual o motivo sobre os órgão competente não ter colocado a água e luz: nós moramos na capital do Brasil. Primeiramente aqui é a capital do Brasil. É uma área muito procurada. É uma área nobre. Nós estamos numa área nobre. Então por quê? Qual é a estratégia dos órgão competente dessa área? Desse local aqui? Relocar toda a comunidade para o entorno de Brasília, as áreas menos valores [...] Santa Luzia, nós estamos pertinho aqui do plano piloto. De certo em certo é uma área que é valiosa para nós, vamos pegar esse povo aqui e vamos relocar esse povo. Então aí é onde é que está vindo essa guerra nossa, entendeu?

**Severo:** *Não, não tem. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Acho que a questão que está colocando aí, tipo assim, não tem água porque eu sou negro, porque isso aqui, não. Acho que o poder público não faz essa distinção. Não, não. Eu acho que assim, na verdade, como aqui é uma área irregular, eles têm um interesse nessa área, eles não vão colocar água aqui. O interesse é no solo, entendeu? Tanto faz ser negro, eu penso em ser negro ou ser vulnerável. E aí, por ser negro e vulnerável e ter menos condições, eles aproveitam e não colocam. Mas isso foi uma coisa do passado. Agora nós já temos muita coisa que mudou. Mudou nesse sentido de água, de energia, inclusive aqui já passou a marcação da água e vários lugares pra cá, pra dentro também eu soube que já passou a marcação da água. Então, agora já tem um projeto. É um projeto. Claro que depois de muita luta, muito reuniões, muitos debates, busca, pedidos, teve muitas reuniões aqui com as associações de moradores, com administração.*

Djamila Ribeiro (2021), em seu pequeno manual antirracista, alerta que como se criou no nosso país esse mito da “democracia racial”, de que todo mundo se ama e todo mundo é legal, muitas vezes o próprio sujeito negro tem dificuldade para entender que nossa sociedade é racista.

A visão predominante dos entrevistados não considera o elemento raça como causa determinante de carências e desigualdades direcionadas à população de Santa Luzia/DF. As razões apontadas, além do fator renda, pela não oferta de serviços e equipamentos públicos, bem como de infraestrutura básica, principalmente água e esgoto, estão relacionadas à irregularidade fundiária.

Esses moradores acreditam que após a regularização de Santa Luzia/DF, a população terá acesso aos mesmos bens e serviços ofertados em outras regiões do Distrito Federal, inclusive locais que ainda não foram regularizados, mas já contam com atuação da máquina pública.

Eles não veem relação entre a negação de direitos básicos e a raça negra - declarada por 74% da população de Santa Luzia/DF. Acreditam que por residirem na comunidade pessoas brancas, pardas e negras de diversas naturalidades, o poder público não faz distinção entre elas.

Por sermos um país formado de famílias inter-raciais e não termos educação, letramento racial, muitas vezes reproduzimos discursos que reforçam a manutenção de poder econômico, cultural e político branco e que negam as atrocidades da discriminação racial.

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto (Gonzalez, 2020, p.80).

É primordial conhecermos a origem da formação de nossa sociedade, e a partir daí nos localizar dentro dessa estrutura. Ignorar as desigualdades sociais e sistêmicas gera políticas públicas não condizentes com as reais necessidades dos territórios periféricos e das populações não brancas, o que é essencial para a continuidade do racismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa foi impulsionada por uma inquietação que surgiu após a tomada de consciência sobre as desigualdades, inclusive as socioambientais, direcionadas, principalmente, às populações negras. Entender que existe uma estrutura de privilégios sociais e políticos para quem pertence à raça branca nos torna responsáveis pelo combate ao racismo. Como ensina Angela Davis (2016), numa sociedade racista, não basta não ser racista. É necessário ser antirracista.

Ao problematizar o conceito de racismo ambiental, a partir da visão de Robert D. Bullard (2004) que enxerga a ausência de políticas públicas como condição para que no meio ambiente vigorem determinantes da desigualdade social e racial ao direcionar os piores problemas ambientais às comunidades negras, compreendemos que esses impactos desproporcionais são resultado de políticas ambientais discriminatórias.

Considerando o histórico das políticas de moradias brasileiras em que populações de baixa renda e pertencentes a minorias étnico-raciais têm sido continuamente direcionadas a áreas com condições precárias de saneamento, constatamos que a desigualdade ambiental tem caráter racial, ou seja, não é coincidência as populações negras serem as que mais vivem em situação de vulnerabilidade.

Conforme os dados do IBGE, Instituto Trata Brasil e de outras pesquisas apresentadas durante este texto, as comunidades predominantemente negras são as mais prejudicadas pela ausência de serviços essenciais, ou seja, têm menor acesso a água tratada e esgotamento sanitário.

Observamos que no Distrito Federal as regiões majoritariamente negras são as que possuem as rendas mais baixas e sofrem com a ausência de infraestrutura, serviços e equipamentos públicos básicos. Por meio dos dados quantitativos apresentados, conclui-se que Santa Luzia/DF, área periférica da Estrutural, possui os piores índices de vulnerabilidade.

Santa Luzia/DF carece de diversos direitos básicos, mas a água, direito essencial humano reconhecido pela ONU, é o problema considerado mais crítico pela população. A não oferta em condições adequadas de água potável traz uma série de consequências graves para a saúde e a qualidade de vida dos moradores.

Inegavelmente os moradores de Santa Luzia/DF, por não terem acesso à rede geral de água, estão mais suscetíveis a doenças causadas por água contaminada e má higiene devido a falta dela. Sem água para lavar roupas, tomar banho ou limpar alimentos, a higiene pessoal fica comprometida o que pode gerar sentimentos de constrangimento, vergonha e exclusão social.

A população buscando preencher a ausência de políticas públicas cria formas de solucionar, ainda que provisoriamente, as adversidades de quem vive em locais negligenciados pelo Estado. No caso de Santa Luzia/DF, os próprios moradores fazem a instalação do encanamento de água, que embora seja irregular e forneça água somente por algumas horas por dia, é a maneira de os moradores terem acesso a um recurso hídrico mínimo.

Notamos que lideranças comunitárias emergem dentro de Santa Luzia/DF exercendo um papel ativo na defesa dos interesses da comunidade. Elas se articulam através de associações, projetos, ações coletivas visando mobilizar o maior número de recursos para atender as demandas sociais e solucionar problemas locais.

É relevante considerar que a sociedade civil de Santa Luzia/DF se organiza em coletivos não somente para conseguir donativos às necessidades imediatas, mas para unir forças e ter poder de influência junto ao governo para cobrar direitos básicos como água potável.

Como estratégia, os moradores se articulam em associações comunitárias encabeçadas por líderes locais. Essas associações comunitárias, como organizações da sociedade civil, desempenham um papel crucial na defesa dos interesses da comunidade junto ao poder público.

Nesse contexto, a participação é um princípio fundamental para o fortalecimento de uma associação. É por meio dela que os cidadãos se envolvem nas decisões e na busca de soluções para as necessidades coletivas, o que reforça o senso de comunidade, fortalece os laços sociais e impulsiona o desenvolvimento local.

Sabemos que não é possível resolver os problemas sociais sem a participação dos atores que vivem esses problemas, as políticas públicas precisam de participação das periferias. Neste momento destacam-se os líderes locais atuando como intermediários entre os moradores e as instituições, promovendo o

diálogo, a mobilização e o desenvolvimento de projetos que atendam às necessidades da população.

Apurou-se que o perfil das lideranças comunitárias em Santa Luzia/DF é predominantemente feminino, com menos de 40 anos, nível de escolaridade médio e beneficiária do auxílio bolsa família. A criação de associações e projetos espalhados pelo território oferecendo suporte a quem precisa (associados ou não) foi a maneira encontrada por elas para minimizar as vulnerabilidades presentes na comunidade.

Temos nos deparado com um território habitado há quase 20 anos sem rede geral de água, esgoto sanitário e coleta direta de lixo. Em um primeiro momento, poderíamos pensar que a população está resignada com a realidade precária em que está inserida, entretanto, as informações coletadas na pesquisa demonstram que a comunidade, conduzida por seus líderes comunitários, atua diretamente participando de reuniões e audiências públicas, fazendo ouvidorias nos órgãos competentes, além de realizar manifestações sobre acesso à água.

Outras formas e canais de reivindicar seus direitos ao poder público são viabilizados pela tecnologia. Uma parcela das lideranças em Santa Luzia/DF mantém contato com políticos eleitos no Distrito Federal, geralmente por meio de assessores, e utiliza as redes sociais para encaminhar as necessidades e demandas da população.

Vimos também que as emissoras de televisão, como meio de comunicação de massa, são acionadas sempre que os moradores precisam denunciar a violação de direitos e a persistência de problemas que já foram levados às autoridades responsáveis, mas não foram solucionados. O apelo aos jornais locais dissemina as denúncias rapidamente a um maior número de pessoas e pressiona os responsáveis públicos a darem uma resposta à população.

As interações entre atores humanos e as tecnologias, atores não-humanos, influencia e transforma a realidade social e política. As plataformas tecnológicas, como redes sociais, funcionam como agentes ativos que facilitam a comunicação e mobilização social. Elas conectam indivíduos da comunidade e ampliam suas vozes, transformando uma queixa isolada em uma reivindicação coletiva e mais visível. Conforme Latour (2012), a tecnologia, ao facilitar interações entre cidadãos, órgãos governamentais, mídia e políticos, transforma-se em um ator fundamental na constituição de redes que podem pressionar o poder público.

O êxito das iniciativas lideradas pelas periferias está diretamente ligado à possibilidade de diálogo efetivo com o poder público, para que propostas da população transformem-se em políticas públicas. As comunidades periféricas têm voz, elas só precisam que essas vozes sejam ouvidas.

O silêncio ensurdecedor das autoridades públicas diante da falta d'água em Santa Luzia/DF demonstra que os territórios periféricos são os mais negligenciados e afetados pelos problemas socioambientais. Não é por acaso que essa negligência seja direcionada à vidas negras.

Mesmo unindo forças para lutar e reverter a infraestrutura precária e o acesso limitado a serviços essenciais, a população de Santa Luzia/DF (74% negra) não tem mais de 14% dos domicílios conectados à rede geral de abastecimento. Ainda que se trabalhe para enfrentar as desigualdades e as injustiças, os moradores permanecem tendo um mínimo acesso à água há quase duas décadas.

Estamos cientes que o CEP das pessoas, infelizmente, define quem irá sofrer os impactos da falta de saneamento básico: os territórios periféricos, predominantemente negro. Entretanto, a partir das análises realizadas na pesquisa, concluímos que a maior parte das lideranças comunitárias não enxerga a dimensão racial na privação de água potável em Santa Luzia/DF.

Muitos líderes comunitários da região entendem que as desigualdades na distribuição de recursos são devidas à ocupação irregular da região. Outros apontam o baixo poder aquisitivo da população como justificativa para a ausência de saneamento básico no território. O elemento raça não é considerado nas causas de injustiças socioambientais por estas pessoas que acreditam não haver distinção entre negros e brancos por parte do Estado.

Por fim, a maioria não percebe a relação entre má distribuição de água potável e fatores raciais, embora a população negra e parda, 55% brasileiros, seja desproporcionalmente afetada pela falta de acesso a esses serviços essenciais. Falta reconhecer que as desvantagens socioambientais e a falta de acesso a serviços básicos impactam desproporcionalmente grupos raciais marginalizados.

Não reconhecer que há racismo no acesso desigual a recursos naturais, como a água potável, junto à segregação socioespacial, que deixa comunidades sem serviços essenciais como saneamento, perpetua desigualdades raciais e marginaliza certos grupos, principalmente a população negra e indígena. É como se o problema não existisse.



Os aspectos do racismo ambiental devem ser amplamente discutidos e combatidos por todos. Esta conscientização é crucial para um desenvolvimento sustentável e justo que considere os impactos socioambientais dentro de uma perspectiva inclusiva e igualitária.

Procuramos em nossa dissertação provocar reflexões e questionamentos para ao racismo ambiental no Brasil ao relacionar a escassez de água ao fator racial a fim de instigar novos pesquisadores, a partir das lacunas deixadas por nossa pesquisa, a preencherem o que não foi esgotado, levando as injustiças socioambientais a níveis de maior profundidade científica.

Se nossas políticas públicas não trabalharem no sentido de reduzir as desigualdades que a gente tem no país, nunca iremos viver um cenário de igualdade socioambiental. Estaremos sempre vivendo um cenário de injustiça socioambiental! É preciso fortalecer as vozes de quem sente as mazelas do racismo em todas as suas dimensões, inclusive ambiental, nos espaços de tomada de decisão.

As potências de Santa Luzia/DF demonstram a força de se trabalhar em conjunto para suprir as necessidades básicas de sua população, cobrar dos representantes eleitos os seus direitos, reduzir carências geradas pela ausência do Estado. Convém destacar o protagonismo das mulheres no papel de liderança comunitária. Mesmo que ainda sejam as principais responsáveis pelo cuidado de familiares e pelas tarefas domésticas, são a maioria em organizar e liderar ações comunitárias, seja na luta por melhores condições de saúde, educação, habitação ou saneamento básico.

No contexto de Santa Luzia/DF, as mulheres enfrentam dificuldades em atividades diárias como cozinhar, limpar e cuidar da higiene dos filhos e da família. A falta de água aumenta significativamente a carga de trabalho delas que muitas vezes precisam percorrer longas distâncias - até o chafariz ou o reservatório doado pela UnB - com baldes e garrafas para coletar água.

A falta de água também agrava a exposição a doenças e prejudica a higiene íntima, especialmente das mulheres durante o período menstrual. Para reverter esse cenário, é fundamental que políticas públicas priorizem a melhoria da infraestrutura de água e saneamento nas áreas periféricas, ao mesmo tempo em que promovam a equidade de gênero e garantam que as mulheres tenham mais oportunidades de acesso a direitos básicos e uma vida digna.

Seria de grande relevância avançarmos nos estudos, por uma perspectiva interseccional e feminista, sobre os impactos da escassez de água na saúde das pessoas que vivem em áreas periféricas, como a exposição a doenças e a dificuldade de acesso a serviços de saúde. A falta deste direito humano fundamental nas comunidades periféricas afeta profundamente a saúde física e mental das pessoas que já enfrentam a exclusão social e a precariedade de serviços públicos, em especial as mulheres que são as mais afetadas pela falta de acesso à água limpa e saneamento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, R.; SILVA, M. K.; TATAGIBA, L. Movimentos Sociais, Estado e Políticas Públicas: Abordagens e Casos. *Lua Nova*, Sep-Dec. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-015046/105>>. Acesso em: 19 fev. 2024.

ABERS, R.; BÜLOW, M. U.; Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade?. *Sociologias*, v. 13, n. 28, p. 52–84, set. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000300004>>. Acesso em 03 dez. 2023.

ALMEIDA, D. dos S. Racismo ambiental e a distribuição racialmente desigual dos danos ambientais no Brasil. Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro. Resumo de 2015. Departamento de Direito. Disponível em: <[https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio\\_resumo2015/relatorios\\_pdf/cs/DIR/DIR-Daniela\\_Almeida.pdf](https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2015/relatorios_pdf/cs/DIR/DIR-Daniela_Almeida.pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2022.

ALMEIDA, S. L. de. Racismo estrutural. *Femininos plurais*. São Paulo : Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, 76: 49-86, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>>. Acesso em: 09 ago. 2023.

ASCERALD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. [Rio de Janeiro]: *Estudos Avançados* 24 (68), fev. 2010. 103 - 109 p. Disponibilizado em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010>>. Acesso em: 15 nov. 2022.

\_\_\_\_\_. Meio Ambiente e Justiça: estratégias argumentativas e ação coletiva. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 23-40. Disponível em: <[https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/Publicações\\_da\\_COEDU/Referencial\\_Teórico/RT01b\\_ACSELRAD\\_Meio\\_Ambiente\\_e\\_Justica.pdf](https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/Publicações_da_COEDU/Referencial_Teórico/RT01b_ACSELRAD_Meio_Ambiente_e_Justica.pdf)>. Acesso em: 04 fev. 2023.

ASCERALD, H.; MELLO, C. C.; BEZERRA, G. das N. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamound, 2009. 160 p.

ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). Meio Ambiente e Justiça: estratégias argumentativas e ação coletiva. In: Justiça Ambiental e Cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 23-40.

BARROS, J. de L. Racismo ambiental e direito ao lazer no espaço público: um estudo sobre o Parque Santana Ariano Suassuna. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

BELANDI, C.; GOMES, I. Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. **Agência IBGE notícias**. 26 jan. 2024. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36857-em-2022-mercado-de-trabalho-e-auxilio-brasil-permitem-recuperacao-dos-rendimentos>>. Acesso em 18 abr. 2024.

BENTO, Cida. Pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. Sociedade e Estado, Brasília , v.31, n.1 , p. 15-24, jan./abr. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6077>>. Acesso em: 10 out. 2022.

BINDERKRANTZ, A.; CHRISTIANSEN, P. M.; PEDERSEN, H. H. Interest group access to the bureaucracy, parliament, and the media. Governance, v. 28, n. 1, p. 95–112, 2015.

BLULM, L. F. F.; PORFÍRIO, F. M; SILVA, R. S. Os lucros da escravidão no Brasil e seu impacto econômico: uma abordagem histórica dos séculos XVI ao XIX. **Revista Pet Economia Ufes**. Vol. 2. Agosto, 2021.

BULLARD, Robert D. *Dumping in Dixie: race, class, and environmental quality*. 3rd ed. Boulder, Colo.: Westview Press, 2000.

\_\_\_\_\_. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

\_\_\_\_\_. Ética e racismo ambiental. *Revista Eco 21*, ano XV, nº 98, jan. 2005.

BULLARD, R. D. *et al.* Vivendo na linha de frente da luta ambiental: lições das comunidades mais vulneráveis dos Estados Unidos. **Revista de Educação, Ciências e Matemática** v.3, n.3, p.32, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/recm/article/view/2546/1182>>. Acesso em: 04 fev. 2023.

BARROS, Juliane de Lima. *Racismo ambiental e direito ao lazer no espaço público: um estudo sobre o Parque Santana Ariano Suassuna*. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

BRASIL. Ministério das Cidades. *Política Nacional de Habitação*. Caderno MCidades, n. 4. Brasília: Ministério das Cidades, 2004.

\_\_\_\_\_. Lei 11.445/2007, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2007.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009.

\_\_\_\_\_. O que é racismo ambiental e de que forma ele impacta populações mais vulneráveis. **Secretaria de Comunicação Social**, 16 de jan. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contrafake/noticias/2024/o-que-e-racis>

mo-ambiental-e-de-que-forma-impacta-populacoes-mais-vulneraveis>. Acesso em: 25 abr. 2024.

\_\_\_\_\_. Anielle Franco anuncia criação de Comitê de Monitoramento da Amazônia Negra e Enfrentamento ao Racismo Ambiental. **Ministério da Igualdade Racial**, 06 de ago. 2023. Disponível em: <[https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2\\_of\\_noticias/anielle-franco-anuncia-criacao-de-comite-de-monitoramento-da-amazonia-negra-e-enfrentamento-ao-racismo-ambiental](https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/anielle-franco-anuncia-criacao-de-comite-de-monitoramento-da-amazonia-negra-e-enfrentamento-ao-racismo-ambiental)>. Acesso em: 06 jul. 2024.

BRASÍLIA. Programa Brasília Sustentável. 2007. Disponível em: <<https://www.so.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/10/2-Lei-no-4.742-2014-Lei-do-PPA-2012-2015-Atualizada-ANEXO-II-Detalhamento-dos-Programas.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2024.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA Comissão de Legislação Participativa. 2022 Disponível em:<<https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/html/66695>>. Acesso em: 07 jul. 2023.

\_\_\_\_\_. Solenidade - Lançamento da Frente Parlamentar das ARIS. 23/08/2024. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=Hvk\\_92NTSfA](https://www.youtube.com/watch?v=Hvk_92NTSfA)>. Acesso em: 24 ago. 2024

CARLOS, E. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. **Rev. Sociol. Polit.** **19 (39), V. 19, Nº 39**, p. 153-166 JUN. 2011. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200011>>. Acesso em: 04 nov. 2023.

CARVALHO, J de.; PATRIARCA-GRACIOLLI, S. R. Uma reflexão crítica de justiça ambiental: a participação popular na legislação ambiental brasileira. **Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas.** v. 1, n. 3, 2014. Disponível em: <<http://fadipa.educacao.ws/ojs-2.3.3-3/index.php/cjuridicas/article/view/134>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

CASTELLS, M. Comunicação e Poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS. S. D. Carta Proposta da Coalizão Negra Por Direitos. Disponível em: <<https://coalizaonegrapordireitos.org.br/sobre/>>. Acesso em: 17 mar. 2024.

CODEPLAN - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Índice de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal**. Brasília: CODEPLAN, 2018.

CODEPLAN - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios 2021**. Brasília: CODEPLAN, 2022.

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016 [e-book].

De MARCHI, J., MORAES PINHEIRO, D., & PAGANI, C. O papel das associações comunitárias na promoção da confiança do cidadão em instituições públicas. *Administração Pública E Gestão Social*, 13(3), 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.21118/apgs.v13i3.10764>>. Acesso em 04 dez. 2023.

DEWES, J. O. Amostragem em bola de neve e respondent-driven sampling: uma descrição dos métodos. TCC (Graduação em Estatística). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

DIEESE. A inserção da população negra no mercado de trabalho, 2023. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/infografico/2023/populacaoNegra/index.html?page=4>>. Acesso em: 18 abr. 2024.

FANON, F. Os Condenados da Terra. Coleção Perspectivas do homem. Tradução: José Laurêncio de Melo. Volume 42. Série Política. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. Pele negra máscaras brancas. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, I. Censo 2022: rede de esgoto alcança 62,5% da população, mas desigualdades regionais e por cor e raça persistem. **Agência IBGE notícias**, 2024. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39237-censo-2022-rede-de-esgoto-alcanca-62-5-da-populacao-mas-desigualdades-regionais-e-por-cor-e-raca-persistem>>. Acesso em: 18 abr. 2024.

FILGUEIRA, A. L. de Souza. Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas. *Ateliê Geográfico - Goiânia-GO*, v. 15, n. 2, ago/2021, p. 186 – 201. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/ag.v15i2.69990>>. Acesso em: 17 out. 2022.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade, Vol. 1: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

\_\_\_\_\_. **Segurança, Território, População: Curso no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da Biopolítica: Curso no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUNG, A.; WRIGHT, E. O. Deepening democracy: Innovations in empowered participatory governance. *Politics and Society*, v. 29, n. 1, p. 5–41, 2001.

FUNG, A. Associations and democracy: Between theories, hopes and realities. *Annual*, v. 29, p. 515–39, 2003.

GERMANI, G. *El Concepto de Marginalidad*. Ediciones Nueva Visión, 1973.

GOHN, M. da G. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*, São Paulo: Edições Loyola, 1997, 383 p.

\_\_\_\_\_. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2008. 166 p.



\_\_\_\_\_. Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. Petrópolis, RJ : Vozes, 2010. 189 p.

GONZALEZ, L. HASENBALG, C. Lugar de negro. v. 3. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. 115 p.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatino americano: Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 75-93.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010. Disponível em: <<https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Epistemologias%20do%20Sul.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

HASENBALG, C. A. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**; v. 3, n. 1, Artigo 2, jan./abril 2008.

\_\_\_\_\_. Justiça ambiental: de love canal à cidade dos meninos, em uma perspectiva comparada. **Justiça e Sociedade: temas e perspectivas**. Marcelo Pereira de Mello (org.), São Paulo: LTr, 2001, pp. 215 - 238. Disponível em: <[https://professores.uff.br/seleneherculano/wp-content/uploads/sites/149/2017/09/JUSTI%C3%87A\\_AMBIENTAL\\_de\\_Love\\_Canal\\_\\_v5\\_%C3%A0\\_Cidade\\_dos\\_Meninos.pdf](https://professores.uff.br/seleneherculano/wp-content/uploads/sites/149/2017/09/JUSTI%C3%87A_AMBIENTAL_de_Love_Canal__v5_%C3%A0_Cidade_dos_Meninos.pdf)>. Acesso em: 17 out. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Favelas e Comunidades Urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em:

<<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102062>>. Acesso em: 02 jul. 2024

\_\_\_\_\_. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

\_\_\_\_\_. **Censo Brasileiro de 2022**. Panorama. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=2>>. Acesso em: 18 abr. 2024.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Painel Saneamento Básico**. [s.d]. Disponível em: <<https://www.painelsaneamento.org.br/localidade/index?id=53>>. Acesso em: 02 ago. 2024.

\_\_\_\_\_. **Água**. [s.d]. Disponível em: <[https://tratabrasil.org.br/principais-estatisticas/agua/#:~:text=110%20litros%2Fdia%20%C3%A9%20a,Organiza%C3%A7%C3%A3o%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas\)%3B](https://tratabrasil.org.br/principais-estatisticas/agua/#:~:text=110%20litros%2Fdia%20%C3%A9%20a,Organiza%C3%A7%C3%A3o%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas)%3B)>. Acesso em: 02 ago. 2024.

JESUS, C. M. de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. Edição comemorativa (1960-2020). São Paulo: Ática, 2022. 263 p. ISBN 9788508196555.

JESUS, V. de. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. São Paulo: **Saúde e Sociedade**, v.29, n.2, 2020, 15 p. Disponível em <DOI 10.1590/S0104-12902020180519>. Acesso em 08 mar 2023.

\_\_\_\_\_. O cheiro do racismo na cultura político-afetiva higienista brasileira: o saneamento do corpo-dejeto, **Psicologia & Sociedade**, 34, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2022v34257400>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/xDknztyNdbWBSkJkhTjZmYw/?lang=pt>>. Acesso em: 08 mai. 2024.

LATOUR, B. Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.

LÜCHMANN, L. H. H. Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações. *Revista de Sociologia Política*, v. 20, n. 43, p. 59–80, 2012.

LUSTOSA, T. C. Princípios da justiça ambiental. **Justiça ambiental**, 2021. Disponível em: <http://www.justicaambiental.com.br/Historia/PrincipiosJusticaAmbiental>>. Acesso em: 07 maio 2023.

MALVEZZI, C. D.; NASCIMENTO, J. L. A Teoria Ator-Rede e o estudo da intersectorialidade nas políticas públicas. *Interface (Botucatu)*. 2020; Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.190341>>. Acesso em: 03 fev. 2024.

MARTÍNEZ, A. J.; O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. 2ª Edição, Editora Contexto, 2018

MBEMBE, A. Crítica da razão negra. Tradução: Sebastião Nascimento. 2. ed. São Paulo: n-1edições, 2022.

MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. 1977. “Resource mobilization and social movements: a partial theory”. *American Journal of Sociology*, vol. 82, no 6.

MELUCCI, A. “Getting involved: identity and mobilization in social movements”. *International Social Movements Research*, vol. 1, 1988.

MILANÊS, R. Seguindo as redes de Bruno Latour: um ensaio sobre a antropologia simétrica e a Teoria do Ator-Rede. *Revista Inter-Legere*, [S. l.], v. 4, n. 31, p. c21470, 2021. DOI: 10.21680/1982-1662.2021v4n31ID21470. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/21470>. Acesso em: 06 ago. 2024.

MINAYO, M.C.S. (2015). O desafio do conhecimento. 14ª. Ed. São Paulo: Hucitec.

MONTEIRO, S. et al. O marco conceitual da vulnerabilidade social. *Sociedade em Debate*, Pelotas, 17(2): 29-40, jul.-dez./2011.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução .

Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2306942&forceview=1>>.

Acesso em: 06 mar. 2023.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro, processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978. 183 p.

NUNES, C. O conceito de movimento social em debate: dos anos 60 até à atualidade. Sociologia, problemas e práticas, n.º 75, 2014, pp. 131-147. Disponível em: <DOI:10.7458/SPP2014753579>. Acesso em: 09 ago. 2023.

NUNOMURA, E. Censo 2022 põe em evidência racismo ambiental no Brasil. **Amazônia Real**, 23 fev. 2024. Disponível em <<https://amazoniareal.com.br/censo-2022-racismo-ambiental/>> . Acesso em: 05 abr. 2024.

OLIVEIRA, R. J. de.; SOUZA, R. M. Direito à moradia: reflexões sobre território e compromisso com o maior contingente populacional brasileiro. Cadernos de Ciência Sociais Aplicadas, Vitória da Conquista-BA, n. 17, 2014, p.207-222. Disponível em:<<https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/2031>>. Acesso em: 03 mar. 2023.

PACHECO, T. Racismo Ambiental: expropriação do território e negação da cidadania. Blog combate racismo ambiental. Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/racismo-ambiental-expropriacao-do-territorio-e-negacao-da-cidadania-2/>. Acesso em 14 abr. 2022.

PANTA, M. A. dos S. Relações raciais e segregação urbana: trajetórias negras na cidade. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Marília.

\_\_\_\_\_. População negra e o direito à cidade. Interfaces entre raça e espaço urbano no Brasil. Rio de Janeiro: Acervo, v. 33, n. 1, jan./abr. 2020, p. 79-100.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais.

Perspectivas latinoamericanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005, p. 227- 278.

\_\_\_\_\_. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL. **Rede brasileira de justiça ambiental**, 2022. A rede. Disponível em: <<https://rbja.org/a-rede/>>. Acesso em: 08 out. 2022.

\_\_\_\_\_. **Rede brasileira de justiça ambiental**, 2022. Declaração de princípios da RBJA. Disponível em: <<https://rbja.org/wp-content/uploads/2022/12/Declaracao-de-Principios-da-RBJA.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2022.

RIBEIRO, D. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SAADS, L. Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, EM TEMPO DE HISTÓRIAS, Brasília-DF, n. 37, p. 298-313, jul./dez. 2020. Disponível em: <[10.26512/emtempos.v1i37.34235](https://10.26512/emtempos.v1i37.34235)>. Acesso em 23 nov. 2022.

SANTOS, C. R.; ÁREA DE RISCO OU ÁREA DE RICO: Teorias sobre política, direito e respeito na Cidade Estrutural. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SANTOS, F. A. dos.; As políticas públicas do governo do Distrito Federal para a habitação da população de baixa renda na Vila Estrutural: a implantação do Projeto Integrado Vila Estrutural – PIVE. 2013. 64 f., il. Monografia (Bacharelado/Licenciatura em Geografia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SANTOS. C. S.; ÁREA DE RISCO OU ÁREA DE RICO: Teorias sobre política, direito e respeito na Cidade Estrutural. 2013. 192 f., Tese (Departamento de Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SANTOS, R. E. dos. (Org.) Questões urbanas e racismo. Coleções negras e negros: pesquisas e debates. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores Negros), 2012.

Scherer-Warren, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922006000100007>>. Acesso em: 28 out. 2023.

SEVERINO, A. J; Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Thalita Verônica Gonçalves e. **O direito humano de acesso à potável e ao saneamento básico**. Análise da posição da corte interamericana de direitos humanos. p. 10, 2016 Disponível em: <<https://conexaoagua.mpf.mp.br/arquivos/artigos-cientificos/2016/13-o-direito-human-o-de-acesso-a-agua-potavel-e-ao-saneamento-basico-analise-da-posicao-da-corte-interamericana-de-direitos-humanos.pdf>>. Acesso em 30 mai. 2023.

SOUZA, A. S. de. Direito e racismo ambiental na diáspora africana: promoção da justiça ambiental através do direito. Salvador: EDUFBA, 2015. 119 p. : il. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35662>>. Acesso em: 10 set. 2023.

TARROW, S.; TILLY, C. 2006. How Political Identities Work. Hellenic Political Science Review, New York, n. 27, p. 43-70.

THEODORO, M. Sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

THEODORO, M. (Org.); JACCOUD, L.; OSÓRIO, R.; SOARES, S.. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008.

TOURAINÉ, A. O retorno do actor: ensaio sobre Sociologia. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

UNESCO. Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2024: água para a prosperidade e a paz; fatos, dados e exemplos de ações. 2024. Disponível em: <[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000388952\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000388952_por)>. Acesso em: 29 set. 2024.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014. Disponível em: <[https://www.academia.edu/16320788/A\\_Amostragem\\_em\\_Bola\\_de\\_Neve\\_na\\_pesquisa\\_qualitativa\\_um\\_debate\\_em\\_aberto](https://www.academia.edu/16320788/A_Amostragem_em_Bola_de_Neve_na_pesquisa_qualitativa_um_debate_em_aberto)>. Acesso em: 03 jun. 2024.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005. 212 p.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA ÀS LIDERANÇAS  
COMUNITÁRIAS DE SANTA LUZIA/DF



## Roteiro de entrevista às lideranças comunitárias de Santa Luzia/DF

Sexo:                                      Idade:                                      Estado civil:

Escolaridade:                      Renda familiar:                      Filhos:                      Raça:

- 1) Conte-me sobre você, sua vida, quando chegou a Santa Luzia/DF.
- 2) Você faz parte de alguma associação?

SIM	NÃO
Exerce alguma função? Se sim, há quanto tempo?	O que te motiva a tomar a liderança de ações que beneficiem toda a comunidade?
Como você começou na função que ocupa atualmente? Foi indicado ou teve algum tipo de eleição?	Você recebe contrapartidas financeiras por liderar essas ações? Em caso afirmativo ↓
Quais as motivações e os problemas que levaram à criação da associação (por que ela foi criada?)	Os valores arrecadados são suficientes para manter as ações e os projetos?
Qual a missão da associação?	Quais são, especificamente, as principais ações lideradas por você?
Ela é registrada? Possui CNPJ?	Quais são, no seu ponto de vista, os maiores empecilhos e as dificuldades para sua atuação como liderança comunitária?
Como é feita a inscrição dos associados? Quais os pré-requisitos para se associar? Quantos associados ela possui?	Como você decide as ações e atividades que serão realizadas? Quais os canais de comunicação utilizados para divulgação?
O que motiva as pessoas a se associarem?	Os moradores colaboram/participam das ações e atividades sob sua responsabilidade?
Elas contribuem financeiramente?	
Qual a principal fonte de recursos da associação?	
Os valores arrecadados são suficientes para manter as ações e os projetos?	

Quais são, especificamente, as principais ações e atividades desenvolvidas pela associação?	
Quais são, no seu ponto de vista, os maiores empecilhos e dificuldades na atuação da associação?	
Como são decididas as ações e atividades que serão realizadas (é feita votação?) Quais os canais de comunicação utilizados para divulgação?	
Os associados e os moradores colaboram/participam dessas atividades e ações?	
Quais são as principais entidades com as quais vocês desenvolvem parcerias?	
Por que estabelecer essas parcerias? Elas ajudam a atingir seus objetivos? De que maneira?	
Como se dá a relação com o poder público? Há acesso a políticos eleitos?	
Quando é preciso acionar o poder público, como vocês fazem para levar as demandas até o representante responsável?	
Como ocorre a interação com a Administração Regional da Estrutural? É pacífica? O administrador e os servidores facilitam o relacionamento entre os gestores públicos e os moradores de Santa Luzia/DF?	
Você participa de reuniões/consultas/audiências que tratam de assuntos relacionados à instalação da rede geral de água? Fale um pouco sobre essas participações.	
Como as informações sobre a realização dessas reuniões/consultas/audiências chegam até você? Quem faz a divulgação, o convite?	
Você repassa essas informações aos moradores?	
Na sua percepção, os moradores se interessam e se engajam nas atividades sobre fornecimento de água?	
Fale um pouco sobre a instalação do reservatório de água (chafariz) abastecido por caminhões-pipa da Caesb.	
Você acredita que esta ação da Caesb aconteceu devido a pressões dos moradores por acesso à água potável?	

Como os moradores se organizam para cobrar do governo água para a comunidade?
Durante a onda de Covid-19, O Projeto Vida e Água para ARIS da Universidade de Brasília instalou um reservatório de água na comunidade. Houve participação dos moradores nesse projeto?
A falta de saneamento básico, principalmente de acesso à água potável, em Santa Luzia/DF está diretamente relacionada à renda familiar e à raça, majoritariamente negra, declaradas pela população. Você concorda ou discorda desta afirmação? E por quê?
Houve algum caso de sucesso ou algum resultado prático que você recorde da participação da sociedade civil reivindicando o fornecimento de água potável?
Gostaria de acrescentar alguma informação ou relato que você considere importante?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E  
ESCLARECIDO

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Você está sendo convidado a participar da pesquisa **“Racismo Ambiental e Participação Social: a Atuação da Sociedade Civil no Combate às Desigualdades Socioambientais em Santa Luzia/DF”**, de responsabilidade de Cecília Katarina Gomes Araújo, estudante de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília, mediante orientação do Prof. Dr. Luiz Fernando Macedo Bessa. O objetivo desta pesquisa é analisar de que maneira a sociedade civil de Santa Luzia/DF tem se organizado para reivindicar o fornecimento de água potável e como estes atores sociais reconhecem a face racial das desigualdades na prestação de serviços de saneamento básico. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação, ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevista que será gravada e, em seguida, haverá transcrição do áudio, assegurando-se a confidencialidade de todo o material, cujo uso terá finalidade estritamente acadêmica. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa pode implicar em riscos tais como: desconforto ou sentimento de vergonha a partir de relatos; evocação de lembranças e memórias desagradáveis; cansaço ou algum tipo de constrangimento ao responder o questionário; medo ou estresse de não saber responder; alterações de comportamento durante gravações de áudio e vídeo; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado. Estes riscos serão minimizados com as seguintes estratégias: serão utilizados métodos e técnicas seguros e eficazes nas entrevistas ocasionando riscos mínimos aos participantes da pesquisa; será concedido o tempo necessário para que você possa refletir, consultando, se preciso, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida; será garantida a você a

liberdade para não responder questões constrangedoras durante toda a pesquisa, sempre serão respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes dos participantes; os dados obtidos na pesquisa serão utilizados exclusivamente na dissertação de mestrado.

Espera-se com esta pesquisa disseminar conceitos e informações sobre racismo ambiental e desigualdade socioambiental; registrar os processos de participação social em Santa Luzia/DF para compreender como é feita a articulação no enfrentamento de problemas socioambientais; documentar a percepção dos entrevistados sobre a relação entre privação de água potável e racismo ambiental; promover informações que deem embasamento a políticas públicas de infraestrutura e saneamento básico.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61) 98142-4435 ou pelo e-mail [cecilia.katarina@gmail.com](mailto:cecilia.katarina@gmail.com).

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você.

---

Assinatura do/da participante

---

Assinatura do/da pesquisador/a

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_